

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	22
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	23
Demonstração do Valor Adicionado	24

Comentário do Desempenho	25
Notas Explicativas	32

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	122
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	123
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	124
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	125
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	126

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

127

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	755.993.938
Preferenciais	1.058.567.972
Total	1.814.561.910
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2019	Dividendo	23/08/2019	Ordinária		0,05600
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2019	Dividendo	23/08/2019	Preferencial		0,05600

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	11.226.996	10.564.296
1.01	Ativo Circulante	1.003.176	1.749.707
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.475	313.687
1.01.02	Aplicações Financeiras	798.330	1.182.802
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	798.330	1.182.802
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	798.330	1.182.802
1.01.03	Contas a Receber	47.368	34.842
1.01.03.01	Clientes	47.368	34.842
1.01.04	Estoques	83	104
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.985	88.855
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	50.935	129.417
1.01.08.03	Outros	50.935	129.417
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	15.631	101.938
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	6.936	2.286
1.01.08.03.03	Títulos de créditos a receber	134	144
1.01.08.03.04	Outros créditos	28.234	25.049
1.02	Ativo Não Circulante	10.223.820	8.814.589
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.238.490	1.654.331
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.763.231	1.248.900
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	362.601	186.396
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	112.658	219.035
1.02.01.09.03	Depósitos e cauções vinculados	192	179
1.02.01.09.04	Títulos de créditos a receber	16	78
1.02.01.09.05	Tributos a recuperar	35.368	20.185
1.02.01.09.06	Instrumentos financeiros derivativos	15.061	26.970
1.02.01.09.07	Outros	62.021	171.623
1.02.02	Investimentos	7.914.863	7.095.503
1.02.02.01	Participações Societárias	7.914.863	7.095.503
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.826.341	7.085.524
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	88.522	9.979
1.02.03	Imobilizado	54.688	51.068
1.02.04	Intangível	15.779	13.687
1.02.04.01	Intangíveis	15.779	13.687

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	11.226.996	10.564.296
2.01	Passivo Circulante	942.381	1.194.556
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.230	6.965
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.230	6.965
2.01.01.01.01	Impostos e contribuições sociais	9.230	6.965
2.01.02	Fornecedores	1.293	2.962
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	682.214	647.780
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	155.363	155.677
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	155.363	155.677
2.01.04.02	Debêntures	526.851	492.103
2.01.05	Outras Obrigações	249.644	536.849
2.01.05.02	Outros	249.644	536.849
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.881	288.540
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	2.221	2.331
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	9.606	7.080
2.01.05.02.06	Benefícios pós emprego	1.845	1.845
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	1.054	1.480
2.01.05.02.08	Arrendamentos operacionais	41	0
2.01.05.02.09	Outros passivos	230.996	235.573
2.02	Passivo Não Circulante	4.685.549	3.981.599
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.653.489	3.197.523
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	455.385	311.354
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	299.763	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	155.622	311.354
2.02.01.02	Debêntures	3.198.104	2.886.169
2.02.02	Outras Obrigações	758.272	506.298
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.011	68.926
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.011	68.926
2.02.02.02	Outros	752.261	437.372
2.02.02.02.03	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.408	1.286
2.02.02.02.04	Benefícios pós emprego	8.961	8.038
2.02.02.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	735.843	422.906
2.02.02.02.06	Impostos e contribuições sociais	315	115
2.02.02.02.07	Fornecedores	271	265
2.02.02.02.08	Arrendamentos operacionais	717	0
2.02.02.02.09	Outros passivos	4.746	4.762
2.02.03	Tributos Diferidos	273.788	277.778
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	273.788	277.778
2.03	Patrimônio Líquido	5.599.066	5.388.141
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	328.431	194.729
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Programa de Remuneração Variável - ILP	2.728	1.408
2.03.02.09	Outras Reservas	391.426	259.044
2.03.04	Reservas de Lucros	2.047.953	2.053.299
2.03.04.01	Reserva Legal	206.842	206.842

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.841.111	1.841.111
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	5.346
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	82.569	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-223.572	-223.572

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	55.383	102.418	42.061	77.196
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-235	-27.226	-26.505	-34.530
3.02.01	Pessoal e administradores	9	-22.008	-22.117	-26.808
3.02.02	Benefícios pós emprego	-358	-718	-304	-610
3.02.03	Material	14	-243	-255	-326
3.02.04	Serviços de Terceiros	43	-2.606	-2.303	-3.906
3.02.05	Amortização e Depreciação	43	-1.554	-1.321	-2.642
3.02.06	Outras Despesas	14	-97	-205	-238
3.03	Resultado Bruto	55.148	75.192	15.556	42.666
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	166.448	435.704	127.008	364.421
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.957	-55.218	-15.172	-42.037
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-26.712	-28.191	3.339	-8.619
3.04.02.03	Benefícios pós emprego	-473	-885	-216	-429
3.04.02.04	Material	-393	-662	-1	-135
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-13.272	-20.721	-16.828	-29.686
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-2.451	-3.258	-783	-1.453
3.04.02.07	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-40	-85	-1.814	-1.834
3.04.02.08	Outras	-616	-1.416	1.131	119
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	44	88	1.491	1.559
3.04.04.02	Outros	44	88	1.491	1.559
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	210.361	490.834	140.689	404.899
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	221.596	510.896	142.564	407.087
3.06	Resultado Financeiro	-258.694	-432.317	-38.581	-172.064
3.06.01	Receitas Financeiras	53.483	107.463	42.516	95.013
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	39.236	82.139	28.221	58.918
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	9.532	15.702	10.782	24.773
3.06.01.03	Receita de aval	6.398	13.003	5.413	15.725
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-2.677	-5.400	-1.918	-4.484

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	994	2.019	18	81
3.06.02	Despesas Financeiras	-312.177	-539.780	-81.097	-267.077
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-133.528	-223.371	-59.807	-115.283
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	-183.829	-308.443	-4.443	-114.525
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	-7.105	1.408	28.178	31.595
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	25.222	0	-44.989	-66.236
3.06.02.05	Despesas bancárias	-103	-273	-358	-635
3.06.02.06	IOF	-28	-50	-369	-514
3.06.02.07	Despesas de aval	-3.049	-6.099	-2.900	-5.800
3.06.02.08	Atualização de mútuos	-116	-226	-1.916	-2.029
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	-9.639	-2.613	5.342	6.210
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	-2	-113	165	140
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-37.098	78.579	103.983	235.023
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.145	3.990	-2.819	-2.819
3.08.02	Diferido	6.145	3.990	-2.819	-2.819
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-30.953	82.569	101.164	232.204
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-30.953	82.569	101.164	232.204
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02672	0,04550	0,05848	0,13424
3.99.01.02	PN	-0,02672	0,04550	0,05848	0,13424
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02672	0,04550	0,05848	0,13424
3.99.02.02	PN	-0,02672	0,04550	0,05848	0,13424

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-30.953	82.569	101.164	232.204
4.03	Resultado Abrangente do Período	-30.953	82.569	101.164	232.204

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.846	-28.162
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.345	10.699
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	82.569	232.204
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	112.822	99.879
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-490.834	-404.899
6.01.01.05	Amortização e Depreciação	4.812	4.095
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	-3.990	2.819
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	85	-119
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-1.408	-31.595
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	308.443	114.525
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	2.613	-6.210
6.01.01.13	(Ganho) Perda na alienação dos ativos de geração	-88	0
6.01.01.14	Programa de remuneração variável (ILP)	1.321	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.191	-38.861
6.01.02.01	(Aumento) de clientes	-12.526	-30.537
6.01.02.02	(Aumento) Diminuição de cauções e depósitos vinculados	-13	142
6.01.02.03	Diminuição (Aumento) de estoques	21	-34
6.01.02.04	(aumento) de tributos a recuperar	-17.313	-8.938
6.01.02.05	Diminuição Títulos e créditos a receber	72	1.224
6.01.02.07	(aumento) Diminuição de outros créditos	9.904	5.862
6.01.02.08	(Diminuição) de fornecedores	-1.663	-5.190
6.01.02.10	Aumento de impostos e contribuições sociais	2.465	442
6.01.02.11	Aumento de obrigações estimadas	2.526	1.537
6.01.02.13	(Diminuição) de outras contas a pagar	-10.664	-3.369
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-210.276	577.396
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-660.246	-50.053
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-6.405	-2.275
6.02.03	Aplicações no intangível	-3.400	-3.987
6.02.04	Recebimento de dividendos	667.982	265.611
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	-47.720	103.105
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e intangível	58	0
6.02.08	Partes relacionadas	-160.545	264.995
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-77.090	234.065
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	799.482	1.134.044
6.03.03	Pagamento de empréstimos , debentures - principal	-395.385	-87.443
6.03.04	Pagamento de empréstimos , debentures - juros	-139.791	-73.029
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	11.759	612
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-290.005	-172.701
6.03.09	Aquisição de participação adicional de não controladores	-63.099	-567.418
6.03.10	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-51	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-298.212	783.299
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	313.687	134.406
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.475	917.705

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	133.702	-5.346	0	0	128.356
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	58.126	0	0	0	58.126
5.04.09	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-6.362	0	0	0	-6.362
5.04.10	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-5.346	0	0	-5.346
5.04.11	Valor investimento PUT	0	77.566	0	0	0	77.566
5.04.12	Programa de remuneração variável - ILP	0	1.321	0	0	0	1.321
5.04.13	Reserva de Incentivos Fiscais-Reinvestimento	0	3.051	0	0	0	3.051
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.569	0	82.569
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.569	0	82.569
5.07	Saldos Finais	3.363.685	328.431	2.047.953	82.569	-223.572	5.599.066

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	93.753	-84.114	0	0	9.639
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	130.782	0	0	0	130.782
5.04.06	Dividendos	0	0	-84.114	0	0	-84.114
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-37.029	0	0	0	-37.029
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	232.204	0	232.204
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	232.204	0	232.204
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-50.805	1.286.719	232.204	-178.785	4.085.296

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	116.142	89.005
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	116.054	87.446
7.01.02	Outras Receitas	88	1.559
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.138	-35.060
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.232	-34.053
7.02.04	Outros	-906	-1.007
7.03	Valor Adicionado Bruto	91.004	53.945
7.04	Retenções	-4.812	-4.095
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.812	-4.095
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	86.192	49.850
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	603.697	504.396
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	490.834	404.899
7.06.02	Receitas Financeiras	112.863	99.497
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	689.889	554.246
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	689.889	554.246
7.08.01	Pessoal	44.512	30.539
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.235	22.172
7.08.01.02	Benefícios	8.608	6.355
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.669	2.012
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.512	23.758
7.08.02.01	Federais	19.437	21.318
7.08.02.03	Municipais	3.075	2.440
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	540.296	267.745
7.08.03.01	Juros	539.780	267.077
7.08.03.02	Aluguéis	516	668
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	82.569	232.204
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	82.569	232.204

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	37.521.992	36.418.008
1.01	Ativo Circulante	11.656.752	11.037.151
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	821.300	706.738
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.719.840	3.538.730
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.719.840	3.538.730
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.719.840	3.538.730
1.01.03	Contas a Receber	3.396.653	3.041.247
1.01.03.01	Clientes	3.396.653	3.041.247
1.01.04	Estoques	92.046	70.749
1.01.06	Tributos a Recuperar	944.736	925.676
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	944.736	925.676
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.682.177	2.754.011
1.01.08.03	Outros	3.682.177	2.754.011
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	16.314	20.031
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	75.260	49.171
1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	1.568.868	1.763.567
1.01.08.03.04	Ativo financeiro indenizável da concessão	1.280.261	0
1.01.08.03.05	Outros créditos	741.474	921.242
1.02	Ativo Não Circulante	25.865.240	25.380.857
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.832.621	10.549.442
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	108.446	105.242
1.02.01.03	Contas a Receber	976.630	948.933
1.02.01.03.01	Clientes	976.630	948.933
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.747.545	9.495.267
1.02.01.09.03	Títulos de créditos a receber	15.534	15.106
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	803.905	267.447
1.02.01.09.05	Créditos tributários	1.409.042	1.374.384
1.02.01.09.06	Depósitos e cauções vinculados	528.219	495.947
1.02.01.09.07	Ativos financeiros setoriais	1.088.740	1.064.247
1.02.01.09.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	4.493.485	5.515.275
1.02.01.09.09	Concessão do serviço público-ativo de contrato	507.841	0
1.02.01.09.10	Instrumentos financeiros derivativos	571.355	518.518
1.02.01.09.11	Outros créditos	329.424	244.343
1.02.02	Investimentos	102.450	52.184
1.02.02.01	Participações Societárias	102.450	52.184
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	102.450	52.184
1.02.03	Imobilizado	223.714	209.612
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	223.714	209.612
1.02.04	Intangível	14.706.455	14.569.619
1.02.04.01	Intangíveis	14.706.455	14.569.619
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.467.114	13.232.308
1.02.04.01.02	Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	1.239.341	1.337.311

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	37.521.992	36.418.008
2.01	Passivo Circulante	6.844.536	7.537.834
2.01.02	Fornecedores	1.692.112	1.653.312
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.268.932	2.086.959
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.693.313	1.560.366
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	989.634	1.052.097
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	703.679	508.269
2.01.04.02	Debêntures	575.619	526.593
2.01.05	Outras Obrigações	2.883.492	3.797.563
2.01.05.02	Outros	2.883.492	3.797.563
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.354	294.605
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	92.706	691.352
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos	17.313	31.881
2.01.05.02.06	Obrigações estimadas	117.601	95.755
2.01.05.02.07	Encargos de dívidas	90.580	89.057
2.01.05.02.08	Contribuição de iluminação pública	101.530	106.475
2.01.05.02.09	Benefícios pós emprego	63.190	63.190
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	239.998	292.898
2.01.05.02.11	Impostos e contribuições sociais a recolher	728.411	546.841
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	747.794	871.502
2.01.05.02.13	Taxas regulamentares	10.783	39.494
2.01.05.02.14	Incorporações de redes	86.687	93.708
2.01.05.02.15	Arrendamentos operacionais	14.202	0
2.01.05.02.16	Outros passivos	565.343	580.805
2.02	Passivo Não Circulante	24.392.478	22.832.646
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.450.626	13.611.882
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.123.147	6.611.201
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.499.734	3.648.600
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.623.413	2.962.601
2.02.01.02	Debêntures	8.327.479	7.000.681
2.02.02	Outras Obrigações	5.534.784	4.862.080
2.02.02.02	Outros	5.534.784	4.862.080
2.02.02.02.03	Fornecedores	88.747	75.302
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	745.080	428.333
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais a recolher	487.755	400.123
2.02.02.02.06	Parcelamento de impostos	39.255	44.956
2.02.02.02.07	Benefícios pós emprego	487.563	490.258
2.02.02.02.08	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.337.052	2.393.125
2.02.02.02.09	Passivos financeiros setoriais	281.488	366.928
2.02.02.02.10	Encargos setoriais	296.815	272.675
2.02.02.02.11	Incorporações de redes	161.237	166.437
2.02.02.02.12	Arrendamentos operacionais	32.932	0
2.02.02.02.13	Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	413.868	0
2.02.02.02.14	Outros passivos	162.992	223.943

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.03	Tributos Diferidos	4.407.068	4.358.684
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.407.068	4.358.684
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.284.978	6.047.528
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	328.431	194.729
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Programa de Remuneração Variável - ILP	2.728	1.408
2.03.02.09	Outras Reservas	391.426	259.044
2.03.04	Reservas de Lucros	2.047.953	2.053.299
2.03.04.01	Reserva Legal	206.842	206.842
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.841.111	1.841.111
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	5.346
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	82.569	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-223.572	-223.572
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	685.912	659.387

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.702.984	9.467.069	3.886.591	7.558.646
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.902.507	-7.891.995	-3.347.562	-6.374.551
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-2.297.114	-4.901.667	-2.064.133	-4.011.197
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-269.038	-528.155	-278.790	-536.234
3.02.03	Pessoal e administradores	-216.956	-475.317	-234.706	-436.464
3.02.04	Benefícios pós emprego	-7.230	-13.926	-7.221	-14.399
3.02.05	Material	-31.015	-60.564	-32.385	-63.294
3.02.06	Serviços terceiros	-136.367	-272.674	-123.653	-238.252
3.02.07	Amortização e depreciação	-236.779	-506.605	-176.546	-369.465
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	37.336	37.732	11.304	17.236
3.02.09	Custo de construção	-637.889	-956.545	-404.546	-640.125
3.02.11	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-89.692	-173.565	-24.623	-55.483
3.02.12	Outras	-17.763	-40.709	-12.263	-26.874
3.03	Resultado Bruto	800.477	1.575.074	539.029	1.184.095
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-249.975	-497.367	-146.989	-286.275
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-246.209	-461.055	-111.599	-228.518
3.04.02.01	Pessoal	-127.858	-196.012	-28.310	-51.191
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-10.624	-20.516	-12.235	-23.542
3.04.02.03	Material	-11.216	-22.237	-6.253	-11.693
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-61.425	-111.907	-25.806	-58.048
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	37.691	24.134	13.067	17.419
3.04.02.06	Amortização e depreciação	-31.702	-62.410	-23.617	-47.307
3.04.02.07	Outras	-41.075	-72.107	-28.445	-54.156
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22.936	71.724	12.029	24.817
3.04.04.01	Ganho/Perda de Alienação	22.936	38.391	-9.749	0
3.04.04.02	Alienação de Ações	0	33.333	0	0
3.04.04.03	Outras	0	0	21.778	24.817
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-26.702	-108.036	-47.419	-82.574

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.04.05.01	Ganho/Perda de Alienação	-33.909	-60.873	35.155	0
3.04.05.02	Custo de Ações alienadas	0	-24.993	0	0
3.04.05.03	MTM comercialização de energia	9.697	-16.988	0	0
3.04.05.04	Outras	-2.490	-5.182	-82.574	-82.574
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	550.502	1.077.707	392.040	897.820
3.06	Resultado Financeiro	-468.574	-701.774	-210.520	-480.679
3.06.01	Receitas Financeiras	275.224	457.042	101.775	215.819
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	37.414	93.420	30.530	68.188
3.06.01.02	Varição monetária e acresc.moratorio de energia	79.940	157.158	60.744	121.627
3.06.01.04	Juros recebidos/selic	313	7.188	3.130	1.939
3.06.01.05	Atualização depósito judicial	2.797	7.061	2.557	4.422
3.06.01.08	Atualização financeira de ativos setoriais	9.638	38.279	7.161	18.935
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-21.137	-30.814	-7.059	-16.094
3.06.01.10	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	90.878	90.878	0	0
3.06.01.11	Outras receitas financeiras	75.381	93.872	4.712	16.802
3.06.02	Despesas Financeiras	-743.798	-1.158.816	-312.295	-696.498
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-302.815	-566.719	-167.072	-327.783
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	44.201	-29.059	-366.729	-427.829
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	1.250	2.551	-8.700	-7.969
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	-4.791	-1.233	-1.295	3.505
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-15.192	-217.791	-51.252	-173.203
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	-78.307	-5.530	326.482	336.920
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-4.818	-8.848	-2.880	200
3.06.02.08	Despesas bancárias	-2.646	-6.453	-3.149	-5.439
3.06.02.09	Juros/ multas	-22	-51	-101	-207
3.06.02.10	Atualização contingências	-20.619	-37.476	-3.533	-6.366
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	-177.940	-92.913	25.689	50.494
3.06.02.12	Atualização financeira de passivos setoriais	-6.261	-15.951	-6.916	-36.163

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.06.02.13	Despesa de aval	-3.049	-6.099	-2.900	-5.800
3.06.02.14	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-90.878	-90.878	0	0
3.06.02.15	Outras despesas financeiras	-81.911	-82.366	-49.939	-96.858
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	81.928	375.933	181.520	417.141
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-90.788	-256.019	-78.084	-171.408
3.08.01	Corrente	-121.024	-242.293	-3.735	-58.601
3.08.02	Diferido	30.236	-13.726	-74.349	-112.807
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.860	119.914	103.436	245.733
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-8.860	119.914	103.436	245.733
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-30.953	82.569	101.164	232.204
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	22.093	37.345	2.272	13.529
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02672	0,04550	0,05848	0,13424
3.99.01.02	PN	-0,02672	0,04550	0,05848	0,13424
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02672	0,04550	0,05848	0,13424
3.99.02.02	PN	-0,02672	0,04550	0,05848	0,13424

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-8.860	119.914	103.436	245.733
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-8.860	119.914	103.436	245.733
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-30.953	82.569	101.164	232.204
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	22.093	37.345	2.272	13.529

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.075.777	537.861
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.606.529	1.211.328
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	119.914	245.733
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	256.019	171.408
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	513.560	751.888
6.01.01.04	Amortização e Depreciação	569.015	416.772
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	173.565	55.483
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-61.866	-34.655
6.01.01.07	Valor residual de ativos permanentes baixados	22.482	57.757
6.01.01.08	Marcação a mercado das dívidas	92.913	-50.494
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	217.791	173.203
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	5.530	-336.920
6.01.01.11	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-117.826	-238.847
6.01.01.12	Programa de remuneração variável (ILP)	1.385	0
6.01.01.13	Marcação a Mercado dos contratos de compra / venda de energia comercializada	16.988	0
6.01.01.14	Remuneração do Ativo de Contrato	-162.941	0
6.01.01.16	Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	-40.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-530.752	-673.467
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-523.357	-223.798
6.01.02.02	Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais	155.972	-305.111
6.01.02.03	Diminuição (aumento) de títulos e créditos a receber	3.073	-65.994
6.01.02.04	(aumento) de estoques	-16.594	-3.211
6.01.02.05	(aumento) de tributos a recuperar	-135.942	-132.833
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-32.272	-15.972
6.01.02.08	Diminuição de outros créditos	27.345	4.168
6.01.02.10	Aumento de fornecedores	99.740	165.079
6.01.02.12	Aumento de tributos e contribuições sociais	221.109	120.397
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-182.759	-134.915
6.01.02.15	Aumento de obrigações estimadas	21.846	18.215
6.01.02.17	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-172.586	-44.346
6.01.02.18	Aumento (Diminuição) de outras contas a pagar	3.673	-55.146
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-223.379	-593.950
6.02.01	Aumento de outros investimentos	0	-115
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-23.972	-8.281
6.02.03	Aplicações no intangível	-1.030.881	-607.307
6.02.04	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-131.034	-50.899
6.02.05	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	909.106	-24.890
6.02.06	Alienação de bens do imobilizado e intangível	47.380	97.542
6.02.09	Pagamentos pela combinação de negócios	-5.717	0
6.02.10	Caixa e equivalente de caixa adquirido na combinação de negócios	11.739	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-737.836	308.281
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	2.342.535	3.489.692
6.03.02	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-1.514.776	-2.074.629
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-459.074	-217.391
6.03.04	Parcelamento de impostos	-20.269	-4.127
6.03.05	Pagamento parcelamento de fornecedores	-60.442	-62.386
6.03.07	Pagamento de dividendos	-274.256	-185.549
6.03.08	Pagamento de incorporação de redes	-47.610	-100.507
6.03.09	Parcelamento de encargos setoriais	-29.513	-31.300
6.03.10	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	12.186	61.896
6.03.13	Aquisição de participação adicional de não controladores	-63.099	-567.418
6.03.14	Liquidação Opção de venda de ações Rede Energia Participações	-614.296	0
6.03.15	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-9.222	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	114.562	252.192
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	706.738	921.481
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	821.300	1.173.673

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141	659.387	6.047.528
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141	659.387	6.047.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	133.702	-5.346	0	0	128.356	-10.820	117.536
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-5.346	0	0	-5.346	-26.206	-31.552
5.04.09	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-6.362	0	0	0	-6.362	-3	-6.365
5.04.10	Valor investimento PUT	0	77.566	0	0	0	77.566	0	77.566
5.04.11	Novas aquisições de ações de controladas	0	58.126	0	0	0	58.126	6.582	64.708
5.04.12	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.321	0	0	0	1.321	64	1.385
5.04.13	Reserva de Incentivos fiscais-Reinvestimento	0	3.051	0	0	0	3.051	0	3.051
5.04.14	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	0	0	0	0	8.743	8.743
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.569	0	82.569	37.345	119.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.569	0	82.569	37.345	119.914
5.07	Saldos Finais	3.363.685	328.431	2.047.953	82.569	-223.572	5.599.066	685.912	6.284.978

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453	941.069	4.784.522
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453	941.069	4.784.522
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	93.753	-84.114	0	0	9.639	-698.681	-689.042
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	130.782	0	0	0	130.782	-677.227	-546.445
5.04.06	Dividendos	0	0	-84.114	0	0	-84.114	-21.439	-105.553
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-37.029	0	0	0	-37.029	-15	-37.044
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	232.204	0	232.204	13.529	245.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	232.204	0	232.204	13.529	245.733
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-50.805	1.286.719	232.204	-178.785	4.085.296	255.917	4.341.213

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	14.076.252	11.090.160
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.054.931	10.484.453
7.01.02	Outras Receitas	71.724	24.817
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.123.160	636.373
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-173.563	-55.483
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.477.929	-6.040.369
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.957.271	-4.910.655
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-480.762	-476.584
7.02.04	Outros	-1.039.896	-653.130
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.598.323	5.049.791
7.04	Retenções	-569.010	-416.772
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-569.010	-416.772
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.029.313	4.633.019
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	483.632	231.913
7.06.02	Receitas Financeiras	483.632	231.913
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.512.945	4.864.932
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.512.945	4.864.932
7.08.01	Pessoal	612.309	456.826
7.08.01.01	Remuneração Direta	412.443	282.690
7.08.01.02	Benefícios	132.267	144.442
7.08.01.03	F.G.T.S.	67.599	29.694
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.617.450	3.463.939
7.08.02.01	Federais	2.186.164	1.615.852
7.08.02.02	Estaduais	2.417.884	1.837.840
7.08.02.03	Municipais	13.402	10.247
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.163.272	698.434
7.08.03.01	Juros	1.157.141	688.529
7.08.03.02	Aluguéis	6.131	9.905
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	119.914	245.733
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	82.569	232.204
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	37.345	13.529

Comentário do Desempenho

Energisa S/A | Resultados do 2º trimestre de 2019

Cataguases, 8 de agosto de 2019 - A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T19) e dos primeiros seis meses de 2019 (6M19).

Em face das aquisições de duas distribuidoras realizadas em 2018 e a fim de permitir a comparabilidade com desempenhos passados, serão reportadas as informações neste relatório com duas visões:

i) Contábil (auditado): incluindo a consolidação contábil das Centrais Elétricas de Rondônia S/A (Ceron) e da Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), a partir de 30/10/18 e 06/12/2018, datas de assunção do controle destas empresas, respectivamente; e

ii) Pro forma (não auditado): contendo apenas as empresas do legado do Grupo Energisa, desconsiderando as aquisições da Ceron e da Eletroacre.

Ao longo desse documento, as tabelas serão destacadas com os dados “pro forma” e “contábil”.

A partir de junho de 2019, a Energisa também passou a consolidar as informações da Alsol Energias Renováveis.

Destaques

Consumo de energia avança 3,5% e EBITDA Ajustado totaliza R\$ 898,9 milhões no trimestre

- ✓ Consumo de energia (cativo + livre) no 2T19 avançou 3,5% em relação ao 2T18, superior ao crescimento médio de 0,3% no Brasil no mesmo período;
- ✓ Receita operacional líquida consolidada, sem receita de construção, cresceu 15,9% (R\$ 551,9 milhões) no 2T19, totalizando R\$ 4.030,3 milhões. Em 6M19, totalizou R\$ 8.365,9 milhões, crescimento de 21,0% em relação ao registrado em 6M18;
- ✓ EBITDA Ajustado consolidado totalizou R\$ 898,9 milhões no 2T19, crescimento de 37,7% em relação aos R\$ 652,9 milhões do 2T18. No acumulado em 6M19, atingiu R\$ 1.803,9 milhões, crescimento de 25,6%;
- ✓ Dívida líquida consolidada totalizou R\$ 11.869,3 milhões em junho, contra R\$ 11.125,1 milhões em março de 2019. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado (12 meses encerrados em junho de 2019) se manteve no mesmo patamar de 2,7 vezes em junho de 2019;
- ✓ Investimentos consolidados de R\$ 758,6 milhões no 2T19 contra R\$ 473,6 milhões no 2T18, aumento de 60,2%. Em 6M19, totalizou R\$ 1.303,7 milhões, crescimento de 58,0% em relação ao registrado em 6M18;
- ✓ Prêmio Abradee 2019: Distribuidoras da Energisa eleitas as melhores do país (vide item 8).

Descrição	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T19	2T18	Var. %	6M19	6M18	Var. %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
Receita Operacional Bruta	7.042,9	5.715,3	+ 23,2	14.178,5	11.125,7	+ 27,4
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	4.030,3	3.478,4	+ 15,9	8.365,9	6.914,3	+ 21,0
Custos e despesas controláveis	676,2	511,5	+ 32,2	1.397,7	998,7	+ 40,0
EBITDA	819,0	592,2	+ 38,3	1.646,7	1.314,6	+ 25,3
EBITDA Ajustado	898,9	652,9	+ 37,7	1.803,9	1.436,2	+ 25,6
Lucro (prejuízo) Líquido	(8,9)	103,4	-	119,9	245,7	- 51,2
Endividamento Líquido ⁽¹⁾	11.869,3	8.362,7	+ 41,9	11.869,3	8.362,7	+ 41,9
Investimentos	758,6	473,6	+ 60,2	1.303,7	825,2	+ 58,0
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de Consumidores Totais	7.754.693	6.718.309	+ 15,4	7.754.693	6.718.309	+ 15,4
Número de Colaboradores Próprios	14.183	12.654	+ 12,1	14.183	12.654	+ 12,1
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados) ⁽²⁾	19.936	16.205	+ 23,0	19.936	16.205	+ 23,0

⁽¹⁾ Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA). ⁽²⁾ Não incluem terceirizados em obras e excluem terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços.

Comentário do Desempenho

1. Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 114 anos em 26 de fevereiro de 2019 e é o quinto maior grupo distribuidor de energia do país em volume de energia distribuída, atendendo nesse segmento de atuação 7,8 milhões de consumidores em onze estados brasileiros, o que equivale aproximadamente a 20 milhões de pessoas atendidas, representando em torno de 10% da população do Brasil.

A Companhia controla, atualmente, 11 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.034 mil Km², equivalentes a 24% do território nacional (Fonte: IBGE, julho de 2016).

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia, decorrentes das aquisições de dois lotes no Leilão de Transmissão nº 5/2016, realizadas em 24/04/2017, um lote no Leilão de Transmissão nº 002/2018, adquirido em 28/06/2018, e um lote no Leilão de Transmissão nº 004/2018, adquirido em 20/12/2018.

Em 17 de junho de 2019, a Energisa S.A. concluiu a aquisição da Alsol Energias Renováveis. Nesta data, também foi celebrado o Acordo de Acionistas da Alsol, entre Energisa, Algar S.A. Empreendimentos e Participações e Gustavo Malagoli Buiatti. Em ato contínuo à conclusão da Aquisição e em razão da aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 40,0 milhões, foram emitidas novas ações de emissão da Alsol, todas subscritas e integralizadas pela Energisa e pela Algar. Após aumento de capital, a participação da Energisa no capital da Alsol passou para 89,7%. Os recursos serão destinados, principalmente, ao reforço do capital de giro e ao financiamento de investimentos em novos projetos.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

11 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil

862 municípios atendidos

7,8 milhões de clientes

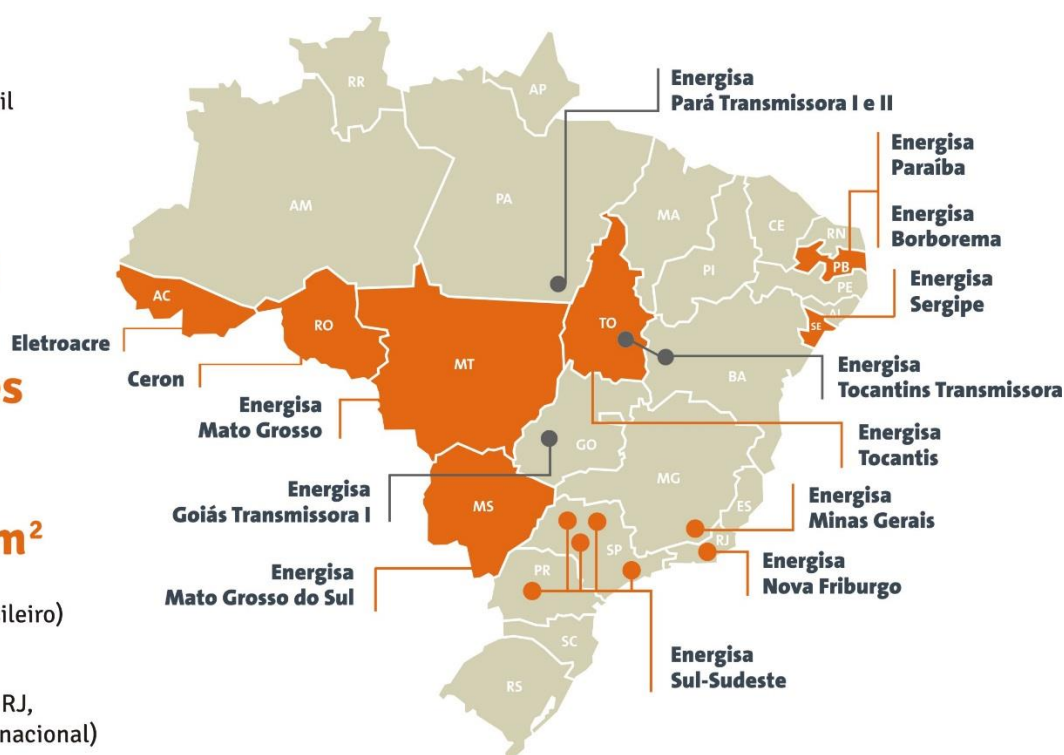
20,0 milhões de pessoas atendidas (10% do Brasil)

2.034 mil km² total de área coberta (24% do território brasileiro)

6 empresas de serviços (sedes nos estados de MG e RJ, atuantes em todo território nacional)

4 empresas de transmissão (sedes no estado de MG, atuantes nos estados de PA, GO, TO e BA)

1 empresa de geração distribuída (sede no estado de MG, atuando em 12 estados brasileiros)



Comentário do Desempenho

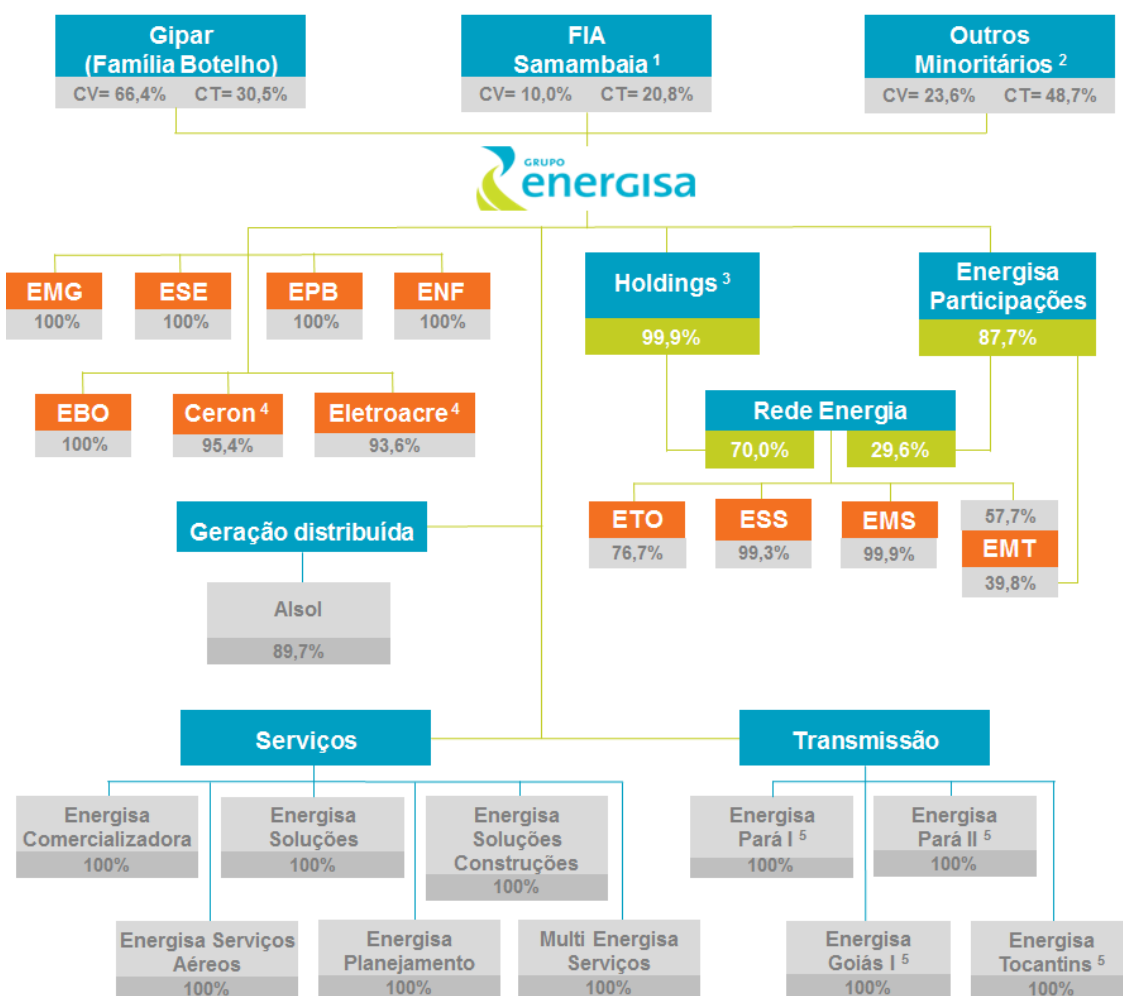
1.1 Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3, e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

Em 30 de agosto de 2018, a Energisa S/A adquiriu, em leilão de privatização, o controle acionário das Centrais Elétricas de Rondônia (“Ceron”) e da Companhia de Eletricidade do Acre (“Eletroacre”). Com essas duas aquisições, a Energisa passou a deter 11 concessões de distribuição de energia elétrica espalhadas pelas cinco regiões do país. A administração da Companhia acredita que seu histórico bem-sucedido de transformação operacional e financeira será essencial para melhorar os indicadores de qualidade dos serviços e o equilíbrio econômico-financeiro dessas distribuidoras.

Em 30 de abril de 2019 e 30 de maio de 2019, a Companhia recebeu correspondências da Eletrobras informando sua decisão de não exercer a opção de aumentar a participação no capital social da Ceron e da Eletroacre, conforme previsto nos termos do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND. Dado que a Eletrobras não exerceu a referida opção, em 18 de junho de 2019, a Companhia realizou o distrato dos Acordo de Acionistas da Ceron e da Eletroacre, assinado entre a Companhia e a Eletrobras.

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



CV - Capital Votante | CT - Capital Total

(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

(2) O Fundo GIF IV passou a deter participação no capital da Energisa inferior a 5%.

(3) A Energisa detém diretamente e através de holdings, direta e indiretamente, 95,9% da Rede Energia.

(4) Distribuidoras adquiridas em leilões de privatização realizados em 30/08/2018.

(5) SPEs de transmissão (Leilões de Transmissão nº 5/2016, nº 2/2018 e nº 4/2018).

Comentário do Desempenho

2. Desempenho operacional

2.1 Mercado de energia

Mantendo a tendência de crescimento, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (8.816,2 GWh) do Grupo Energisa apresentou, no 2T19, aumento de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando o fornecimento não faturado, o volume se situa em 8.775,6 GWh, o que significa um aumento de 5,0% na mesma base de comparação.

O efeito da paralisação dos caminhoneiros, sentido no mês de junho de 2018 (retração de 1,3% no consumo), proporcionou uma base de comparação menor em relação ao trimestre e semestre do ano anterior. Sem esse efeito da greve, estima-se que o avanço no consumo seria de 2,2% no 2T19 e de 3,4% em 6M19.

Todas as classes registraram aumento nas vendas consolidadas de energia no trimestre, com destaques nos segmentos residencial e comercial consolidados, com incrementos de 4,6% e 4,0% respectivamente, favorecidos principalmente pelo efeito climático, com médias de temperatura mais elevadas no período. A classe industrial mostrou crescimento de 2,0%, favorecida pelo aumento de consumo nas concessões da EMS (+11,6%) e EMT (+3,3%), impulsionadas pelo setor alimentício, especialmente com clientes relacionados ao abate e à produção de óleos vegetais; e ESS (+5,2%), influenciada majoritariamente pelo segmento de papel. Por outro lado, na ESE, mesmo com a menor base de comparação devido à paralisação pela greve dos caminhoneiros de 2018, a migração de um grande cliente para rede básica refletiu em um menor consumo no segmento industrial (-11,4%).

Entre as distribuidoras destaca-se o desempenho das empresas do Centro-Oeste, que alavancaram o consumo de energia com altas de 6,5% e 1,3% na EMT e EMS, respectivamente. Na primeira, o mercado residencial (+9,4%) foi determinante para o resultado. O consumo das famílias foi impulsionado por temperaturas mais altas em quase todos os meses, além do efeito estatístico da base baixa de comparação em junho de 2018 provocada por uma massa de ar polar sobre a região. Já na EMS, o consumo industrial (+11,6%) registrou o maior avanço entre as classes, com efeito das altas nos setores de alimentos e madeira. A EPB acompanhou o desempenho positivo ocasionado por efeito climático e o consumo cresceu 4,5%. A ETO acumulou crescimento de 3,6% no mercado total e o desempenho da distribuidora só não foi mais expressivo devido ao setor industrial, que reduziu 0,5%, impactado por queda de produção ocasionada por paradas técnicas nas indústrias de cimento e fertilizantes.

No primeiro semestre de 2019, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (17.841,6 GWh) apresentou aumento de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando o fornecimento não faturado, o volume passa para 17.836,4 GWh, o que significa um aumento de 4,9%. Todas as classes registraram crescimento no semestre, sendo as maiores contribuições advindas da residencial (+5,5%), comercial (+4,1%) e industrial (+2,7%).

Mercado de Energia das Distribuidoras

Descrição (Valores em GWh)	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T19	2T18	Var. %	6M19	6M18	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	7.387,0	7.186,8	+ 2,8	14.973,3	14.478,5	+ 3,4
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.429,2	1.330,8	+ 7,4	2.868,3	2.669,9	+ 7,4
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	8.816,2	8.517,6	+ 3,5	17.841,6	17.148,4	+ 4,0
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD), sem Ceron e Eletroacre	7.766,5	7.497,2	+ 3,6	15.777,4	15.124,6	+ 4,3
✓ Consumo não faturado	(40,6)	(162,7)	- 75,0	(5,2)	(152,1)	- 96,6
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	8.775,6	8.354,9	+ 5,0	17.836,4	16.996,3	+ 4,9

Nota: Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Ceron (ERO) e Eletroacre (EAC) como se fossem controladas pela Energisa no 2T18 e 6M18, exceto quando sinalizado que não inclui ERO e EAC.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do Brasil no 2T19 foi 0,3% superior em relação ao 2T18 e no 6M19 foi 1,7% superior ao mesmo período de 2018. Mais uma vez no período analisado, as diversidades geográficas das áreas de concessão do Grupo, a participação em mercados mais dinâmicos do país e fatores climáticos, permitiram que o mercado de energia faturada das distribuidoras do Grupo Energisa apresentasse aumento acima do consumo médio nacional; com 3,2 pontos percentuais acima da média nacional no trimestre e 2,3 pontos percentuais no semestre.

Comentário do Desempenho

3. Desempenho financeiro

3.1 Lucro Líquido

No 2T19, o resultado consolidado (contábil) foi negativo em R\$ 8,9 milhões. Em 6M19, esse valor foi de R\$ 119,9 milhões, 51,2% (R\$ 125,8 milhões) abaixo do 6M18.

A seguir, o lucro líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro (prejuízo) Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre		Semestre	
	2T19	Var. %	6M19	Var. %
Distribuição de energia elétrica	253,8	+ 20,1	541,5	- 1,3
EMG	8,7	+ 171,9	25,0	+ 64,5
ENF	2,1	+ 600,0	7,0	+ 100,0
ESE	35,4	+ 293,3	75,8	+ 104,9
EBO	10,5	+ 110,0	17,0	+ 30,8
EPB	70,1	+ 30,1	156,4	+ 19,1
EMT	127,5	+ 133,1	246,5	+ 37,1
EMS	65,9	+ 27,2	164,5	+ 82,8
ETO	65,9	+ 478,1	103,2	+ 245,2
ESS	21,2	- 3,6	52,5	+ 7,4
ERO	(143,7)	-	(285,9)	-
EAC	(9,8)	-	(20,5)	-
Comercialização, serviços de energia e outros	21,1	-	29,7	-
ECOM	6,0	-	(8,0)	+ 1.500,0
ESOL Consol.	0,2	-	1,1	-
MULTI	1,3	-	3,8	+ 171,4
EGO	11,1	+ 2.675,0	20,0	+ 4.900,0
EPAI	9,4	+ 526,7	18,0	+ 1.100,0
EPAII	2,0	-	2,4	-
Outras *	(8,9)	+ 345,0	(7,6)	+ 76,7
Holdings (sem equivalência patrimonial)	(245,4)	+ 305,6	(420,6)	+ 98,1
ESA Controladora	(241,3)	+ 510,9	(408,3)	+ 136,4
Rede Controladora	4,8	-	3,4	-
DENERGE	(9,7)	+ 4,3	(19,4)	+ 1,6
Demais holdings	0,8	+ 300,0	3,7	+ 236,4
Combinação de negócios - Ajustes "pro forma"	(38,3)	- 9,5	(30,7)	- 63,2
Energisa Consolidada	(8,9)	-	119,9	- 51,2

(*) Resultados da Companhia Técnica de Comercialização de Energia, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração de Energia S/A, Parque Eólico Sobradinho Ltda., Energisa Geração - Usina Maurício S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A, Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A, Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A, Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro-Muquim S/A, Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A e Dinâmica Direitos Creditórios Ltda.

3.2 Conciliação lucro líquido e EBITDA

Conciliação lucro (prejuízo) líquido e EBITDA Valores em R\$ milhões	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T19	2T18	Var. %	6M19	6M18	Var. %
(=) Lucro (prejuízo) líquido consolidado	(8,9)	103,4	-	119,9	245,7	- 51,2
(-) Contribuição social e imposto de renda	(90,8)	(78,1)	+ 16,3	(256,0)	(171,4)	+ 49,4
(-) Resultado financeiro	(468,6)	(210,5)	+ 122,6	(701,8)	(480,7)	+ 46,0
(-) Depreciação e amortização	(268,5)	(200,2)	+ 34,1	(569,0)	(416,8)	+ 36,5
(=) EBITDA	819,0	592,2	+ 38,3	1.646,7	1.314,6	+ 25,3
(+) Receitas de acréscimos moratórios	79,9	60,7	+ 31,6	157,2	121,6	+ 29,3
(=) EBITDA Ajustado	898,9	652,9	+ 37,7	1.803,9	1.436,2	+ 25,6
Margem EBITDA (%)	17,4	15,2	+ 2,2 p.p	17,4	17,4	-
Margem EBITDA Ajustado (%)	19,1	16,8	+ 2,3 p.p	19,1	19,0	+ 0,1 p.p

Comentário do Desempenho

4 Investimentos

No 2T19, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 754,1 milhões, 59,2% maior que o valor investido no mesmo período do ano anterior (R\$ 473,6 milhões). Considerando apenas as distribuidoras, esse montante foi de R\$ 670,9 milhões, incremento de 58,1%.

As distribuidoras recém-adquiridas receberam, no 2T19, investimentos no montante de R\$ 221,6 milhões, sendo R\$ 181,3 milhões na Ceron e R\$ 40,3 milhões na Eletroacre. No 2T18, considerando os investimentos realizados pela gestão anterior, a Ceron recebeu R\$ 30,6 milhões de investimentos, enquanto a Eletroacre investiu R\$ 11,1 milhões no trimestre.

Os investimentos realizados no 2T19 e em 6M19 foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	2T19	2T18	Var. %	2T19	2T18	Var. %	2T19	2T18	Var. %	2T19	2T18	Var. %
EMG	16,4	8,7	+ 88,5	0,6	5,0	- 88,0	3,2	5,4	- 40,7	20,2	19,1	+ 5,8
ENF	2,5	1,6	+ 56,3	0,0	0,1	-	0,4	0,4	-	2,9	2,1	+ 38,1
ESE	18,4	13,7	+ 34,3	2,2	2,4	- 8,3	1,8	2,6	- 30,8	22,4	18,7	+ 19,8
EBO	2,8	2,4	+ 16,7	0,4	0,2	+ 100,0	1,1	0,9	+ 22,2	4,3	3,5	+ 22,9
EPB	41,2	32,5	+ 26,8	2,4	(0,2)	-	1,8	6,7	- 73,1	45,4	39,0	+ 16,4
EMT	161,1	155,6	+ 3,5	5,2	3,1	+ 67,7	7,0	9,0	- 22,2	173,3	167,7	+ 3,3
EMS	54,1	45,5	+ 18,9	3,8	6,3	- 39,7	3,4	5,1	- 33,3	61,3	56,9	+ 7,7
ETO	68,8	74,1	- 7,2	4,1	2,5	+ 64,0	3,4	5,1	- 33,3	76,3	81,7	- 6,6
ESS	36,9	29,8	+ 23,8	3,7	2,3	+ 60,9	2,6	3,5	- 25,7	43,2	35,6	+ 21,3
CERON	127,2	-	-	41,0	-	-	13,1	-	-	181,3	-	-
ELETROACRE	39,7	-	-	(2,6)	-	-	3,2	-	-	40,3	-	-
Total Distribuidoras	569,1	363,9	+ 56,4	60,8	21,7	+ 180,2	41,0	38,7	+ 5,9	670,9	424,3	+ 58,1
EPA I	26,5	22,3	+ 18,8	-	-	-	-	-	-	26,5	22,3	+ 18,8
EPA II	14,2	-	-	-	-	-	-	-	-	14,2	-	-
EGO I	27,8	17,8	+ 56,2	-	-	-	-	-	-	27,8	17,8	+ 56,2
Energisa Tocantins Transmissora	1,2	-	-	-	-	-	-	-	-	1,2	-	-
ESOL Consolidada	0,8	-	-	-	-	-	2,3	4,4	- 47,7	3,1	4,4	- 29,5
Outras	-	-	-	-	-	-	10,4	4,8	+ 116,7	10,4	4,8	+ 116,7
Total	639,6	404,0	+ 58,3	60,8	21,7	+ 180,2	53,7	47,9	+ 12,1	754,1	473,6	+ 59,2

5 Mercado de capitais

5.1 Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade de 26,4% no primeiro semestre de 2019 e encerraram o referido período cotadas a R\$ 46,08 por Unit. Na mesma base de comparação, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou alta de 14,9%, enquanto o IEE avançou 29,6%. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre:

	Junho/19	Junho/18	Varição %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	28.592,3	18.159,5	+ 57,5
Valor de mercado no final do trimestre (R\$ milhões)	16.723,0	9.796,8	+ 70,7
Volume médio diário negociado no trimestre - Units (R\$ milhões)	60,3	31,5	+ 91,4
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do trimestre (R\$/Unit)	46,08	28,32	+ 62,7
ENGI3 (ON) no fechamento no final do trimestre (R\$/ação)	14,00	8,62	+ 62,4
ENGI4 (PN) no fechamento no final do trimestre (R\$/ação)	7,95	4,94	+ 61,0
Indicadores relativos			
Dividend yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	2,2	2,5	- 12,0
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) 12 meses - %	61,2	25,8	+ 35,5 p.p
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	3,0	2,5	+ 0,5 x

(1) EV = Valor de mercado (R\$/Unit x quantidade de ações do capital social convertida em Unit) + dívida líquida consolidada; e

(2) Dividendos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

Comentário do Desempenho

6 Eventos subsequentes

6.1 Conclusão da aquisição da Alsol Energias Renováveis S.A

No dia 17 de junho de 2019 as condições precedentes para a consumação da operação de aquisição de ações representativas de 87% do capital social total e votante da Alsol Energias Renováveis S.A. (“Aquisição”) foram cumpridas, incluindo, mas não se limitando a obtenção da aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e, nesta data, a Aquisição foi concluída.

Também nesta data, foi celebrado o Acordo de Acionistas da Alsol, entre Energisa, Algar S.A. Empreendimentos e Participações (“Algar”) e Participações e Gustavo Malagoli Buiatti (“Gustavo”).

Com a conclusão da Aquisição e em razão da aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 40,0 milhões, foram emitidas novas ações de emissão da Alsol, nesta data, todas subscritas e integralizadas pela Energisa e pela Algar. Os recursos serão destinados, principalmente, ao reforço do capital de giro e ao financiamento de investimentos em novos projetos.

6.2 Prêmio Abradee 2019: Grupo Energisa recebe 6 premiações

No dia 3 de julho, a Abradee - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica, realizou, em Brasília, a entrega do Prêmio Abradee 2019. Das 11 categorias existentes para distribuidoras com mais de 500 mil consumidores, a Energisa foi finalista em 8, e vencedora em 4. Dentre as 4 categorias analisadas para distribuidoras com até 500 mil consumidores, fomos finalistas em todas e conquistamos 2 prêmios.

Entre as distribuidoras até 500 mil consumidores, o troféu Nacional de melhor distribuidora do Brasil na categoria ficou novamente com a ENF. A EBO levou o prêmio de Melhor Gestão Operacional.

Entre as distribuidoras com mais de 500 mil consumidores, as distribuidoras premiadas do Grupo foram a EPB (Melhor Gestão Econômico-Financeira), a ETO (Melhor do Norte/Centro-Oeste) e a ESS (Melhor Gestão Operacional e Melhor Avaliação pelo Cliente)

A premiação, concedida anualmente, reconhece as melhores empresas do setor. Para a classificação no ranking, a Abradee avalia aspectos como satisfação do cliente, gestão operacional, qualidade e responsabilidade das companhias.

6.3 Dividendos intercalares

Conselho de Administração da Energisa S/A (“Companhia”) em reunião realizada nesta data deliberou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 101,6 milhões, equivalente a R\$ 0,28 (vinte e oito centavos) por Units e R\$ 0,056 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, sendo (i) R\$ 78,4 milhões apurados conforme resultados da Companhia até 30 de junho de 2019; e (ii) R\$ 23,2 milhões, com base no saldo da reserva de lucros de exercícios anteriores. O pagamento será efetuado a partir de 23 de agosto de 2019. De acordo com a legislação vigente não haverá desconto relativo ao Imposto de Renda na Fonte e farão jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações 13 de agosto de 2019, respeitadas as negociações em Bolsa até esta data. Dessa forma, a partir 14 de agosto de 2019, as ações da Companhia serão negociadas “ex-dividendos”.

7 Serviços prestados pelo auditor independente

No primeiro semestre de 2019, a remuneração total auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S. pelos serviços prestados foi de R\$ 2,3 milhões, dos quais R\$ 2,0 milhões pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e R\$ 0,3 milhão por serviços de consultoria.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Energisa S/A
Notas explicativas às informações trimestrais para
o período findo em 30 de junho de 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas.

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorizações de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuidoras de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Minas Gerais	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nova Friburgo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	São Paulo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”) (*)	Palmas	28/06/1999	30/01/2020
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“EMT”)	Cuiabá	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina Grande	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa	21/03/2001	21/03/2031
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (“ERO”)	Rondônia	30/10/2018	29/10/2048
Companhia de Eletricidade do Acre (“EAC”)	Acre	07/12/2018	06/12/2048

(*) A Companhia manifestou no âmbito do Plano de Recuperação das Falhas e Transgressões homologado pela ANEEL e por meio de correspondência protocolada em 25/04/2016 seu interesse na prorrogação de seu Contrato de Concessão pelo prazo de 30 (trinta) anos nos termos do Contrato de Concessão e da legislação vigente, sendo que a expectativa da Administração da Companhia, é de que tal prorrogação seja confirmada pelo Poder Concedente.

Transmissão de energia elétrica (Pré-operacionais)	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte	Goiás	11/08/2017	11/08/2047
LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	Pará	11/08/2017	11/08/2047
LT 500 kV Serra Pelada - Integradora Sossego, CD; LT 230 kV Integradora Sossego - Xinguara II, C2; SE 500/138 kV Serra Pelada; e SE 500/230 kV Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048
LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II, C1; LT 230 kV Dianópolis II - Gurupi, C1; LT 230 kV Dianópolis II - Palmas 2, C1 e SE 500/230 kV Gurupi - (3+1 Res) x 150 MVA; SE 230/138 kV Dianópolis II - 2 x 200 MVA	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049

Projeto de Geração e Geração Distribuída	Atividade	Localidade
Complexo Parque Eólico Sobradinho:		
EOL Alecrim	Eólica	Bahia
EOL Umbuzeiro Muquim	Eólica	Bahia
EOL Mandacaru	Eólica	Bahia
EOL Boa Esperança	Eólica	Bahia
Geração Distribuída:		
Alsol Energias Renováveis S.A. (“Alsol”)	Geração	Uberlândia

Comercializadora de energia elétrica	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”)	Rio de Janeiro	21/03/2006

Notas Explicativas

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

As obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

Distribuição de energia elétrica:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 31, respectivamente.

Transmissão de energia elétrica:

A Energisa foi vencedora de quatro lotes de Leilões de Transmissão promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em abril de 2017, no Leilão de Transmissão nº 005/2016, foram adquiridas as concessões referentes aos lotes 3 e 26, para a construção e operação de Linhas de Transmissão nos estados de Goiás e do Pará, respectivamente. Em 28 de junho de 2018, no Leilão de Transmissão nº 02/2018, foi adquirida concessão para a construção e operação de mais uma Linha de Transmissão, referente ao Lote 19 do referido Leilão, também no estado do Pará em 20 de dezembro de 2018, no leilão de transmissão nº 4/2018 foi adquirida concessão para a construção e operação de mais uma Linha de Transmissão, referente ao Lote 4 do referido Leilão localizado no estado da Bahia e Tocantins, passando a apresentar um investimento estimado da ordem de R\$1.804.304.

Notas Explicativas

O prazo para entrada em operação comercial da linha em Goiás é até agosto de 2021 e das linhas do estado do Pará, em fevereiro de 2022 e março de 2023, respectivamente e, a linha adquirida dos estados da Bahia e Tocantins é até março de 2024. Os três primeiros projetos já estão com seus processos de licenciamento ambiental em estágio avançado, sendo que já foram emitidas as suas Licenças de Instalação, junto aos órgãos competentes dos Estados, enquanto o último projeto vencido em dezembro de 2018 está em fase inicial do licenciamento. Para todos os empreendimentos, foram contratadas empresas com base sólida e “Know How” na execução de obra no segmento de Transmissão, sendo que as atividades de construção dos três primeiros já estão em andamento e busca-se antecipação do prazo de entrada em operação comercial, enquanto o último empreendimento está na fase de Projeto Básico.

Lote 3 - Leilão nº 005/2016, composto por instalações que ficam no estado de Goiás, incluindo a linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$295.294 e o prazo para a realização das obras é de 48 meses. A linha fica próxima ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde ficam duas das empresas do Grupo Energisa.

Lote 26 - Leilão nº 005/2016, ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. Os investimentos previstos montam em R\$329.791 e o prazo para a realização das obras é de 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Lote 19 - Leilão nº 002/2018, ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. Os investimentos previstos montam em R\$479.796 e o prazo para a realização das obras é de até 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Lote 4 - Leilão nº 004/2018 ficará nos estados da Bahia e Tocantins. O lote consiste em Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão. Os investimentos estimados para esta obra irão totalizar R\$699.423 e o prazo para realização das obras é de 60 meses. Esta obra é importante para o escoamento do potencial de geração hidráulica e fotovoltaica dos estados da Bahia e do Tocantins, além de suprimento para a região de Dianópolis e Gurupi no estado de Tocantins.

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de parque eólico, localizado no Estado da Bahia, uma pequena central de geração de energia hidrelétrica em Nova Friburgo (RJ) e Minas Gerais (MG), além de projetos de geração solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

Em 05/05/2019 a controlada Ceron através do contrato de compra e venda de ativos alienou, a Pequena Central Hidrelétrica, de seu acervo patrimonial denominada PCH Rio Vermelho, instalada no município de Vilhena - RO, no KM 27, com uma capacidade de 2.600 kW para a parte relacionada Energisa Geração Usina Mauricio S/A.

Notas Explicativas

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“ECOM”), que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas direta e indireta Energisa Soluções S/A (“ESOL”) e Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques eólicos, a controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”) presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado e credores apresentaram embargos de declaração, contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

A posição em 30 de junho de 2019 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R\$580.695, onde R\$457.424 refere-se a Empréstimos, R\$61.246 a Debêntures e R\$62.025 a Fornecedores e Outros Contas a Pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	180.239	272.451	54.267	506.957
(+) Atualização (1)	11.480	29.492	3.499	44.471
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	16.273	5.673	4.970	26.916
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.492)	(961)	(34.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.536	278.124	61.775	543.435
(+) Atualização (1)	5.703	14.627	1.757	22.087
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	9.344	2.928	2.901	15.173
Saldos em 30 de junho de 2019	218.583	295.679	66.433	580.695

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da REDE, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.
- (2) Ajustes a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

Notas Explicativas

Aquisição de controle acionário:

i) Distribuidoras - Ceron e Eletroacre

Em 30 de outubro e 6 de dezembro de 2018, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições contidas no edital nº 2/2018-PPI/PND, a Energisa, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, formalizou as transferências das participações societárias que asseguram o controle acionário das Centrais Elétricas de Rondônia (“ERO”) e da Companhia de Eletricidade do Acre (“EAC”), respectivamente. A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,00% do capital da ERO e 87,61% do capital da EAC.

Naquelas datas, ocorreram as Assembleias Gerais da ERO e da EAC que tiveram como ordem a eleição dos novos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora, além de aprovar os aportes de capital realizados pela Energisa na ERO no montante de R\$282.049 e na EAC de R\$274.374, sendo todas as condições suspensivas estabelecidas em Edital satisfeitas e/ou dispensadas.

ii) Geração Distribuída - Alsol Energias Renováveis S.A. (“Alsol”)

Em 17 de junho de 2019, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições suspensivas usuais para transações dessa natureza, tais como a aprovação pelo Conselho de Administrativo de Defesa Econômica - CADE, dentre outras, a Energisa, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, finalizou a aquisição de ações representativas de 87,01% do capital social total e votante da Alsol Energias Renováveis S.A. (“Alsol”), o preço de aquisição pago pela Companhia em contrapartida das ações da Alsol foi de R\$11.546. A Alsol detém 99,9% Larolsol, deste modo a Energisa adquiriu o controle indireto da Larolsol.

Também nesta data, foi celebrado o Acordo de Acionistas da Alsol, entre Energisa, Algar S.A. Empreendimentos e Participações e Participações e Gustavo Malagoli Buiatti. Com a conclusão da Aquisição e em razão da aprovação de aumento de capital no montante de R\$40.000, foram emitidas novas ações de emissão da Alsol, nesta data, todas subscritas e integralizadas pela Energisa e pela Algar. Os recursos serão destinados, principalmente, ao reforço do capital de giro e ao financiamento de investimentos em novos projetos.

Os efeitos das combinações de negócios estão sendo divulgados na nota explicativa 17.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 08 de agosto de 2019, compreendendo:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2019, com exceção à nova política contábil estabelecida pelo CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil, aprovado pela CVM através da Deliberação nº 787. O CPC 06 (R2) entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a Companhia o adotou o método retrospectivo modificado onde os principais impactos estão apresentados nas notas explicativas nº 3.2, 19.2 e 20, respectivamente.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

3.2 Efeitos da adoção do CPC 06 (R2)

Balço patrimonial	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 30/06/2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 30/06/2019	Saldo em 30/06/2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldo sem efeitos em 30/06/2019
Ativo						
Ativo circulante	1.003.176	-	1.003.176	11.656.752	-	11.656.752
Ativo realizável a longo prazo	2.238.490	-	2.238.490	10.832.621	-	10.832.621
Investimentos	7.914.863	-	7.914.863	102.450	-	102.450
Imobilizado	54.688	-	54.688	223.714	-	223.714
Intangível	15.779	(747)	15.032	14.706.455	(46.531)	14.659.924
Direito de uso - imóveis	747	(747)	-	46.531	(46.531)	-
Ativo Total	11.226.996	(747)	11.226.249	37.521.992	(46.531)	37.475.461
Passivo						
Passivo circulante	942.381	(37)	942.344	6.844.536	(13.997)	6.830.539
Arrendamentos operacionais	41	(41)	-	14.202	(14.202)	-
Impostos e contribuições sociais	9.230	4	9.234	728.411	205	728.616
Passivo não circulante	4.685.549	(717)	4.684.832	24.392.478	(32.932)	23.359.546
Arrendamentos operacionais	717	(717)	-	32.932	(32.932)	-
Patrimônio Líquido	5.599.066	7	5.599.073	6.284.978	398	6.285.376
Total	11.226.996	(747)	11.226.249	37.521.992	(46.531)	37.475.461

Demonstração do Resultado	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 01/04/2019 a 30/06/2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 01/04/2019 a 30/06/2019	Saldo em 01/04/2019 a 30/06/2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldo sem efeitos em 01/04/2019 a 30/06/2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	55.383	-	55.383	4.702.984	-	4.702.984
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(235)	(11)	(246)	(3.902.507)	(669)	(3.903.176)
Amortização e depreciação	43	16	59	(236.779)	4.354	(232.425)
Outras	14	(27)	(13)	(17.763)	(5.023)	(22.786)
Resultado bruto	55.148	(11)	55.137	800.477	(669)	799.808
Despesas/Receitas operacionais	166.448	-	166.448	(249.975)	-	(249.975)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	221.596	(11)	221.585	550.502	(669)	549.833
Resultado financeiro	(258.694)	17	(258.677)	(468.574)	976	(467.598)
Outras despesas financeiras	(2)	17	15	(86.137)	976	(85.161)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(37.098)	6	(37.092)	81.928	307	82.235
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	6.145	(2)	6.143	(90.788)	(104)	(90.892)
Lucro (Prejuízo) do período	(30.953)	4	(30.949)	(8.860)	203	(8.657)

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 01/01/2019 a 30/06/2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 01/01/2019 a 30/06/2019	Saldo em 01/01/2019 a 30/06/2019	Efeitos CPC 06 (R2)	Saldo sem efeitos em 01/01/2019 a 30/06/2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	102.418	-	102.418	9.467.069	-	9.467.069
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(27.226)	(21)	(27.247)	(7.891.995)	(1.151)	(7.893.146)
Amortização e depreciação	(1.554)	30	(1.524)	(506.605)	8.071	(498.534)
Outras	(97)	(51)	(148)	(40.709)	(9.222)	(49.931)
Resultado bruto	75.192	(21)	75.171	1.575.074	(1.151)	1.573.923
Despesas/Receitas operacionais	435.704		435.704	(497.367)		(497.367)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	510.896	(21)	510.875	1.077.707	(1.151)	1.076.556
Resultado financeiro	(432.317)	32	(432.285)	(701.774)	1.754	(700.020)
Outras despesas financeiras	(113)	32	(81)	(86.592)	1.754	(84.838)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	78.579	11	78.590	375.933	603	376.536
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	3.990	(4)	3.986	(256.019)	(205)	(256.224)
Lucro líquido do período	82.569	7	82.576	119.914	398	120.312

3.3 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, onde esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação determina que a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados.

A Administração da Companhia e de suas controladas conduziu as análises dos tratamentos fiscais utilizando-se das orientações de consultores e assessores jurídicos externos, a fim de avaliar se a posição adotada é a mais adequada, bem como, mensurar e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas à riscos prováveis de perdas. No período findo em 30 de junho de 2019 não foram identificados impactos relevantes na adoção desta interpretação.

4. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Energisa controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma

Notas Explicativas

controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período/exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas.

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/06/2019	31/12/2018
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (2)	Distribuição de energia	95,43	90
Companhia de Eletricidade do Acre S/A (2)	Distribuição de energia	93,58	87,61
Energisa Soluções S/A (ESO)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (3)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro -Muquim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Participações Minoritárias S/A (**)	Holding	87,7	87,7
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,97	99,97
Energisa Transmissão de Energia S/A (nova denominação social da Energisa Empreendimentos de Energia II S/A) (3) (*)	Holding	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	Geração eólica de energia	100	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	Geração eólica de energia	100	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A (3)	Transmissão de energia	100	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A (3)	Transmissão de energia	100	-
Energisa Transmissora de Energia III S/A (3)	Transmissão de energia	100	-
Alsol Energias Renováveis S/A	Serviços de geração de energia	89,21	-

Notas Explicativas

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/06/2019	31/12/2018
Controladas indiretas			
Empresa Energética Vale Paranapanema S/A - EEEP	Holding	99,99	99,99
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	95,91	92,62
Rede Power do Brasil S/A	Holding	95,91	92,62
QMRA Participações S/A	Holding	95,91	92,62
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	75,28	73,38
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (1) (4)	Distribuição de energia	95,86	92,58
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	79,59	77,07
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	95,94	92,66
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	95,39	92,12
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	99,99
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	99,99
Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Transmissão de energia	99,90	99,99
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	100	-
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	Serviços de geração de energia	99,90	-

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 18 de julho de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia.

(**) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

(1) Companhias Abertas.

(2) Companhias adquiridas pela Energisa S/A em outubro e dezembro de 2018 com participação direta de 95,43% (90% em 31 de dezembro de 2018) capital social da Centrais Elétricas de Rondônia ("Ceron") e 93,58% (87,61% em 31 de dezembro de 2018) da Companhia de Eletricidade do Acre ("Eletroacre"), respectivamente.

Em 1º de março de 2019, as sobras de ações da Ceron e da Eletroacre que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados, sendo 128.665.217 ações ordinárias na Ceron e 10.088.904.771 ações ordinárias e 3.768.032.911 ações preferenciais da Eletroacre, foram integralizadas pela Companhia que passou a deter os novos percentuais de participação.

(3) Em fase pré-operacional.

(4) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., possui 35,92% de participação na EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

Combinação de negócio e ágio:

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for

Notas Explicativas

menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Classificação dos ativos e passivos correntes e não correntes:

Os ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Subvenções governamentais:

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Quando são recebidos os benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais o benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo de acordo com o CPC 48, sendo o benefício relacionado a uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado tratado como subvenção governamental (mensurado por meio da diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo, apurado conforme o CPC 48, e o montante recebido).

Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Notas Explicativas

Tributos diferidos:

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subseqüentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos fiscais correntes são demonstrados de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada e somente se, a Companhia tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma Companhia tributável; ou (ii) nas Companhias tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Tributos sobre as receitas:

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre receitas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas.

Notas Explicativas

- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

5. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/06/2019					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	8.891.159	136	181.939	372.150	21.685	9.467.069
Receitas Intersegmentos	8.440	-	-	-	175.325	183.765
Total	8.899.599	136	181.939	372.150	197.010	9.650.834
Receitas Financeiras	321.777	-	4.992	1.847	136.515	465.131
Despesas Financeiras	(580.340)	(4)	(7.804)	(1.875)	(576.882)	(1.166.905)
Total	(258.563)	(4)	(2.812)	(28)	(440.367)	(701.774)
Amortização e depreciação	547.917	35	15	21	21.027	569.015
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	672.211	(274)	98.565	(12.204)	(382.365)	375.933

	30/06/2018					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	7.053.078	169	50.550	440.787	14.062	7.558.646
Receitas Intersegmentos	8.116	-	-	-	136.084	144.200
Total	7.061.194	169	50.550	440.787	150.146	7.702.846
Receitas Financeiras	204.221	3	-	1.032	101.131	306.387
Despesas Financeiras	(462.490)	(4)	(19)	(2.721)	(321.832)	(787.066)
Total	(258.269)	(1)	(19)	(1.689)	(220.701)	(480.679)
Depreciação e amortização	398.231	25	7	18	18.491	416.772
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	652.551	(129)	3.005	(636)	(237.650)	417.141

Notas Explicativas

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	30/06/2019	31/12/2018
Ativos dos segmentos divulgáveis	33.732.494	8.939	622.944	154.711	4.481.440	39.000.528	37.882.471
Ativo circulante	10.069.119	490	85.450	147.221	1.488.031	11.790.311	11.252.719
Ativo não circulante	23.663.375	8.449	537.494	7.490	2.993.409	27.210.217	26.629.752
Passivos dos segmentos divulgáveis	25.564.434	50	391.562	157.687	6.601.817	32.715.550	31.834.941
Passivo circulante	5.736.196	40	17.999	143.661	1.080.197	6.978.093	7.753.395
Passivo não circulante	19.828.238	10	373.563	14.026	5.521.620	25.737.457	24.081.546

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Receita				
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	4.811.192	9.650.834	3.953.268	7.702.846
Eliminação de receitas intersegmentos	(108.208)	(183.765)	(66.677)	(144.200)
Receita líquida consolidada	4.702.984	9.467.069	3.886.591	7.558.646
Amortização e depreciação				
Amortização e depreciação total de segmentos divulgáveis	268.481	569.015	200.163	416.772
Amortização e depreciação consolidada	268.481	569.015	200.163	416.772
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	245.202	465.131	143.288	306.387
Eliminação de receitas intersegmentos	(56.630)	(94.741)	(41.513)	(90.568)
Receita financeira consolidada	188.572	370.390	101.775	215.819
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(713.776)	(1.166.905)	(353.808)	(787.066)
Eliminação de despesa intersegmentos	56.630	94.741	41.513	90.568
Despesa financeira consolidada	(657.146)	(1.072.164)	(312.295)	(696.498)
Lucros				
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	81.928	375.933	181.520	417.141
Lucro antes dos impostos	81.928	375.933	181.520	417.141

	30/06/2019	31/12/2018
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	39.000.528	37.882.471
Outros valores não alocados	(1.896.790)	(1.464.463)
Total Ativo consolidado	37.103.738	36.418.008
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	32.715.550	31.834.941
Outros valores não alocados	(1.896.790)	(1.464.463)
Total passivo consolidado	30.818.760	30.370.478

Notas Explicativas

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2019 equivale a 93,8% do CDI (96,0 % do CDI em dezembro de 2018).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários à vista	2.762	2.930	182.359	173.785
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	12.713	310.757	638.941	532.953
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	178.789	4.894	184.590
Compromissada	12.713	131.968	634.047	348.363
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante	15.475	313.687	821.300	706.738

6.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2019 equivale a 104,8% do CDI (100,0% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	2.561.561	2.431.702	2.828.286	3.643.972
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.990	13.597	36.433	33.064
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	10.488	8.454
Compromissada ⁽²⁾	-	-	36	342
Debêntures ⁽³⁾	1.806.509	1.272.160	-	-
Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	25	14.310	118.015	723.726
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽⁵⁾	741.037	1.131.635	2.559.607	2.778.399
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	15.405	8.816	47.172	16.238
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.768	2.991	5.413	5.508
Compromissadas	69.368	238.504	212.403	439.285
Títulos públicos	53.769	408	339.836	443.894
Fundo de Renda Fixa	499.889	620.420	1.530.647	1.142.711
Letra financeira do Tesouro (LFT)	65.728	210.690	283.098	541.796
Letra financeira (LF)	2.223	9.969	13.278	64.626
Letra financeira (LTN)	7.543	8.089	31.061	29.627
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	25.344	31.748	96.699	94.714
Títulos CCBs ⁽⁶⁾	74.591	74.711	74.591	74.711
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs ⁽⁶⁾	(74.591)	(74.711)	(74.591)	(74.711)
Nota Promissória	-	-	-	-
Outros instrumentos	-	-	252	252
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁷⁾	-	-	103.455	99.735
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁸⁾	2.561.561	2.431.702	2.828.286	3.643.972
Circulante	798.330	1.182.802	2.719.840	3.538.730
Não Circulante	1.763.231	1.248.900	108.446	105.242

Notas Explicativas

- (1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,0% a 100,0% e média ponderada 99,9% do CDI;
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 55,0% a 102,5% e média ponderada do CDI e estão lastreadas em debêntures;
- (3) Debêntures privadas emitidas pelas distribuidoras do grupo;
- (4) Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e são remunerados de 34,7% a 110,2% e média ponderada 105,5% do CDI.
- (5) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LTN e NTN são remuneradas 106,8% do CDI Fundo FI Energisa e 106,8% do CDI Fundo Zona da Mata.
- (6) Cédula de Crédito Bancária.
- (7) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados: FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034 e FIDC III Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020.
- (8) Inclui na controladora R\$14.552 (R\$14.185 em 31 de dezembro de 2018) e no consolidado R\$204.487 (R\$233.821 em 31 de dezembro de 2018) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Depósito judicial credores	14.527	14.094	14.527	14.094
FIDC	-	-	104.270	99.735
Luz para todos	-	-	61.329	100.492
Garantia com comercialização de energia	-	-	10.488	8.454
Outros	25	91	13.873	11.046
Total	14.552	14.185	204.487	233.821

Notas Explicativas

8 Clientes, consumidores e concessionárias

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 14 - transações com partes relacionadas e no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado						PPECLD (7)	Total	
	30/06/2019	31/12/2018	Saldos a vencer		Saldos vencidos			30/06/2019		31/12/2018	
			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias				Há mais de 360 dias
Valores correntes: (1)											
Residencial	-	-	337.190	2	439.194	70.653	25.605	14.322	(117.856)	769.110	738.142
Industrial	-	-	187.710	-	40.626	8.291	9.967	33.518	(45.201)	234.911	215.549
Comercial	-	-	280.938	-	108.692	18.587	15.734	27.427	(44.257)	407.121	382.440
Rural	-	-	108.672	-	59.033	14.505	6.842	3.511	(8.579)	183.984	167.188
Poder público	-	-	109.896	-	31.692	2.645	2.359	11.744	(15.456)	142.880	120.799
Iluminação pública	-	-	42.604	-	15.921	2.851	3.737	12.120	(18.287)	58.946	70.471
Serviço público	-	-	53.191	-	8.561	6.632	10.632	57.915	(72.706)	64.225	62.583
Serviço taxado	-	-	3.854	-	-	-	-	-	-	3.854	4.323
Fornecimento não faturado	-	-	833.213	-	-	-	-	-	-	833.213	754.443
Arrecadação Processo Classificação	-	-	27.694	-	-	-	-	-	-	27.694	92.269
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	34.527	72.144	27.137	12.983	6.559	44.747	(77.784)	120.313	97.206
Industrial	-	-	7.599	17.586	3.281	1.647	1.946	21.414	(31.680)	21.793	26.755
Comercial	-	-	16.614	77.397	9.316	2.948	4.369	17.422	(52.084)	75.982	82.830
Rural	-	-	6.401	16.670	4.130	1.733	1.203	4.077	(14.053)	20.161	22.498
Poder público (2)	-	-	15.459	372.482	3.667	638	608	9.683	(19.586)	382.951	390.717
Iluminação pública	-	-	3.835	31.162	355	-	11	15	(12.138)	23.240	22.295
Serviço público	-	-	1.199	14.848	3.122	96	46	271	(4.183)	15.399	17.679
(-) Ajuste valor Presente (3)	-	-	(2.772)	(105.753)	-	-	-	-	-	(108.525)	(111.618)
Subtotal-clientes	-	-	2.067.824	496.538	754.727	144.209	89.618	258.186	(533.850)	3.277.252	3.156.569
Suprimento energia a concessionárias-moeda nacional (4)	-	-	268.274	-	-	-	-	34.589	(5.482)	297.381	75.568
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	4.284	-	186	-	-	9.868	(10.124)	4.214	1.655
Serviços Especializados	47.368	34.842	33.658	-	1.041	-	-	-	(2.652)	32.047	14.770
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros (6)	-	-	140.357	74.048	163.588	22.046	2.111	370.728	(22.690)	750.188	729.417
Total	47.368	34.842	2.526.598	570.586	919.542	166.255	91.729	673.371	(574.798)	4.373.283	3.990.180
Circulante	47.368	34.842								3.396.653	3.041.247
Não Circulante	-	-								976.630	948.933

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Reconhecido ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$8.265 (R\$12.926 em 31 dezembro de 2018) contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 6,40 % a.a (6.60% a.a em 31 de dezembro de 2018).

(3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 6,40% a.a. (6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

(4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Saldos a vencer	268.250	43.963
Créditos vinculados a liminares ^(a)	34.589	34.589
Sub-total créditos CCEE ^(*)	302.839	78.552
(-) Aquisição de energia na CCEE	(301.071)	(157.619)
(-) Encargos de serviços do sistema	(15.708)	(31.628)
Total débitos CCEE	(13.940)	(110.695)

(*) O sub-total de R\$302.839 (R\$78.552 em 31 de dezembro de 2018) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$2.913 (R\$2.913 em 31 de dezembro de 2018).

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. As controladas ESE, EMG, ENF e ESS não constituíram provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(5) Os valores objetivaram recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2018), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado.

(6) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado além de incluir, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

(7) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa. A provisão foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias.

Segue movimentação das provisões:

Movimentação das provisões	30/06/2019	31/12/2018
Saldo inicial - circulante -31/12/2018 e 31/12/2017	605.063	388.025
Saldo de aquisição da combinação de negócios	220	170.936
Provisões constituídas no período/exercício	173.565	154.736
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(90.368)	(108.634)
Saldo final - circulante -30/06/2019 e 31/12/2018	688.480	605.063
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	574.798	493.192
Títulos de créditos a receber	71.653	71.175
Outros créditos	42.029	40.696
Saldo final	688.480	605.063

Notas Explicativas

8 Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	15.045	16.590
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (1)	-	-	65.763	65.763
Títulos de créditos a receber (1)	150	222	45.597	47.125
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (1 e 2)	-	-	(71.653)	(71.175)
Ajuste a valor presente (1 e 2)	-	-	(22.904)	(23.166)
Total	150	222	31.848	35.137
Circulante	134	144	16.314	20.031
Não circulante	16	78	15.534	15.106

Em 30 de junho de 2019, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

Vencimento dos títulos	Controladora	Consolidado (*)
	30/06/2019	30/06/2019
Vencidos	-	4.903
2019	134	6.792
2020	16	7.645
2021	-	7.372
2022 em diante	-	76.789
Total	150	103.501

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

Controladora:

Em 30 de junho de 2019 a Energisa S/A, possui R\$150 (R\$222 em 31 de dezembro 2018) de títulos a receber junto a Raizen do Brasil que serão liquidados em 36 parcelas com valor mensal de R\$85, com incidência de juros mensais equivalentes ao CDI.

Consolidado:

(1) Precatórios de Órgãos Públicos Municipais - controlada indireta EMT

- (i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$15.045 (R\$16.590 em 31 de dezembro de 2018) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 34 parcelas, restando 32 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente de R\$131 (R\$78 em 31 de dezembro de 2018), utilizando a taxa média anual de CDI 6,40 % a.a. (6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) A controlada contabilizou em junho de 2018 títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao período de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$65.763 (valores históricos), vencidas a partir de 27 de julho de 1998, que se encontravam totalmente provisionado. Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. O montante se encontra integralmente provisionado, conforme segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Prefeitura Municipal de Alta Floresta	1.025	1.025
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590	56.590
Total	65.763	65.763

Notas Explicativas

(2) Títulos de créditos a receber:

Controlada indireta EMT

Aquisição de crédito de carbono no montante de R\$1.625 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2018) que se encontra totalmente provisionado.

Controlada indireta ESS:

- (i) A controlada, adquiriu em 2003, R\$44.033 (R\$44.033 em 31 de dezembro de 2018), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada indireta ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2018) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mutuo de postes e outros no montante de R\$3.749 (R\$8.299 em 31 de dezembro de 2018). A controlada constituiu perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$290 (R\$684 em 31 de dezembro de 2018), que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Regente Feijó no montante de R\$290 (R\$290 em 31 de dezembro de 2018).

Prefeituras	30/06/2019	31/12/2018
Regente Feijó	290	290
Santo Anastácio	-	394
Total	290	684

Controlada indireta ETO:

A controlada indireta ETO no 1º trimestre de 2019 registrou o montante de R\$11.170 (R\$12.496 em 31 de dezembro de 2018), cujo detalhamento dos títulos é como segue:

- (i) R\$7.715 (R\$9.135 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados são como segue:

Prefeituras	30/06/2019	31/12/2018
Araguatins	-	163
Palmeirópolis	3	3
Paraíso	1.933	2.358
Silvanópolis	-	28
Taguatinga	4.094	4.601
Divinópolis (*)	285	442
Miranorte (*)	462	699
Porto Nacional (*)	651	651
Cachoeirinha (*)	33	33
Colmeia (*)	204	107
Ponte Alta do Bom Jesus (*)	50	50
Total	7.715	9.135

(*) valores integralmente provisionados até que se inicie os pagamentos, no montante de R\$1.685.

- (ii) R\$3.455 (R\$3.361 em 31 de dezembro de 2018), inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO. A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$782.

A Administração da controlada ETO, constituiu provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$140 (R\$455 em 31 de dezembro de 2018) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

Notas Explicativas

Demais controladas:

- (i) R\$5.980 (R\$1.665 em 31 de dezembro de 2018), outros títulos a receber junto a terceiros, das controladas CTCE, EPB, EMG, ESE, Dinâmica e ERO.
- (ii) A controlada EMG constituiu no período perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Manhuaçu no montante de R\$746 (R\$748 em 31 de dezembro de 2018).

9 Dividendos a receber

Dividendos a receber	Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	42.445
Energisa Transmissora de Energia S/A	5.860	-
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	53.486
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	1.289	1.289
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	-	4.471
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	8.482	247
Total - Ativo Circulante	15.631	101.938

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	316.475	270.539
Imposto de renda retido fonte - IRRF	42.269	29.306	65.164	38.986
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	74.906	71.591	592.606	567.338
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	7.829	6.663	168.536	162.289
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.181	1.309	132.006	111.555
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins (*)	-	-	418.254	-
Outros	168	171	55.600	42.416
	126.353	109.040	1.748.641	1.193.123
Circulante	90.985	88.855	944.736	925.676
Não circulante	35.368	20.185	803.905	267.447

(*) As controladas EPB e EBO constituíram no período créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R\$418.254, referente a redução do ICMS na base de cálculo após suas ações transitarem em julgado, baseado na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic. As controladas estarão estabelecendo procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo finalize suas apurações finais.

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

11 Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

11.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Notas Explicativas

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.414, de 03/07/2018	15,55%	12/07/2018
EMG	Resolução 2.561, de 18/06/2019	6,73%	22/06/2019
EBO	Resolução 2.512, de 29/01/2019	4,36%	04/02/2019
ENF	Resolução 2.560, de 18/06/2019	9,26%	22/06/2019
EPB	Resolução 2.439, de 22/08/2018	15,73%	28/08/2018
ETO	Resolução 2.413, de 03/07/2018	10,13%	04/07/2018
CERON	Resolução 2.496, de 11/12/2018	25,34%	13/12/2018
ELETROACRE	Resolução 2.497, de 11/12/2018	21,29%	13/12/2018
ESE	Resolução 2.531, de 16/04/2019	2,80%	22/04/2019
EMT	Resolução 2.527, de 02/04/2019	11,29%	08/04/2019
EMS	Resolução 2.525, de 02/04/2019	12,39%	08/04/2019

11.2 Revisões tarifárias períodos:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e ETO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS (*), ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.200, de 31/01/2017	0,43%	04/02/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016
CERON	Resolução 1.657 de 26/11/2013	13,17%	30/11/2013
ELETROACRE	Resolução 1.655 de 26/11/2013	10,73%	30/11/2013

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

11.3 Revisão Tarifária Extraordinária

Em 26 de março de 2019, a ANEEL aprovou por meio da Resolução 2.523 a revisão extraordinária que afetou as controladas diretas EBO, ERO e EAC, devido a antecipação do término do pagamento da cota da CDE Conta ACR.

Notas Explicativas

Os novos valores entrarão em vigor a partir do dia 1º de abril de 2019, afetando então os ativos e passivos financeiros setoriais das controladas diretas.

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ERO ⁽¹⁾	Resolução 2.524, de 26/03/2019	17,87%	01/04/2019
EBO ⁽²⁾	Resolução 2.523, de 26/03/2019	1,75%	01/04/2019
EAC ⁽²⁾	Resolução 2.523, de 26/03/2019	18,13%	01/04/2019

⁽¹⁾ Na controlada ERO foi efetuado em 26/03/2019, redução média de 7,4% nas tarifas de energia elétrica da Companhia, resultando em uma diminuição do índice de reajuste médio de 25,34% (aprovados em dezembro de 2018) para 17,87%.

⁽²⁾ Nas controladas EBO e EAC foi efetuado em 26/03/2019, redução média de 2,5% e 2,6%, respectivamente, nas tarifas de energia elétrica das Companhias, devido ao abatimento da parcela do empréstimo da Conta ACR, na Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e ajustes nas parcelas referentes a outras rubricas da CDE (CDE USO e CDE Decreto), resultando em uma diminuição do índice de reajuste médio na EBO de 4,36%, aprovado em janeiro de 2019, para 1,75% e na EAC de 21,29%, aprovado em dezembro de 2018, para 18,13%.

11.4 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh)

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória n°2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

No 2º trimestre de 2019 e 2018 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	30/06/2019	30/06/2018
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Amarela
Junho	Verde	Vermelha Patamar II

Notas Explicativas

11.5 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto n° 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R\$4.495 (R\$4.495 em 31 de dezembro de 2018) que deverão ser compensados.

O grupo Energisa emvidou seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores para se manter dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%) durante o período.

12 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais- Consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Notas Explicativas

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldo em 31/12/2018	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 30/06/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	1.575.318	149.972	(668.500)	20.799	(21.080)	1.056.509	704.799	351.710	950.989	105.520
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	53.496	17.071	(26.441)	617	(340)	44.403	14.695	29.708	38.476	5.927
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	3.900	18.109	(4.353)	329	-	17.985	7.115	10.870	15.690	2.295
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	10.116	5.162	(2.969)	192	(14)	12.487	7.277	5.210	10.036	2.451
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	118.223	86.032	(31.442)	2.390	(7.190)	168.013	78.292	89.721	124.368	43.645
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	14.884	8.832	(1.102)	52	(12.287)	10.379	3.208	7.171	5.419	4.960
Sobrecontratação de energia (4)	176.995	82.612	(104.718)	323	(2.933)	152.279	78.021	74.258	94.689	57.590
CUSD	8.965	60	(6.869)	27	(684)	1.499	876	623	1.407	92
Garantias (8)	4.614	1.976	(2.205)	83	-	4.468	1.639	2.829	3.812	656
Exposição de submercados (6)	150.923	299.820	(70.393)	5.021	(2)	385.369	86.958	298.411	248.761	136.608
Saldo a Compensar (9)	25.978	22.568	(12.831)	(2.091)	(18.313)	15.311	6.722	8.589	11.419	3.892
RGR Designadas (7)	672.776	(5.501)	-	8.216	-	675.491	-	675.491	-	675.491
Outros itens financeiros (10)	11.626	94.518	(5.380)	2.321	10.330	113.415	2.295	111.120	63.802	49.613
Total Ativo	2.827.814	781.231	(937.203)	38.279	(52.513)	2.657.608	991.897	1.665.711	1.568.868	1.088.740

Passivo financeiro setorial	Saldo em 31/12/2018	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo 30/06/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	13.048	9.629	-	420	(21.080)	2.017	-	2.017	822	1.195
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	7.240	4.667	(4.406)	135	(341)	7.295	3.974	3.321	4.878	2.417
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	195	-	(181)	-	(14)	-	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	632.275	131.162	(294.727)	8.107	-	476.817	260.905	215.912	405.409	71.408
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.229	7.096	(16.575)	40	(7.190)	1.600	76	1.524	871	729
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	63.443	58.213	(43.217)	1.737	(12.287)	67.889	36.909	30.980	62.426	5.463
Sobrecontratação de energia (4)	295.880	70.004	(105.477)	5.441	(2.932)	262.916	119.322	143.594	220.327	42.589
Devoluções Tarifárias (5)	139.662	53.100	(12.232)	2.889	-	183.419	7.384	176.035	27.590	155.829
CUSD	89	513	507	22	(684)	447	378	69	381	66
Exposição de submercados (6)	3	-	1	2	(6)	-	-	-	-	-
Saldo a Compensar (9)	30.959	19.251	(11.765)	(2.841)	(18.306)	17.298	5.521	11.777	15.505	1.793
Outros itens financeiros (10)	37.407	2.420	(40.569)	(1)	10.327	9.584	9.585	(1)	9.585	(1)
Total Passivo	1.238.430	356.055	(528.641)	15.951	(52.513)	1.029.282	444.054	585.228	747.794	281.488
Saldo líquido	1.589.384	425.176	(408.562)	22.328	-	1.628.326	547.843	1.080.483	821.074	807.252

- Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** A distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- Devoluções tarifárias:** Refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- Exposição de submercados:** Representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados.

Notas Explicativas

- (7) **RGR Designada** - as controladas CERON e ACRE detinham a concessão para a exploração de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos termos dos Contratos de Concessão vigentes a época. Em 22 de julho de 2016 a acionista Eletrobrás, deliberou pela não prorrogação das Concessões de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica das Distribuidoras da Eletrobrás, deixando de ser concessionárias para se tornarem prestadoras temporárias do serviço de distribuição de energia elétrica.

Objetivando regulamentar o assunto, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 388/2016, definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e designou as empresas de distribuição da Eletrobrás como prestadoras temporárias do serviço de distribuição de energia elétrica, por meio das Portarias nº 420, nº 421, nº 422, nº 423, nº 424 e nº 425, todas de 2016.

Até a transferência do controle acionário ocorrido em 30 de outubro e 06 de dezembro de 2018 para Ceron e Eletroacre, respectivamente, as distribuidoras complementaram suas fontes de recursos através da utilização e captação de empréstimos oriundos da Reserva Global de Reversão - RGR.

Ao contrair tais obrigações financeiras, as controladas foram oneradas economicamente pela ausência de contrapartida ativa de tais obrigações.

Desta forma, por meio do ofício nº 242/2018, a Aneel estabeleceu que em ambos os cenários, outorga pura (liquidação) e ou licitação combo (alienação do controle acionário) o passivo contraído junto ao Fundo RGR, durante todo o período da designação, seria transferido para a nova concessão, no qual o novo concessionário faria jus ao recebimento tarifário nos termos da Lei e da forma definida pelo edital de licitação. Adicionalmente a Aneel ainda concluiu no ofício que: "Não há hipótese, portanto, que o passivo fique com a Distribuidora Designada sem ter um ativo 'correspondente'".

Assim, fica também afastada a condicionalidade de reconhecimento desse direito apenas via consumo, caracterizando um direito incondicional, de forma análoga ao ativo substancializado no OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, reunindo assim as condições necessárias para o registro contábil do reconhecimento do direito como receita da CVA - outros componentes financeiros em contrapartida de ativo financeiro setorial da concessão. Conforme Resolução Normativa nº 748, de 29 de novembro de 2016, art. 6º Parágrafos 9º a 10º. § 9º, a taxa de juros utilizada para o empréstimo foi de 111% da taxa SELIC.

Ademais, nas datas das assinaturas dos novos contratos de concessão foram aplicados os índices de deságio da flexibilização regulatória e outorga ofertados pela Companhia, 21% para a Ceron e 31% para a Eletroacre, resultando em redução do montante de RGR designada de R\$101.038 e R\$52.454, respectivamente.

- (8) **Garantias Financeiras:** Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (9) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (10) **Outros itens financeiros:** Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC. Inclui, em março de 2019 a Companhia reconheceu na rubrica Outros Itens Financeiros, o montante de R\$2.435 incluído na coluna "adição", referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009) conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL.

Notas Explicativas

15 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	70.011	68.727
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	105.821	147.378
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	15.882	15.218
Ordens de desativação em curso	-	-	6.439	18.521
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.887	1.512
Adiantamentos a fornecedores e empregados	803	610	80.253	46.593
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	141.579	178.121
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	82.831	80.581
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(27.280)	(27.808)
Sub-rogação da CCC ⁽⁵⁾	-	-	22.834	24.316
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.264
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Despesas pagas antecipadamente	2.120	8.257	64.999	61.325
Contas a receber de venda das empresas de geração ⁽⁶⁾	62.020	62.020	62.020	62.020
Créditos a receber de terceiros ⁽⁷⁾	-	-	54.005	39.284
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	16.166	16.166
Créditos a receber Estado de Tocantins ⁽⁹⁾	-	-	32.002	50.343
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber ⁽⁹⁾	-	-	-	(40.000)
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽¹⁰⁾	-	-	52.460	55.162
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais	-	-	10.246	8.049
Adiantamentos - Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	58.089	58.089
CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009 ⁽¹²⁾	-	-	86.049	244.971
Repasse Capitalização ERO e EAC ⁽¹³⁾	-	109.604	-	-
Créditos CCC - ICMS a receber EAC ⁽¹⁴⁾	-	-	55.817	-
Outros ^(*)	25.312	16.181	65.161	43.386
Total	90.255	196.672	1.070.801	1.165.585
Circulante	28.234	25.049	741.474	921.242
Não circulante	62.021	171.623	329.424	244.343

(*) Inclui, na controladora R\$711 (R\$705 em 31 de dezembro 2018) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R\$42.029 (R\$40.696 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

(1) Os créditos de subvenção baixa renda referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se as provisões de maio e junho/2019. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período:

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	4.260	333	8.850	10.451	1.811	8.831	7.097	7.893	4.446	3.381	11.374	68.727
Subvenção baixa renda	8.180	892	22.755	47.023	4.321	18.543	18.989	16.746	9.288	8.633	6.636	162.006
Ressarcimento pela CCEE	(8.313)	(921)	(23.519)	(41.512)	(4.566)	(20.060)	(19.411)	(18.125)	(9.572)	(8.907)	(5.816)	(160.722)
Saldos consolidados em 30/06/2019	4.127	304	8.086	15.962	1.566	7.314	6.675	6.514	4.162	3.107	12.194	70.011

Notas Explicativas

(2) O saldo de subvenção CDE - Desconto Tarifário refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os saldos correspondem às subvenções incorridas nos meses de maio e junho de 2019, que serão compensados /ressarcidos no segundo trimestre de 2019.

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	10.198	374	1.653	26.176	(404)	54.442	12.864	27.099	20.359	21.508	3.852	178.121
Desconto tarifário												
subvenção Irrigante e Rural	28.061	2.324	22.285	43.457	4.487	134.325	35.742	85.001	50.038	36.373	7.872	449.965
Ressarcimento pela CCEE	(32.963)	(1.854)	(21.280)	(51.830)	(3.273)	(145.106)	(34.996)	(83.319)	(52.254)	(50.012)	(9.620)	(486.507)
Saldos consolidados em 30/06/2019	5.296	844	2.658	17.803	810	43.661	13.610	28.781	18.143	7.869	2.104	141.579

As controladas EMG, ENF, ESS e EMS desde 02 de setembro de 2015, possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, até dezembro de 2018, foram compensados e ressarcidos R\$92.119 referente à Subvenção CDE e R\$24.295 referente subvenção Baixa Renda. As compensações foram finalizadas em dezembro de 2018.

(3) Banco Daycoval - refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle das controladas.

(4) Crédito a receber da Celpe são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, ESS e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante serão pagos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

(5) Sub rogação CCC - a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/06/2019	31/12/2018
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	14.307	17.947	19.019
Sistema de Transmissão Rondolândia	em serviço	10.203	4.613	3.781	832	1.154
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	860	4.055	4.143
Total		53.125	41.782	18.948	22.834	24.316
Circulante (Principal)					5.165	10.414
Não Circulante (Principal)					17.669	13.902

(6) Contas a receber de venda das empresas de geração refere-se ao montante que a Energisa possui a receber de R\$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora.

A Companhia estimou a controvérsia em R\$51.480, valor que foi registrado pela Energisa como redutor aos resultados descontinuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora com prováveis êxitos de realização.

(7) Refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Créditos a receber das Centrais Elétrica Brasileiras refere-se ao montante que a controlada Energisa TO reconheceu no período créditos a receber no montante R\$16.166 (R\$16.166 em 31 de dezembro de 2018), referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato N° ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

Notas Explicativas

(9) Créditos a receber do Estado de Tocantins refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	30/06/2019	31/12/2018
Principal	95.561	95.561
Atualização monetária - IGPM (*)	76.589	76.589
Amortização - Dividendos	(107.085)	(88.744)
Amortização - Ações	(33.063)	(33.063)
Total	32.002	50.343
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	-	(40.000)
Total não circulante	32.002	10.343

(*) A partir do mês de julho de 2017 a controlada paralisou a aplicação do índice de atualização monetária sobre o saldo do contrato em face de encontrar-se em processo de negociação com o Governo do Estado.

- Programa Reluz Tocantins

Trata-se de crédito mantido pela controlada ETO contra o Governo do Estado de Tocantins relativo a implementação do Programa Reluz Tocantins e Convênio 028/2008. A controlada vem mantendo tratativas junto ao Governo do Estado de forma a possibilitar a liquidação do saldo, uma vez que a ETO realizou todas as obras e cumpriu com todas as obrigações contratuais.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta ETO no montante de R\$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor.

Baseado na perspectiva de conclusão das negociações, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos a receber referentes ao Programa Reluz Tocantins e Convênio 028/2008 da controlada ETO com o acionista Estado do Tocantins e efetuou a reversão da provisão do valor presente do contas a receber de R\$40.000, reconhecida na demonstração de resultado consolidado do período, na rubrica de outras despesas financeiras.

(10) Aquisição de combustível da conta CCC a controlada Energisa Mato Grosso Distribuição de Energia S.A (EMT) possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo que deste total, R\$53.621 foram reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018, referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016 que detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o reprocessamento mensal dos benefícios, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. No primeiro trimestre de 2019 houve reversão da provisão no montante de R\$4.126 em virtude do Custo Total de Geração - CTG, ter sido inferior ao ACRmed neste período, além dos recebimentos correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 2018.

(11) Adiantamento INERGUS refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Sergipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(12) Os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas Ceron e Eletroacre junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassados as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Em junho/19 foi recebido o montante de R\$214.519, pela controlada ERO referente aos meses de setembro a dezembro/2018.

(13) Refere-se ao montante da subscrição das sobras de ações da Ceron e da Eletroacre que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados, correspondente a 128.665.217 ações ordinárias da ERO e 10.088.904.771 ações ordinárias e 3.768.032.911 ações preferenciais da EAC, a Companhia realizou a aquisição das sobras em 1º de março de 2019. O montante das ações adquiridas foram reconhecidos como investimentos - participação em controladas.

(14) Refere-se a créditos de CCC reconhecido pela controlada Eletroacre de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. Os valores de 30 de junho de 2019 estão compondo a nota explicativa, nº24.

14 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (30,49% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (81,40% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total).

Notas Explicativas

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	30/06/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias - Serviços especializados	47.368	-	34.842	-
Outros Créditos - outros - Comissão de aval	710	-	706	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	1.806.508	-	1.272.160	-
Mútuos (1):				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	1.033	-	995	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (2)	16.005	-	14.413	-
. Rede Energia Participações S/A (2) e (3)	103.538	6.011	95.434	5.827
. Companhia de Eletricidade do Acre (1)	-	-	75.554	-
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A (1)	242.025	-	-	-
Outros (*):				
. Companhia de Eletricidade do Acre	-	-	-	35.264
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	-	-	-	27.835
Total - não circulante	362.601	6.011	186.396	68.926
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (4):				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	10	-	10	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	300	-	932	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	2.615	-	41	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	11	-	10	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	11	-	10	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	11	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	11	-	11	-
. Energisa Participações Minoritárias S/A (**)	11	-	11	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	60.201	-	60.201	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	1.007	-	948	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	52.771	-	52.771	-
. Energisa Soluções S/A	-	-	32.819	-
. Energisa Transmissora de Energia S/A	-	-	134	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	13	-	-	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	17	-	-	-
. Energisa Tocantins Transmissão de Energia II	638	-	-	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	614.296	-	-	-
. Energisa serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	120	-	-	-
	732.043	-	147.909	-
Total	2.949.230	6.011	1.642.013	68.926

(*) Refere-se compromisso da controladora em subscrever as sobras das ações dos empregados e aposentados.

(**) Em Assembleia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

(1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,5732 a.a (CDI + 0,6668 a.a em 31 de dezembro de 2018), e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power.

(2) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta.

(3) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da

Notas Explicativas

dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do período as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

- (4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos. Os recursos no montante de R\$ 614.296 adiantados a controlada Denerge, foram utilizados pela EEVP para liquidação da PUT exercida pela BNDESPAR e liquidada em 08 de março de 2019. Vide nota 35.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Rede Energia Participações S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/07/2020
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	12/09/2020
. Rede Energia Participações S/A (créditos opção "C")	CDI + 2% a.a	11/10/2036
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	31/10/2021
. Companhia de Eletricidade do Acre	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	06/12/2021

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados (1)	Serviços contratados	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (5)	
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	6.352	-	5.399	2.856	70.069	
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	16.446	-	11.015	9.141	199.908	
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	8.748	-	9.817	4.124	122.729	
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	2.616	-	667	1.611	76	
. Energisa Soluções S/A	1.278	53	-	657	-	
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	1.183	-	639	577	35	
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (4)	27.366	-	14.074	8.834	320.812	
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	16.200	-	5.262	5.182	155.984	
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (4)	11.248	-	9.036	3.708	219.659	
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A	14.236	-	8.837	4.411	212.671	
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A	626	-	-	426	-	
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	1.631	-	-	
. Multi Energisa Serviços S/A	979	-	-	315	-	
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	4	-	-	7	-	
. Energisa Serviços Aéreos e Aero inspeção S/A	2	-	-	-	-	
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda	394	-	-	165	-	
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	1	-	-	1	-	
. Gipar S/A (2)	-	-	(6.099)	-	-	
. Rede Energia Participações S/A	-	-	7.878	-	-	
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A	5.821	-	7.438	5.571	328.428	
. Companhia de Eletricidade do Acre	2.554	-	3.805	2.554	176.847	
	30/06/2019	116.054	53	79.399	50.140	1.807.218
	31/12/2018	-	-	-	37.613	1.272.866
	30/06/2018	87.022	-	80.711	-	-

- (1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;
- (2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.;

Notas Explicativas

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2018, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$12.199, registrados na rubrica de “despesas pagas antecipadamente” e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período findo em 30 de junho de 2019 foram contabilizados R\$6.099 (R\$11.791 em 31 de dezembro de 2018) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período. O saldo a apropriar em 30 de junho de 2019 é de R\$2.033 que será reconhecido até agosto de 2019;

- (3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 30 de junho de 2019 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;
- (4) Inclui o valor de R\$814 em 31 dezembro de 2018 referente aos rendimentos das aplicações financeiras das 33.540 debentures de emissão da controlada EMT e recompradas pela controlada em 15 de janeiro de 2018 e R\$11.942 em 31 de dezembro de 2017 de notas promissórias de 1ª e 2ª série emitidas pela controlada ETO - vide nota explicativa nº 6.2;
- (5) Em 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS, ETO e EMS, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Série. Em 30 de junho de 2019, o valor atualizado é de R\$1.806.507 (R\$1.272.160 em 31 de dezembro de 2018) de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT, ETO e EMS, conforme segue: (i) EMG R\$69.914; EPB - R\$199.759; ESE - R\$122.433; EMT - R\$320.812; ETO - R\$219.659, ESS - R\$212.671, EMS R\$155.984, EAC 176.847 e ERO R\$328.428 (EMG R\$68.184; EPB - R\$194.159; ESE - R\$119.003; EMT - R\$316.133; ETO - R\$215.234, ESS - R\$208.726 e EMS (R\$150.721).

Custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 30 de junho de 2019 monta em R\$711(R\$705 em 31 dezembro 2018).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Remuneração Anual ^(a)	9.380	7.809	82.578	73.975
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	361	430	2.106	1.970
Remuneração da Diretoria	758	772	10.186	8.824
Outros Benefícios ^(b)	650	524	7.033	5.773

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado em AGO/E de 30 de abril de 2019. Para o exercício de 2018 foi aprovado na AGO/E de 25 de abril de 2018.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de junho de 2019, foram de R\$101 e R\$1 na controladora e R\$154 e R\$2 no consolidado (R\$121 e R\$1 na controladora e R\$192 e R\$2 no consolidado em 30 de junho de 2018), respectivamente. A remuneração média no período findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$12 na controladora e R\$34 no consolidado (R\$18 na controladora e R\$43 no consolidado em junho de 2018).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos Programa de Remuneração Variável através do 1º programa de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. O Plano de concessões de ações, têm por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual, a ser consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. Ao programa são associadas condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o *target* em função das faixas atingidas.

O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O período de aquisição do direito (vesting) são de 3 anos, a partir da data da outorga em 02 de maio de 2018.

Em 10 de maio de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Energisa S.A., o 1º programa de concessão de ações aos seus executivos. O 1º Programa tem limite previsto de até 241.080 units. Esse programa terá como

Notas Explicativas

duração total do ciclo o período de 3 (três) anos, iniciando-se em 02 de maio de 2018 e encerrando-se em 03 de maio de 2021.

Em 09 de maio de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Energisa S.A., o 2º programa de concessão de ações aos seus executivos referente ao Programa de Remuneração Variável. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da Companhia, até o limite previsto da ordem de 210.754 units. A implementação do plano se dará ao longo de 2019. O 2º programa de concessão de ações não produziu efeitos relevantes no resultado do período findo em 30 de junho de 2019.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Não há opções exercíveis ou expiradas em 30 de junho de 2019.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas ^(a)	241.080
Prazo de carência	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(b)	8,2%
Volatilidade ^(c)	25,61%
Valor justo na data da outorga	R\$27,65

(a) Inclui redução de 3.900, referente prescrição de opções de ações outorgadas.

(b) Taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021).

(c) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período findo de 30 de junho de 2019, no consolidado, foram reconhecidos R\$1.321 decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de custos e despesas operacionais em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações Financeiras Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias de R\$292.762 na controladora e R\$2.891.091 no consolidado.

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Ativo		
Prejuízos fiscais	244.717	256.779
Base negativa da contribuição social	90.356	94.733
Diferenças temporárias	1.073.969	1.022.872
Total - ativo não circulante	1.409.042	1.374.384

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	201.315	204.249	3.240.491	3.204.915
Contribuição Social	72.473	73.529	1.166.577	1.153.769
Total - passivo não circulante	273.788	277.778	4.407.068	4.358.684
Total líquido - ativo e passivo não circulante	(273.788)	(277.778)	(2.998.026)	(2.984.300)

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	30/06/2019		31/12/2018	
	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Outras exclusões/adições	13.434	4.568	1.700	578
Total - Passivo Não Circulante	(805.259)	(273.788)	(816.993)	(277.778)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	30/06/2019		31/12/2018	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSLL	Base de Cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	978.869	244.717	1.027.119	256.780
Base negativa da contribuição social	1.003.950	90.356	1.052.590	94.733
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	667.766	227.040	629.406	213.998
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	903.479	307.183	888.905	302.228
Créditos fiscais - ágio (1)	253.033	86.031	265.453	90.254
Provisão ajuste atuarial	593.042	201.634	570.949	194.123
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	507.476	172.542	453.810	154.295
Marcação a mercado da dívida	156.998	53.379	118.536	40.302
Outras adições temporárias	76.941	26.160	81.385	27.671
Intangível - mais valia (2)	(7.621.578)	(2.591.337)	(7.728.320)	(2.627.629)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(1.015.209)	(345.171)	(918.172)	(312.178)
Remuneração do ativo financeiro da concessão atualização	(153.125)	(52.063)	-	-
Ajustes a valor presente (4)	(2.563.434)	(871.568)	(2.575.562)	(875.691)
Marcação a mercados - derivativos	(465.036)	(158.112)	(445.379)	(151.429)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(124.009)	(42.163)	(137.959)	(46.906)
Outras exclusões temporárias	(12.471)	(4.240)	(7.172)	(2.437)
Total	(7.820.408)	(2.998.026)	(7.731.511)	(2.984.300)
Total - Ativo Não Circulante	5.141.554	1.409.042	5.088.153	1.374.384
Total - Passivo Não Circulante	(12.961.962)	(4.407.068)	(12.819.664)	(4.358.684)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

- (1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$86.031 (R\$90.254 em 31 de dezembro de 2018) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.
- (2) Inclui R\$1.909.230 (R\$1.941.743 em 31 de dezembro de 2018) de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de Ceron e Eletroacre, deduzido de R\$32.514 (R\$9.057 em 31 de dezembro de 2018) de amortização realizada no período.
- (3) Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMG, ENF e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.
- (4) Refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B.

Notas Explicativas

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2019	49.608
2020	147.184
2021	96.531
2022	100.335
2023	96.959
2024 a 2026	918.425
Total	1.409.042

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	(37.098)	78.579	103.983	235.023
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	12.613	(26.717)	(35.354)	(79.908)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	72.808	169.454	49.120	140.236
Créditos tributários não constituído no período	(79.276)	(138.747)	(16.585)	(63.147)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	6.145	3.990	(2.819)	(2.819)
Alíquota efetiva	16,56%	5,08%	2,71%	1,20%

	Consolidado			
	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	81.928	375.933	181.520	417.141
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(27.856)	(127.817)	(61.717)	(141.828)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (1)	69.199	119.427	11.466	53.286
Créditos tributários não constituídos no período	(134.412)	(251.626)	(21.624)	(74.745)
Outros	2.281	3.997	(6.209)	(8.121)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(90.788)	(256.019)	(78.084)	(171.408)
Alíquota efetiva	110,82%	68,10%	43,02%	41,09%

- (1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$119.427 (R\$53.286 em 30 de junho de 2018). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas.

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizou novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontra em fase de análise, formalizado junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Notas Explicativas

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham os benefícios garantidos por parte da SUDENE até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em mais de 7 anos.

16 Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

16.1 Ativo financeiro indenizável da concessão

A Lei nº 12.783/13 determinou a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar controladas, distribuidoras de energia elétrica, pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA, tendo as distribuidoras controladas diretas e indiretamente adotada para reconhecimento do VNR - Valor Novo de Reposição.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão relativa ao período dos seis meses findo em 30 de junho de 2019, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$117.826 (R\$238.847 em 30 de junho de 2018).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldo 31/12/2018	Transferências para ativo de contrato	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldo 30/06/2019
Energisa Minas Gerais (EMG)	23.791	-	520	(1)	498	24.808
Energisa Paraíba (EPB)	548.227	-	21.936	(294)	11.361	581.230
Energisa Sergipe (ESE)	412.032	-	13.274	(310)	8.564	433.560
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.409	-	47	-	71	3.527
Energisa Borborema (EBO)	63.360	-	2.408	(8)	1.320	67.080
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.118.843	-	162.293	(4.602)	44.322	2.320.856
Energisa Tocantins (ETO)	1.152.116	-	111.036	(8.745)	25.854	1.280.261
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	915.844	-	48.236	(943)	19.180	982.317
Energisa Sul Sudeste (ESS)	45.348	-	1.557	(14)	945	47.836
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	15.419	-	7.156	(23)	480	23.032
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)	3.020	-	988	-	5.231	9.239
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	101.169	(101.169)	-	-	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	109.509	(109.509)	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	3.188	(3.188)	-	-	-	-
	5.515.275	(213.866)	369.451	(14.940)	117.826	5.773.746
Circulante	-					1.280.261
Não Circulante	5.515.275					4.493.485

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.

Notas Explicativas

	Saldo 31/12/2017	Saldos de Aquisição	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais -ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldo 31/12/2018
Energisa Minas Gerais (EMG)	15.782	-	7.375	(12)	646	23.791
Energisa Paraíba (EPB)	464.587	-	67.143	(1.468)	17.965	548.227
Energisa Sergipe (ESE)	396.701	-	18.364	(3.550)	517	412.032
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.149	-	179	(36)	117	3.409
Energisa Borborema (EBO)	55.615	-	5.720	(62)	2.087	63.360
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.827.340	-	165.025	(28.422)	154.900	2.118.843
Energisa Tocantins (ETO)	897.543	-	240.711	(19.237)	33.099	1.152.116
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	704.613	-	140.188	(9.587)	80.630	915.844
Energisa Sul Sudeste (ESS)	38.984	-	4.882	(21)	1.503	45.348
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	-	15.700	1.320	-	(1.601)	15.419
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)	-	6.438	-	(22)	(3.396)	3.020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	9.565	-	87.136	-	4.468	101.169
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (1)	6.787	-	98.564	-	4.158	109.509
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (1)	-	-	3.162	-	26	3.188
Circulante	4.420.666	22.138	839.769	(62.417)	295.119	5.515.275

- (1) As adições, incluídas de PIS e COFINS, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido R\$188.862 em 31 de dezembro de 2018.
- (2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor expectativa da Administração do valor justo do ativo. Em 29 de março de 2018 e 11 de abril de 2018, através das notas técnicas nº 68/2018, nº 65/2018 e nº 86/2018 a ANEEL aprovou a nova base de remuneração das controladas referente ao 4º ciclo tarifário o que possibilitou o reconhecimento integral do valor do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão, gerando complemento nas controladas EMT R\$98.341, EMS R\$31.987 e um decréscimo da controlada ESE R\$13.377, respectivamente.

16.2 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Ademais, conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, as controladas passaram a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde, para o período findo de 30 de junho de 2019 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações ocorridas no período:

	Linha de transmissão	WACC REGULATÓRIO	Transferências do ativo financeiro	Adições (ii)	Remuneração do ativo de contrato (i)	Saldo 30/06/2019
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	0,85%	101.169	58.144	72.486	231.799
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte	0,85%	109.509	54.646	85.774	249.929
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	LT 500 kV Serra Pelada - Integradora Sossego, CD; LT 230 kV Integradora Sossego - Xinguara II, C2; SE 500/138 kV Serra Pelada; e SE 500/230 kV Integradora Sossego.	0,71%	3.188	18.244	4.681	26.113
Saldo Não Circulante			213.866	131.034	162.941	507.841

Notas Explicativas

- (i) Refere-se a margem de construção reconhecida durante a obra para remunerar os saldos de recebíveis das concessões de serviços.
(ii) As adições, líquidas de Pis e Cofins, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido no período de R\$118.913.

17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Participação em controladas	7.826.341	7.085.524	-	-
Outros	88.522	9.979	102.450	52.184
Total	7.914.863	7.095.503	102.450	52.184

Participação em controladas:

30/06/2019									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica									
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	985.508	708.229	277.279	25.030	(37.362)	3.270.192
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	1.911.886	1.546.511	365.375	75.757	25.030	277.279
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.458.942	1.584.630	874.312	156.356	75.757	365.375
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	306.924	175.369	131.555	16.961	156.356	874.312
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	210.953	124.496	86.457	6.968	16.961	131.555
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE) (1)	93,58	226.454.188	863.943	3.271.799	2.184.677	1.087.122	(32.250)	(28.825)	1.017.382
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) (1)	95,43	4.000.603	3.440.348	7.760.415	7.217.772	542.643	(312.560)	(289.609)	517.832
Geração de Energia Elétrica									
Parque Eólico Sobradinho	100	9.291	9.291	4.496	39	4.457	(81)	(81)	4.457
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.789	1.789	3.774	11	3.763	(107)	(107)	3.763
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.014	1.014	317	-	317	(11)	(11)	317
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	68	59	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	69	60	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	69	60	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	68	59	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	173	173	170	-	170	(16)	(16)	170
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	173	173	173	-	173	(17)	(17)	173
Alsol Energias Renováveis S/A	89,21	16	50.634	91.580	49.598	41.982	(76)	(68)	37.453
Transmissora de Energia Elétrica									
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	1.007
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	1	3	3	-	3	-	-	638
Energisa Transmissora de Energia I S/A	100	1	1	-	1	-	-	-	1
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	1	-	1	-	-	-	1
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	1	-	1	-	-	-	1
Comercialização de Energia Elétrica									
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	154.711	157.686	(2.975)	(8.029)	(8.029)	(2.975)
Prestação de Serviços									
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	201.324	87.596	113.728	1.056	1.056	113.728
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	1.966	160	1.806	(1.249)	(1.249)	1.806
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	6.213	1.141	5.072	1.105	644	2.955
Holdings e demais Companhias									
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	2.130	41	2.089	289	289	2.089
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	2.202.489	527.195	1.675.294	266.542	266.477	1.675.037
Energisa Transmissora de Energia S/A	100	32.657	32.657	622.943	391.562	231.381	37.458	86.828	116.760
Energisa Participações Minoritárias S.A	87,70	427.958	4.879.167	2.651.944	3.576	2.648.368	216.733	190.083	2.322.720
Ágio pago na aquisição de controladas									
Total								(7.559)	163.072
								490.834	7.826.341

(1) O aumento do percentual das empresas Eletroacre e Ceron, refere-se a integralização pela companhia das sobras de ações não exercida o direito de compra pelos empregados.

Notas Explicativas

31/12/2018								Informações sobre o investimento da controladora	
Informações sobre as controladas									
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								482.392	3.343.444
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	909.753	633.848	275.905	36.228	36.228	275.905
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.227	1.843.730	1.497.379	346.351	92.535	92.535	346.353
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.441.918	1.629.194	812.724	238.215	238.215	812.723
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	307.974	179.244	128.730	30.958	30.958	128.731
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	212.636	126.594	86.042	9.351	9.351	86.040
Energisa Mato Grosso (EMT)	-	-	-	-	-	-	-	-	152.465
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	87,61	117.540.239	828.374	3.281.883	2.198.142	1.083.741	53.151	46.566	949.463
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	90,00	3.773.054	3.412.143	7.372.163	6.545.242	826.921	(137.695)	(123.926)	744.229
Geração								(179)	5.816
Parque Eólico Sobradinho	100	8.359	8.359	4.280	42	4.238	(166)	(166)	4.238
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.748	1.748	2.210	954	1.256	40	40	1.256
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.004	1.004	318	-	318	(11)	(11)	318
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	58	49	1	-	1	(10)	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	58	49	1	-	1	(10)	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	58	49	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	57	48	1	-	1	(11)	(11)	1
Transmissão								2.771	145.074
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	2.457
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	1.255
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Energisa Transmissão de Energia S/A S/A	100	31.993	31.993	473.424	328.348	145.076	(938)	(938)	31.154
Comercialização								17.883	18.476
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	100	5.119	5.119	170.495	152.019	18.476	17.883	17.883	18.476
Prestação de Serviços								(14.470)	118.589
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	176.933	64.327	112.606	(13.942)	(13.942)	112.604
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.312	6.313	3.277	343	2.934	(1.515)	(1.515)	2.934
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	6.821	1.584	5.237	1.694	987	3.051
Holdings e demais companhias								334.489	3.293.248
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.800	-	1.800	(77)	(77)	1.800
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.726.483	561.230	1.165.253	217.970	217.917	1.164.971
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	-	-	-	-	-	-	-	-	134.113
Energisa Participações Minoritárias S/A (*)	87,70	427.958	4.879.167	2.451.804	27.196	2.424.608	(19.911)	(17.464)	2.126.477
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	160.877
Total								807.768	7.085.524

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energia Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 31/12/2018	Aquisição/Adiant. Futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/06/2019
Distribuição de Energia Elétrica	3.343.444	99.585	63.646	-	(199.121)	(37.362)	3.270.192
Energisa Minas Gerais (EMG)	275.905	-	48	-	(23.704)	25.030	277.279
Energisa Sergipe (SE)	346.353	-	22	-	(56.757)	75.757	365.375
Energisa Paraíba (EPB)	812.723	-	3.171	-	(97.938)	156.356	874.312
Energisa Borborema (EBO)	128.731	-	19	-	(14.156)	16.961	131.555
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.040	-	15	-	(6.566)	6.968	86.457
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	949.463	63.345	33.399	-	-	(28.825)	1.017.382
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	744.229	36.240	26.972	-	-	(289.609)	517.832
Geração de Energia Elétrica	5.816	40.671	-	-	-	(344)	46.337
Parque Eólico Sobradinho	4.238	300	-	-	-	(81)	4.457
Energisa Geração Usina Maurício	1.256	2.614	-	-	-	(107)	3.763
Energisa Geração Solar Coremas	318	10	-	-	-	(11)	317
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	11	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	11	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	11	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	11	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	-	186	-	-	-	(16)	170
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	-	190	-	-	-	(17)	173
Alsol Energias Renováveis	-	37.327	194	-	-	(68)	37.453
Transmissora de Energia Elétrica	113.920	700	-	-	-	-	114.620
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/a	60.201	-	-	-	-	-	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	52.771	-	-	-	-	-	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/a	948	59	-	-	-	-	1.007
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	638	-	-	-	-	638
Energisa Transmissora de Energia I S/A	-	1	-	-	-	-	1
Energisa Transmissora de Energia II S/A	-	1	-	-	-	-	1
Energisa Transmissora de Energia III S/A	-	1	-	-	-	-	1
Comercialização de Energia Elétrica	18.476	-	(9)	-	(13.413)	(8.029)	(2.975)
Energisa Comercializadora	18.476	-	(9)	-	(13.413)	(8.029)	(2.975)
Prestação de Serviços	118.589	121	68	-	(740)	451	118.489
Energisa Soluções	112.604	-	68	-	-	1.056	113.728
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	2.934	121	-	-	-	(1.249)	1.806
Energisa Planejamento	3.051	-	-	-	(740)	644	2.955
Holdings e demais Companhias	3.324.402	614.296	8.464	(6.362)	(368.401)	543.677	4.116.606
Dinâmica Direitos Creditórios	1.800	-	-	-	-	289	2.089
Denerge S/A	1.164.971	614.296	(1.805)	(6.362)	(362.540)	266.477	1.675.037
Energisa Transmissora de Energia S/A	31.154	530	4.109	-	(5.861)	86.828	116.760
Energisa Participações Minoritárias S/AA	2.126.477	-	6.160	-	-	190.083	2.322.720
Ágio pago na aquisição de controladas	160.877	9.754	-	-	-	(7.559)	163.072
Total	7.085.524	765.657	72.363	(6.362)	(581.675)	490.834	7.826.341

(1) Refere-se a ganho apurado no aporte de capital da Ceron de R\$26.899, Eletroacre de R\$33.341 e Alsol de R\$194, transações entre sócios da Energisa Transmissora de Energia contabilizado diretamente no patrimônio líquido - Impacto da adoção do CPC 47/IFRS15, líquido de tributos (reflexo) no valor de R\$4.090, reserva de incentivo fiscal reflexa da EPB de R\$3.051, transações entre sócios da Denerge e Energisa participações reflexas no valor de R\$2.035 (perda), R\$6.002 (ganho) e valor de R\$821 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo.

(2) Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente a variação do instrumento financeiro derivativo de R\$6.362, apurado no período de 01 de janeiro a 08 de março de 2019, vide nota explicativa nº 35, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.

Nova aquisição de combinação de negócios - Alsol Energias Renováveis.

Em 17 de junho de 2019, foi formalizada a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, sendo todas as condições suspensivas usuais para transações dessa natureza satisfeitas e/ou dispensadas.

A Administração da Companhia observa um crescimento significativo do mercado de geração distribuída, ainda fragmentado e imaturo no Brasil, e dado no seu histórico bem-sucedido de operações no setor, acredita que poderá adquirir escala e expandir a oferta de novos produtos e serviços no segmento de geração distribuída.

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. A Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Notas Explicativas

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Alsol
Valor justo dos ativos adquiridos	2.058
% de participação	87%
Valor da participação	1.792
Valor de aquisição	11.546
Mais valia de ativos intangíveis e imobilizado	9.754

A contabilização da aquisição realizada em 17 de junho de 2019 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination".

O valor da Mais Valia de Ativos intangíveis apurado na aquisição da Companhia monta em R\$9.754 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível e imobilizado" no consolidado. O preço da aquisição no valor de R\$11.546 refere-se ao montante total a ser transferido para aquisição do controle da empresa. Até 30 de junho de 2019 foram pagos R\$5.717 e o restante foi liquidado em 24 de julho de 2019 no montante de R\$5.829, reconhecido em outras contas a pagar - outros passivos circulante.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia reconheceu o montante de R\$1.668, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

Segue a demonstração financeira das empresas adquiridas com posição em 31 de maio de 2019.

	Alsol
Caixa e equivalente de caixa	11.739
Clientes, consumidores e concessionárias	28.407
Estoques	4.703
Impostos à recuperar	1.322
Créditos Tributários	1.956
Outros créditos	5.654
Imobilizado	5.622
Intangível	5.473
Fornecedores	12.100
Empréstimos e financiamentos	116
Arrendamentos operacionais	4.831
Tributos e contribuições sociais	2.910
Impostos de renda e contribuição social diferido	1.385
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.177
Outros passivos	39.299
Participação de acionistas não controladores	266

Notas Explicativas

A empresa adquirida contribuiu com uma receita líquida de R\$2.583 e prejuízo no mês de junho de R\$68.

Controladas	Saldo em 31/12/2017	Aquisição/Adiant. Futuro aumento de capital	Investimentos Adquiridos	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Incorporação	Dividendos	ORA	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Distribuição de Energia Elétrica	1.900.672	1.060.068	1.333.257	78.546	-	(864.947)	(649.146)	2.602	482.392	3.343.444
Energisa Minas Gerais (EMG)	273.489	-	-	76	-	-	(34.862)	974	36.228	275.905
Energisa Sergipe (SE)	381.883	-	-	453	-	-	(126.646)	(1.872)	92.535	346.353
Energisa Paraíba (EPB)	832.027	-	-	1.299	-	-	(261.054)	2.236	238.215	812.723
Energisa Borborema (EBO)	126.504	-	-	42	-	-	(29.383)	610	30.958	128.731
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.868	-	-	19	-	-	(10.852)	654	9.351	86.040
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	199.901	567.418	-	131.512	-	(864.947)	(186.349)	-	152.465	-
Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	-	238.806	693.680	(29.589)	-	-	-	-	46.566	949.463
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	-	253.844	639.577	(25.266)	-	-	-	-	(123.926)	744.229
Geração de Energia Elétrica	4.964	1.026	-	-	-	-	-	5	(179)	5.816
Parque Eólico Sobradinho	3.466	933	-	-	-	-	-	5	(166)	4.238
Energisa Geração Usina Maurício	1.174	42	-	-	-	-	-	-	40	1.256
Energisa Geração Solar Coremas	320	9	-	-	-	-	-	-	(11)	318
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	10	-	-	-	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	10	-	-	-	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	11	-	-	-	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	11	-	-	-	-	-	-	(11)	1
Transmissora de Energia Elétrica	15.047	127.292	-	20	-	-	-	(56)	2.771	145.074
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/a	8.811	65.933	(17.000)	-	-	-	-	-	2.457	60.201
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	6.236	58.280	(13.000)	-	-	-	-	-	1.255	52.771
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/a	-	2.943	(1.992)	-	-	-	-	-	(3)	948
Energisa Transmissora de Energia S/A	-	136	31.992	20	-	-	-	(56)	(938)	31.154
Comercialização de Energia Elétrica	17.831	-	-	39	-	-	(17.180)	(97)	17.883	18.476
Energisa Comercializadora	17.831	-	-	39	-	-	(17.180)	(97)	17.883	18.476
Prestação de Serviços	101.507	32.819	-	81	-	-	(1.140)	(208)	(14.470)	118.589
Energisa Soluções	93.766	32.819	-	81	-	-	-	(120)	(13.942)	112.604
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	4.470	-	-	-	-	-	-	(21)	(1.515)	2.934
Energisa Planejamento	3.271	-	-	-	-	-	(1.140)	(67)	987	3.051
Holdings e demais Companhias	1.978.275	326	-	272.843	(59.069)	864.947	(53.516)	(45.047)	334.489	3.293.248
Dinâmica Direitos Creditórios	1.907	-	-	-	-	-	(30)	-	(77)	1.800
Denerge S/A	1.082.924	(3)	-	2.355	(59.069)	-	(53.486)	(25.667)	217.917	1.164.971
Rede Energia S.A.	893.442	318	-	693	-	(1.028.566)	-	-	134.113	-
Energisa Participações Minoritárias S/A (*) (3)	2	11	-	269.795	-	1.893.513	-	(19.380)	(17.464)	2.126.477
Ágio pago na aquisição de controladas	175.995	-	-	-	-	-	-	-	(15.118)	160.877
Total	4.194.291	1.221.531	1.333.257	351.529	(59.069)	-	(720.982)	(42.801)	807.768	7.085.524

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2018, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Energisa Geração de Energia S/A para Energisa Participações Minoritárias S/A.

- Refere-se a ganho apurado na aquisição de participação acionária minoritária em leilão de oferta pública de ações realizada em 16 de janeiro e 02 de fevereiro de 2018, tendo sido adquiridas 65.740.888 ações do capital social da controlada EMT pelo montante de R\$567.418 (R\$566.161 líquido de taxas, emolumentos, e comissões aplicáveis) resultando em um ganho de R\$131.513 registrado diretamente do patrimônio líquido na rubrica de transações com sócios. Adicionalmente, foram adquiridas ações da Denerge e Rede Energia no montante de R\$319, resultando em um ganho de R\$2.656 também reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido. R\$377 e R\$1.138 referente a Reserva de Incentivo Fiscais - reflexo das empresas ESE e EPB.
- Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 35, que no período montou em R\$6.362 (R\$43.873 em 31 de dezembro de 2018), contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.
- A controlada Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), nova denominação social da Energisa Geração de Energia S/A é uma sociedade de propósito específico criada para participação no capital de outras sociedades por interesse da controladora Energisa S/A para aprimorar a estrutura societária do grupo. Atualmente, a EPM detém participação de ações ordinárias de emissão da Rede Energia, representativas de 29,57% (vinte e nove virgula cinquenta e sete por cento) do capital social total da Rede Energia ("Ações Rede Energia"); e ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da EMT, representativas de 39,82% (trinta e nove virgula oitenta e dois por cento) do capital social total da EMT ("Ações EMT"). Em 28 de dezembro de 2018, a EPM recebeu aporte primário de R\$600.000 relativo a subscrição de ações preferenciais por acionista minoritário, cuja participação é representativa de 12,3% do capital social da EPM. Como resultado da operação, a Companhia passou a deter, direta e indiretamente, 92,7% (ante 96,3%) do capital social total da Rede Energia e 88,4% (ante 95,3%) do capital social total da EMT. Destaca-se que os direitos e obrigações dos acionistas da Energisa Participações, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. Dentre outras avenças próprias de documentos dessa natureza, o Acordo de Acionistas assegurou, à Companhia, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais do acionista minoritário. Não há opção de venda que obrigue a Companhia a adquirir a parcela minoritária em todo ou em parte.

Combinação de negócios - distribuidoras de energia elétrica.

Em leilão realizado no dia 30 de agosto de 2018 e de acordo com as regras contidas no edital nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), a Energisa adquiriu 90% do capital social das Centrais Elétricas de Rondônia ("Ceron") e 87,61% da Companhia de Eletricidade do Acre ("Eletroacre"), das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás"). Os índices de deságio da flexibilização regulatória e outorga ofertados pela Companhia foram de 21% para a Ceron e de 31% para a Eletroacre.

Notas Explicativas

Em face do cumprimento de todas as condicionantes e dos termos do Edital, a Companhia efetivou em 30 de outubro de 2018, a aquisição de 2.599.666.099 ações ordinárias de emissão da Ceron, representativas dos 90,0% do seu capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre a Energisa e a Eletrobrás.

Na mesma data, a Companhia firmou Acordo de Acionistas da Ceron, com a Eletrobrás e realizou Assembleia Geral Extraordinária deliberando aumento de capital no montante de R\$282.049 (valor superior ao aumento de capital obrigatório e previsto na aquisição de R\$253.844), ao preço de R\$0,21633448 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A.. Nesse ato, a Energisa subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório e previsto. A Companhia também subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados da Ceron, em 1º de março de 2019, no montante de R\$27.834, passando a deter 95,43% da Ceron.

E em 6 de dezembro de 2018, após cumprir todas as condicionantes, a Companhia concluiu também a aquisição da Eletroacre com o recebimento de 117.538.360.880 ações de emissão dessa distribuidora (86.020.249.480 ordinárias e 31.518.111.400 preferenciais), representativas de 87,61% do capital social total, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) assinado naquela data entre a Energisa e a Eletrobrás. Na mesma data a Companhia também firmou Acordo de Acionistas da Eletroacre, com a Eletrobrás e aprovou aumento de capital no montante de R\$274.374 (valor superior ao aumento de capital obrigatório e prevista na aquisição de R\$238.806), ao preço de R\$0,00254489 por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A.. Nesse ato, a Companhia subscreveu e integralizou o valor do aumento de capital obrigatório. A Companhia também subscreveu e integralizou as sobras das ações ofertadas aos empregados e aposentados da Eletroacre, em 1º de março de 2019, no montante de R\$35.264, passando a deter 93,58% da Eletroacre.

Nos termos do Edital, a Eletrobrás possuía o direito de realizar aumento de capital em até seis meses após a liquidação do leilão de forma a aumentar sua participação societária no capital social das duas distribuidoras em até 30%.

Em 30 de abril de 2019, encerrou-se o prazo previsto no Acordo de Acionistas das Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (“Ceron”) assinado entre a Companhia e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás em 30 de outubro de 2018 (“Acordo de Acionistas”), celebrado nos termos do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND, para o exercício da opção de aumentar a participação da Eletrobrás no capital social da CERON em até 30% (trinta por cento), sem que a Eletrobrás tenha exercido a referida opção nos termos do Acordo de Acionistas. Dado que a Eletrobrás não exerceu a referida opção, em 18 de junho de 2019, a Companhia realizou o distrato dos Acordo de Acionistas da Ceron e da Eletroacre, assinado entre a Companhia e a Eletrobrás.

Nas datas de 30 de outubro e 6 de dezembro de 2018, a Ceron e a Eletroacre, respectivamente, assinaram os contratos de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica com a União, nos termos da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Com essas aquisições, a Energisa passou a deter controle de onze concessões de distribuição de energia elétrica espalhadas pelas cinco regiões do país. A Administração da Companhia acredita que seu histórico bem-sucedido de transformação operacional e financeira será essencial para melhorar os indicadores de qualidade, perdas, inadimplência e também o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, trazendo benefícios para seus consumidores. A Companhia mantém o compromisso de alocação prudente de capital, buscando geração de valor para seus acionistas e a sustentabilidade do negócio.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se

Notas Explicativas

conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Durante este período, a Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia incorreu em R\$9.620 de gastos com aquisição das empresas.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

	CERON	Eletroacre	Total
Valor justo dos ativos adquiridos	710.640	791.782	1.502.422
% de participação	90,00%	87,61%	
Valor da participação	639.576	693.681	1.333.257
Valor da aquisição	137.548	26.147	163.695
Resultado auferido na combinação de negócio	502.028	667.534	1.169.562

Resultado auferido na combinação de negócios:

Nas aquisições de combinação de negócios de Ceron e Eletroacre realizadas pela Companhia de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", foram auferidos resultados no montante de R\$1.169.562, reconhecidos na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado, em contrapartida de outras receitas operacionais - resultado auferido na combinação de negócios na demonstração do resultado do exercício. O resultado auferido na aquisição decorre, principalmente, das perspectivas de apuração de resultados com o incremento de receitas provenientes do crescimento da região, que ainda tem restrições de atendimento de energia elétrica, na redução de custos operacionais e nos investimentos estratégicos a serem realizados.

Além da sinergia geográfica com a controlada Energisa Mato Grosso, as duas distribuidoras têm muitas similaridades com outras duas concessionárias do Grupo, como a concentração de cliente por quilômetro de rede e passou a deter o "corredor noroeste" que liga os estados que fazem divisa e que vão do Acre, passa por Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o estado de Tocantins.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia reconheceu o montante de R\$467.403, em 31 de dezembro de 2018 de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

Apuração do valor justo

Mais Valia dos ativos intangíveis

As aquisições descritas na nota explicativa acima foram contabilizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination". Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da operação a Energisa passou a avaliar os ativos das controladas a valor justo, na aquisição do controle acionário. Como resultado, e seguindo as determinações do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das empresas foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada, o qual gerou o registro nas empresas de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R\$5.737.649; (b) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R\$1.950.801; e (c) outros passivos circulantes no montante de R\$467.403 (provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias), totalizando R\$3.319.445, registrado em cada controlada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, conseqüentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos. O valor do imposto de renda

Notas Explicativas

diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, as controladas são tributadas pelo regime de lucro real, no qual a amortização do intangível não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, decorrente do resultado auferido.

Controladas	Custo do Intangível e imobilizado	Custo atribuído as contingências	Tributos	Efeito no Patrimônio Líquido
Ceron	3.851.936	(437.451)	(1.309.659)	2.104.826
Eletroacre	1.885.713	(29.952)	(641.142)	1.214.619
Total	5.737.649	(467.403)	(1.950.801)	3.319.445

Segue as demonstrações financeiras das empresas adquiridas com posição na data da aquisição, Ceron em 30 de outubro de 2018 e Eletroacre em 06 de dezembro de 2018.

	Ceron	Eletroacre
Caixa e equivalente de caixa	11.715	14.999
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	33.554	8.520
Clientes, consumidores e concessionárias	522.083	226.731
Estoques	16.466	1.604
Tributos a recuperar	79.016	17.129
Outros ativos circulantes	193.668	72.668
Cauções e depósitos vinculados	217.841	7.953
Contas a receber da concessão	15.700	6.438
Ativos financeiros setoriais	1.037.577	254.228
Intangível, imobilizado e ativo contratual - infraestrutura em construção	5.101.109	2.421.759
Fornecedores	1.700.096	360.870
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	977.705	588.685
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	1.606.836	302.875
Passivos financeiros setoriais	144.662	50.316
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.293.606	732.522
Outros passivos	795.184	204.979
Participação de acionistas não controladores	71.064	98.101

As empresas adquiridas contribuíram com uma receita líquida de R\$240.038 e prejuízo do período de R\$119.268 desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2018 para o resultado consolidado da Companhia.

Amortização acumulada dos bens intangíveis no período findo em 30 de junho de 2019, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue.

	EMT	ETO	EMS	Ceron	Eletroacre	Total	
						30/06/2019	31/12/2018
Amortização no período/exercício	(31.933)	(31.817)	(35.704)	(64.199)	(31.429)	(195.082)	(225.548)
IR e CSSL	10.857	10.818	12.139	21.828	10.686	66.328	76.687
Amortização Líquida de tributos	(21.076)	(20.999)	(23.565)	(42.371)	(20.743)	(128.754)	(148.861)

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

30/06/2019						
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	
Distribuição de Energia Elétrica						
Energisa Tocantins	79,59	2.940.040	2.136.115	803.925	109.101	
Energisa Mato Grosso	75,28	7.683.124	5.498.355	2.184.769	225.624	
Energisa Mato Grosso do Sul	95,86	3.905.691	2.661.909	1.243.782	141.032	
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	95,39	1.972.206	1.401.366	570.840	52.509	
Multi Energisa Serviços S/A	95,94	25.467	16.125	9.342	3.788	
QMRA Participações S.A.	95,91	2.359	215	2.144	(51)	
Rede Power do Brasil S.A.	95,91	493.506	48.150	445.356	55.845	
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,94	18.751	201.843	(183.092)	(3.554)	

Notas Explicativas

31/12/2018					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	77,07	2.502.695	1.729.365	773.330	57.261
Energisa Mato Grosso	73,38	7.206.607	5.063.042	2.143.565	386.422
Energisa Mato Grosso do Sul	92,58	3.779.625	2.530.962	1.248.663	124.129
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	92,12	1.915.387	1.344.037	571.350	111.156
Multi Energisa Serviços S/A	92,66	24.875	16.050	8.825	4.590
QMRA Participações S.A.	92,62	2.350	156	2.194	(74.209)
Rede Power do Brasil S.A.	92,62	526.927	58.864	468.063	48.067
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	92,66	18.289	197.828	(179.539)	(7.533)

18 Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora						Saldo 30/06/2019
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	27.348	-	-	-	-	27.348
Máquinas e equipamentos	14,29%	22.317	-	792	-	-	23.109
Veículos	14,29%	17.116	-	177	(220)	-	17.073
Móveis e utensílios	7,60%	15.577	-	274	-	-	15.851
Total do imobilizado em serviço		82.964	-	1.243	(220)	-	83.987
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.885)	-	-	-	(461)	(3.346)
Máquinas e equipamentos		(7.837)	-	-	-	(1.432)	(9.269)
Veículos		(9.875)	-	-	162	(670)	(10.383)
Móveis e utensílios		(13.097)	-	-	-	(164)	(13.261)
Total Depreciação acumulada		(33.694)	-	-	162	(2.727)	(36.259)
Subtotal Imobilizado		49.270	-	1.243	(58)	(2.727)	47.728
Imobilizado em curso		1.798	6.405	(1.243)	-	-	6.960
Total do Imobilizado		51.068	6.405	-	(58)	(2.727)	54.688

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2017	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo 31/12/2018
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	16	-	590	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	23.766	-	3.582	-	27.348
Máquinas e equipamentos	14,50%	17.137	-	5.180	-	22.317
Veículos	14,29%	16.396	-	720	-	17.116
Móveis e utensílios	7,97%	15.142	-	435	-	15.577
Total do imobilizado em serviço		72.457	-	10.507	-	82.964
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(1.661)	-	(387)	(837)	(2.885)
Máquinas e equipamentos		(5.350)	-	-	(2.487)	(7.837)
Veículos		(8.576)	-	-	(1.299)	(9.875)
Móveis e utensílios		(12.756)	-	-	(341)	(13.097)
Total Depreciação acumulada		(28.343)	-	(387)	(4.964)	(33.694)
Subtotal Imobilizado		44.114	-	10.120	(4.964)	49.270
Imobilizado em curso		4.671	7.247	(10.120)	-	1.798
Total do Imobilizado		48.785	7.247	-	(4.964)	51.068

Notas Explicativas

	Taxa média de depreciação (%)	Consolidado						
		Saldo 31/12/2018	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2019
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	-	2.550	-	-	1.411	-	-	3.961
Reservatório, Barragens e Aduadoras	2,68%	2.774	-	-	1.778	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	2,92%	58.821	19	-	6.227	-	-	65.067
Máquinas e equipamentos	13,45%	279.268	5.656	-	(28.302)	(89)	-	256.533
Veículos	14,26%	74.275	242	-	276	(704)	-	74.089
Móveis e utensílios	6,34%	83.721	188	-	4.563	-	-	88.472
Total do Imobilizado em Serviço		501.409	6.105	-	(14.047)	(793)	-	492.674
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Aduadoras		(824)	-	-	-	-	(18)	(842)
Edificações e benfeitorias		(21.972)	(5)	-	(4.373)	(273)	2.589	(24.034)
Máquinas e equipamentos		(175.061)	(414)	-	40.514	-	(18.342)	(153.303)
Veículos		(43.704)	(835)	-	2.855	633	(3.340)	(44.391)
Móveis e utensílios		(58.279)	(55)	-	(2.087)	-	(1.422)	(61.843)
Total Depreciação acumulada		(299.840)	(1.309)	-	36.909	360	(20.533)	(284.413)
Subtotal Imobilizado		201.569	4.796	-	22.862	(433)	(20.533)	208.261
Imobilizado em curso		8.043	826	23.972	(17.388)	-	-	15.453
Total do Imobilizado		209.612	5.622	23.972	5.474	(433)	(20.533)	223.714

(*) O montante de R\$433 refere-se a baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

	Taxa média de depreciação (%)	Consolidado						
		Saldo 31/12/2017	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/12/2018
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	-	1.448	512	-	590	-	-	2.550
Reservatório, Barragens e Aduadoras	3,05%	2.792	-	-	-	(18)	-	2.774
Edificações e benfeitorias	3,27%	35.905	18.850	-	4.141	(75)	-	58.821
Máquinas e equipamentos	13,72%	176.775	31.431	-	71.783	(721)	-	279.268
Veículos	14,26%	64.341	6.013	-	4.362	(441)	-	74.275
Móveis e utensílios	7,54%	65.193	7.515	443	10.571	(1)	-	83.721
Total do Imobilizado em Serviço		346.454	64.321	443	91.447	(1.256)	-	501.409
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Aduadoras		(818)	-	-	-	18	(24)	(824)
Edificações e benfeitorias		(5.806)	(14.567)	-	(375)	26	(1.250)	(21.972)
Máquinas e equipamentos		(99.578)	(21.748)	-	(31.138)	209	(22.806)	(175.061)
Veículos		(30.943)	(5.475)	-	42	420	(7.748)	(43.704)
Móveis e utensílios		(45.977)	(5.385)	-	(4.462)	1	(2.456)	(58.279)
Total Depreciação acumulada		(183.122)	(47.175)	-	(35.933)	674	(34.284)	(299.840)
Subtotal Imobilizado		163.332	17.146	443	55.514	(582)	(34.284)	201.569
Imobilizado em curso		14.804	-	48.753	(55.514)	-	-	8.043
Total do Imobilizado		178.136	17.146	49.196	-	(582)	(34.284)	209.612

(*) O montante de R\$582 refere-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Intangível - contrato de concessão	15.032	13.687	13.066.793	12.868.270
Direto de uso	747	-	46.403	-
Ativo contratual - infraestrutura em construção	-	-	1.239.341	1.337.311
Direito de concessão	-	-	353.918	364.038
Total	15.779	13.687	14.706.455	14.569.619

Notas Explicativas

19.1 Intangível - controladora

	Taxa média de amortização (%)	Controladora					Saldo 30/06/2019
		Saldo 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adições	Transferências	Amortização	
Em Serviço							
Custo dos softwares	20,00%	27.376	-	-	186	-	27.562
Amortização Acumulada		(14.030)	-	-	-	(2.055)	(16.085)
Em Curso		341	-	3.400	(186)	-	3.555
Subtotal		13.687	-	3.400	-	(2.055)	15.032
Direito de Uso - Imóveis (*)							
Custo		-	777	-	-	-	777
Amortização Acumulada		-	-	-	-	(30)	(30)
Subtotal		-	777	-	-	(30)	747
Total Geral		13.687	777	3.400	-	(2.085)	15.779

(*) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização (%)	Controladora				Saldo 31/12/2018
		Saldo 31/12/2017	Adições	Transferências	Amortização	
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	17.147	-	10.229	-	27.376
Amortização Acumulada		(10.118)	-	-	(3.912)	(14.030)
Subtotal		7.029	-	10.229	(3.912)	13.346
Em Curso		4.520	6.050	(10.229)	-	341
Total Geral		11.549	6.050	-	(3.912)	13.687

19.2 Intangível e Ativo contratual - Infraestrutura em construção - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2018	Saldo de aquisição	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 30/06/2019
Intangível em Serviço									
Custo:	10,41%	25.124.702	992	-	-	964.724	(105.043)	-	25.985.375
Amortização Acumulada		(10.032.268)	(274)	-	-	(97.703)	73.024	(652.828)	(10.710.049)
Em Curso		4.353	-	-	3.902	(1.559)	-	-	6.696
Subtotal		15.096.787	718	-	3.902	865.462	(32.019)	(652.828)	15.282.022
Direito de Uso - Imóveis (***)									
Custo		-	4.829	39.693	10.080	-	-	-	54.602
Amortização Acumulada		-	(74)	-	-	-	-	(8.125)	(8.199)
Subtotal		-	4.755	39.693	10.080	-	-	(8.125)	46.403
Total Intangível		15.096.787	5.473	39.693	13.982	865.462	(32.019)	(660.953)	15.328.425
(-) Obrigações vinculadas à concessão									
Em Serviço									
Custo	3,80%	4.606.612	-	-	-	116.731	-	-	4.723.343
Amortização Acumulada		(2.378.095)	-	-	1.172	(16.852)	-	(114.339)	(2.508.114)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		2.228.517	-	-	1.172	99.879	-	(114.339)	2.215.229
Subtotal Intangível		12.868.270	5.473	39.693	12.810	765.583	(32.019)	(546.614)	13.113.196
Ativo contratual - infraestrutura em construção (****)									
Em construção		1.651.479	-	-	1.152.896	(809.615)	(401.898)	-	1.592.862
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão		-	-	-	-	-	-	-	-
Em construção		314.168	-	-	110.357	(38.557)	(32.447)	-	353.521
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		1.337.311	-	-	1.042.539	(771.058)	(369.451)	-	1.239.341
Total Intangível		14.205.581	5.473	39.693	1.055.349	(5.475)	(401.470)	(546.614)	14.352.537

(*) Das baixas no montante de R\$401.470, R\$369.451, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão, R\$32.019 referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período/exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Notas Explicativas

“O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura, líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$369.451 (R\$650.907 em 31 de dezembro 2018), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$18.006 (R\$35.554 em 31 de dezembro de 2018).

(***) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

(****) No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i). O custo de materiais e mão de obra direta; (ii). Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii). Os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 31/12/2018
Intangível em Serviço								
Custo:	10,86%	16.079.665	8.147.850	38.243	1.068.557	(209.613)	-	25.124.702
Amortização Acumulada		(8.297.458)	(763.061)	-	(75.402)	307.510	(1.203.857)	(10.032.268)
Subtotal		<u>7.782.207</u>	<u>7.384.789</u>	<u>38.243</u>	<u>993.155</u>	<u>97.897</u>	<u>(1.203.857)</u>	<u>15.092.434</u>
Em Curso		8.127	-	8.498	(12.272)	-	-	4.353
Total Intangível		<u>7.790.334</u>	<u>7.384.789</u>	<u>46.741</u>	<u>980.883</u>	<u>97.897</u>	<u>(1.203.857)</u>	<u>15.096.787</u>
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Em Serviço								
Custo:	3,80%	3.722.038	476.086	-	408.488	-	-	4.606.612
Amortização Acumulada		(2.028.539)	(77.911)	1.079	(110.565)	42.516	(204.675)	(2.378.095)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		<u>1.693.499</u>	<u>398.175</u>	<u>1.079</u>	<u>297.923</u>	<u>42.516</u>	<u>(204.675)</u>	<u>2.228.517</u>
Subtotal Intangível		<u>6.096.835</u>	<u>6.986.614</u>	<u>45.662</u>	<u>682.960</u>	<u>55.381</u>	<u>(999.182)</u>	<u>12.868.270</u>
Ativo contratual - infraestrutura em construção (***)								
Em construção		840.185	536.753	1.750.344	(678.631)	(797.172)	-	1.651.479
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão								
Em construção		197.120	17.645	241.339	4.329	(146.265)	-	314.168
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		<u>643.065</u>	<u>519.108</u>	<u>1.509.005</u>	<u>(682.960)</u>	<u>(650.907)</u>	<u>-</u>	<u>1.337.311</u>
Total Intangível		<u>6.739.900</u>	<u>7.505.722</u>	<u>1.554.667</u>	<u>-</u>	<u>(595.526)</u>	<u>(999.182)</u>	<u>14.205.581</u>

(*) Das baixas no montante de R\$595.526, R\$650.907, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão, R\$97.897 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, R\$42.516 refere-se à amortização da provisão das incorporações de rede da controlada indireta Centrais Elétricas de Rondônia S/A..

“O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura, líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$650.907 (R\$765.493 em 31 de dezembro de 2017), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$35.554 (R\$36.118 em 31 de dezembro de 2017) e R\$24 referente à depreciação dos bens de uso futuro da controlada direta EMS.

(***) No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i). O custo de materiais e mão de obra direta; (ii). Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii). Os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

19.3 Intangível - Contrato de Concessão - consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

Notas Explicativas

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,41% (10,86% em 31 de dezembro de 2018).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2019	31/12/2018
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	4.242.744	3.855.868
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	1.729.820	1.661.740
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	339.805	571.959
Reserva para reversão ⁽³⁾	8.824	9.206
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	329.178	310.467
(-) Amortização acumulada	(2.508.114)	(2.378.095)
Total	4.142.257	4.031.145
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.573.507	1.488.460
Infraestrutura - Intangível em serviço	2.215.229	2.228.517
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	353.521	300.166
Receitas de Ultrapassagem	-	14.002
Total	4.142.257	4.031.145

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

19.4 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	77.112	67.358
Amortização acumulada	(559.795)	(539.921)
Subtotal	353.918	364.038

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Saldo inicial	364.038	403.781
Aquisição participação	9.754	-
Amortização no período	(19.874)	(39.743)
Saldo final	353.918	364.038

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027).

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 30 de junho de 2019, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$190.846 (R\$203.159 em 31 de dezembro de 2018).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$111.000 (R\$115.931 em 31 de dezembro de 2018). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas

Notas Explicativas

autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2018). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Até 30 de junho de 2019 foram amortizados R\$32.062.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2019 e 2020	54.477	12.560
2021 e 2022	74.289	16.745
2023 e 2024	74.289	16.745
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	30.412	2.093
2029 e 2030	22.402	-
2031 em diante	23.760	-
Total	353.918	64.888

Notas Explicativas

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Furnas	-	-	136	136
Ampla - CUSD	-	-	3.886	3.653
CCEE ^(1 e 2)	-	-	301.071	157.619
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	-	-	1.035.351	873.138
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	62.320	59.801
Conexão à rede ⁽²⁾	-	-	16.556	19.008
Encargo de serviços do sistema ⁽²⁾	-	-	15.708	31.628
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	22.656	16.043
Petrobras ⁽³⁾	-	-	-	55.397
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	1.564	3.227	323.175	512.191
Total	1.564	3.227	1.780.859	1.728.614
Circulante	1.293	2.962	1.692.112	1.653.312
Não Circulante	271	265	88.747	75.302

(1) O impacto negativo que vem afetando as distribuidoras é decorrente da Exposição Financeira de Submercado, calculada proporcional a quantidade de CCEAR's, CCGF e Cota ANGRA de todas distribuidoras e que tem sido bem negativo.

(2) Refere-se a: (i) aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$19.507 (R\$78.031 em 31 de dezembro de 2018), de débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 30 de junho de 2019 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$60.442 (R\$127.181 em 31 de dezembro de 2018) e reconhecido R\$1.918 (R\$10.134 em 31 de dezembro de 2018) de atualização financeira no consolidado;

(ii) dívida remanescente com a Petrobras referente a Contratos de Confissão de dívida - CCD junto a Petrobras como sendo: CCD1 celebrado em 31 de dezembro de 2014 oriundo da compra de combustível para produção de energia elétrica para o sistema isolado, no período de setembro de 2011 a junho de 2015, no montante de R\$247.526 parcelado em 120 parcelas; CCD2: contrato firmado em maio de 2018 com mesmo objeto do primeiro, referente ao fornecimento de combustível no período de novembro de 2014 a junho de 2015. O montante da dívida atualizada até 30 de novembro de 2018 era R\$426.034, sendo que conforme modelagem do leilão, a Eletrobrás assumiria o montante de dívida de R\$370.995. O saldo devedor de R\$55.038 será assumido pela Eletroacre. O valor foi liquidado no primeiro trimestre de 2019.

(3) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos - Moeda nacional	300.000	-	4.491.210	4.701.681
Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira	306.576	464.977	3.302.160	3.454.162
Encargos de dívidas - Moeda nacional	724	-	75.462	72.801
Encargos de dívidas - Moeda estrangeira	1.497	2.331	15.118	16.256
(-) custos a amortizar - Moeda nacional	(496)	-	(1.842)	(984)
(-) custos a amortizar - Moeda estrangeira	-	-	(2.404)	(2.606)
Marcação a mercado de dívidas	4.668	2.054	27.336	19.314
Total	612.969	469.362	7.907.040	8.260.624
Circulante	157.584	158.008	1.783.893	1.649.423
Não Circulante	455.385	311.354	6.123.147	6.611.201

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2019	31/12/2018						
Energisa S/A								
Nota Promissória 4ª Emissão (1)	300.724	-	CDI +0,55% a.a	jun/2021	Final	3,34%		-
Custo de captação incorrido na contratação	(496)	-						
Total em Moeda Nacional	300.228	-						
Resolução 4131 - Itau (1)	308.073	467.308	4,0375% a.a.	mai/21	Anual	0,90%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.668	2.054	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	312.741	469.362						
Total Energisa S/A	612.969	469.362						
Energisa Sergipe								
FIDC Grupo Energisa III	8.343	10.802	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,42%		R
Repasse BNDES I - ABC	-	2.759	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a.(Pré)	mai/19	Mensal	4,81%	5,30%	A
Repasse BNDES II - ABC	-	271	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a.(Pré)	mai/19	Mensal	4,81%	5,30%	A
FINAME - Itau BBA	9.572	10.926	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	1,24%	4,26%	A
Parcelamento INERGUS	12.696	12.864	IPC +5,5% a.a	dez/39	Mensal	4,78%		F
Parcelamento INERGUS - Migração	118.359	127.118	IPCA +5,78% a.a	jun/26	Mensal	5,08%		F
Nota Promissória SAFRA - 2ª SÉRIE (1)	-	94.196	CDI + 1,65%	abr/19	Final	3,89%		A
Nota Promissória 6ª Emissão (1)	142.432	-	CDI + 0,80%	mar/22	Final	3,47%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(414)	(122)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	290.988	258.814						
Resolução 4131 - Citibank (1)	272.668	326.955	Libor + 0,72% a 0,73% a.a.	abr/21	Final	1,86%	1,86%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	132.534	134.004	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	2,10%		A
Resolução 4131 - Citibank (1)	42.658	43.146	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	1,91%		A
Resolução 4131 - JL Morgan (1)	13.872	14.031	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final	2,15%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(497)	467	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	461.235	518.603						
Total Energisa Sergipe	752.223	777.417						
Energisa Paraíba								
FIDC Grupo Energisa III	33.930	43.927	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,42%		R
FINAME - Itau	17.629	20.163	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	1,24%	4,88%	A
Parcelamento FUNASA	3.668	3.843	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal	5,16%		-
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2ª SÉRIE (1)	-	68.030	CDI + 1,65%	abr/19	Final	3,89%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(146)	(240)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	55.081	135.723						
Resolução 4131 - Itau BBA (1)	97.716	98.814	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final	0,78%		A
Resolução 4131 - Citibank (1)	71.613	126.393	Libor + 0,73% a.a.	jan/21	Final	1,86%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	82.021	121.966	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final	2,62%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(274)	968	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	251.076	348.141						
Total Energisa Paraíba	306.157	483.864						
Energisa Minas Gerais								
FIDC Grupo Energisa III	8.338	10.798	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,42%		R
Luz para Todos - Eletrobrás	723	1.446	6,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	2,96%		R
Repasse BNDES I - Itau BBA	746	978	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	5,62%		A
Repasse BNDES II - Itau BBA	418	551	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	1,94%		A
Repasse BNDES III - Itau BBA	311	408	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	6,20%		A
Repasse BNDES IV - Itau BBA	473	622	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	2,71%		A
FINAME - Itau BBA	7.478	8.583	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	1,24%	4,88%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	110.034	110.067	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	3,73%		A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	21.126	20.426	CDI + 0,70%	set/19	Final	3,42%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(36)	(48)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	149.611	153.831						
Resolução 4131 - Itau BBA (1)	34.488	34.876	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final	0,78%		A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	67.750	120.775	Libor + 0,72% a.a.	mai/21	Final	1,86%		A
Resolução 4131 - BBM Loan (1)	59.934	-	2,77%a.a. (Pré)	abr/21	Final	0,28%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	780	337	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	162.952	155.988						
Total Energisa Minas Gerais	312.563	309.819						

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2019	31/12/2018						
Energisa Nova Friburgo								
FIDC Grupo Energisa III	2.225	2.880	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal		3,42%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	-	52	7,00% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal		3,44%	-
Repasse BNDES I - Itaú	286	380	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal		5,62%	A
Repasse BNDES II - Itaú	158	211	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal		1,94%	A
Repasse BNDES III - Itaú	119	158	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal		6,20%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	188	251	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal		2,71%	A
FINAME - Itaú	791	901	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,24%	a 2,96%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	35.011	35.021	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral		3,73%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(10)	(13)	-	-	-		-	-
Total em Moeda Nacional	38.768	39.841						
Resolução 4131 - Citibank (1)	49.022	49.575	LIBOR + 0,65 a 1,62% a.a.	set/22	Final	1,82%	a 2,31%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	705	865	-	-	-		-	-
Total em Moeda Estrangeira	49.727	50.440						
Total Energisa Nova Friburgo	88.495	90.281						
Energisa Borborema								
FIDC Grupo Energisa III	2.781	3.601	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal		3,42%	R
FINAME - Itaú BBA	1.649	1.880	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,24%	a 4,26%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	-	10.488	CDI + 1,65%	mar/19	Final		3,89%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	40.012	40.024	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral		3,73%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	21.126	20.426	CDI + 0,70%	set/19	Final		3,42%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(12)	(21)	-	-	-		-	-
Total em Moeda Nacional	65.556	76.398						
Resolução 4131 - Citibank (1)	23.640	23.906	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final		1,98%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	49	163	-	-	-		-	-
Total em Moeda Estrangeira	23.689	24.069						
Total Energisa Borborema	89.245	100.467						
Energisa Mato Grosso								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.213	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29		3,44%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	483.109	483.240	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21		3,42%	R
CCB - Santander (1)	-	5.363	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal		4,20%	R + A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	517.999	517.965	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	3,69%	a 3,73%	A
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	284.628	-	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final		3,47%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(728)	-	-	-	-		-	-
Total em Moeda Nacional	1.638.221	1.359.875						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	203.667	205.940	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	2,10%	a 2,30%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	55.061	55.688	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021		2,35%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	55.053	55.678	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021		2,40%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	122.150	123.546	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final		1,91%	A
BBM Loan - 4131 (1)	72.905	73.707	3,39% a.a. Pré	out/19	Final		0,58%	A
J P MORGAN Loan (1)	102.931	103.664	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final		2,02%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(657)	(766)	-	-	-		-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.854	4.650	-	-	-		-	-
Total em Moeda Estrangeira	613.964	622.107						
Total Energisa Mato Grosso	2.252.185	1.981.982						
Energisa Mato Grosso do Sul								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.336	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29		3,44%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.444	220.504	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21		3,42%	R
Total em Moeda Nacional	511.780	511.918						
Loan Citi - 4131 (1)	55.553	56.189	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021		2,35%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	55.519	56.152	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021		2,40%	A
Loan Citi - 4131 (1)	65.773	66.525	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final		1,91%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	49.398	-	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final		-1,32%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(646)	(757)	-	-	-		-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.271	1.573	-	-	-		-	-
Total em Moeda Estrangeira	227.868	179.682						

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2019	31/12/2018						
Total Energisa Mato Grosso do Sul	739.648	691.600						
Energisa Tocantins								
Luz para Todos I - Eletrobrás	10.681	13.027	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	2,96%		R
Luz para Todos II - Eletrobrás	7.482	18.706	SELIC	out/19	Mensal	3,07%		R
CCB - Santander (1)	-	13.909	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	4,20%		R
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão(1)	326.253	315.566	110,0% CDI	set/19	Final	3,38%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(176)	(540)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	344.240	360.668						
Resolução 4131 - Itaú (1)	199.299	201.514	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	1,05%		R
Loan Citi - 4131 (1)	43.173	43.660	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	2,35%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	43.139	43.624	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	2,40%		A
Merrill lynch Loan (1)	119.831	121.160	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	2,10%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(612)	(717)	-	-	-	-		-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6.697	3.355	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	411.527	412.596						
Total Energisa Tocantins	755.767	773.264						
Energisa Sul Sudeste								
CCB - Santander (1)	-	1.425	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	4,20%		R + A
Nota Promissória - SAFRA (1)	-	10.615	CDI + 1,65%	fev/19	Final	3,89%		A
Total em Moeda Nacional	-	12.040						
Loan Citi - 4131 (1)	26.308	26.607	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	2,35%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	26.307	26.605	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	2,40%		A
Merrill lynch Loan (1)	115.096	116.332	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	2,05%		A
Loan Citi Loan - 4131 (1)	61.725	62.383	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	2,13%		A
Merrill lynch Loan (1)	75.796	76.653	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	2,10%		A
Merrill lynch Loan (1)	106.570	-	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	-1,38%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(313)	(366)	-	-	-	-		-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.888	4.436	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	415.377	312.650						
Total Energisa Sul Sudeste	415.377	324.690						
Ceron								
CCEE - Eletrobrás	633.576	620.757	5,00% a.a.	out/48	Mensal	2,47%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	16.245	8,50% a.a. pré	jun/21	Mensal	4,16%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	12.744	7,00% a.a. pré	dez/26	Mensal	3,44%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	21.149	6,00% a.a. pré	nov/25	Mensal	2,96%		R
Eletrobrás Recursos Ordinários (4)	-	297.821	119,50% CDI + 0,50%	dez/24	Mensal	4,17%		R
Eletrobrás Recursos Ordinários (4)	-	2.853	Selic + 0,50%	out/18	Mensal	3,32%		R
Total em Moeda Nacional	633.576	971.569						
Total Ceron	633.576	971.569						
Eletoacre								
CCEE - Eletrobrás	209.709	205.019	5,00% a.a.	dez/48	Mensal	2,47%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	218	6,00% a.a. pré	set/24	Mensal	2,96%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	82.423	6,90% a.a. pré	fev/20	Mensal	3,39%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	16.679	6,40% a.a. pré	dez/17	Mensal	3,15%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	634	7,00% a.a. pré	fev/19	Mensal	3,44%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	86.074	8,19% a.a. pré	jul/22	Mensal	4,01%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	103.855	7,85% a.a. pré	jul/22	Mensal	3,85%		R
Luz para Todos - Eletrobrás (4)	-	88.961	IPCA + 8,43% a.a.	jun/21	Mensal	6,36%		R
Total em Moeda Nacional	209.709	583.863						
Merrill lynch Loan (1)	345.414	351.794	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	-1,11%		R + A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	5.476	703	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	350.890	352.497						
Total Acre	560.599	936.360						
Energisa Soluções								
FINAME - Itaú BBA	1.984	2.191	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	1,24%	a	2,96%
Total em Moeda Nacional	1.984	2.191						
Banco BBM Loan 4131	20.345	-	2,96% a.a.	mar/21	Final	0,37%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	222	-	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	20.567	-						
Total Energisa Soluções	22.551	2.191						

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2019	31/12/2018						
Energisa Soluções Construções								
FINAME - Itaú BBA	2.668	2.915	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,96%	a	A
FINAME - Itaú BBA	1.069	1.234	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	5,61%	a	5,64%
FINAME - Itaú BBA	2.803	3.329	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a.	abr/22	Mensal	5,64%	a	5,68%
Total em Moeda Nacional	6.540	7.478						
Total Energisa Soluções Construções	6.540	7.478						
ALSOL								
BNDES	8	-	7,259 a 11,27% a.a. (Pré)	jul/19	Mensal	3,57%	a	5,48%
BNDES	28	-	8,8050% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal			4,31%
BNDES	53	-	8,5340% a.a. (Pré)	set/20	Mensal	4,18%	a	5,48%
BNDES	13	-	8,8050% a.a. (Pré)	out/20	Mensal			4,31%
Total em Moeda Nacional	102	-						
Total ALSOL	102	-						
Energisa Comercializadora								
SANTANDER - 4131	40.100	40.545	4,5883% a.a. (Pré)	jun/20	Final	1,17%		-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	497	446						
Total em Moeda Estrangeira	40.597	40.991						
Total Energisa Comercializadora	40.597	40.991						
Rede Energia S.A.								
Credores "RJ" - Bicbanco	5.730	5.326	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%		R
Credores "RJ" - BNB	12.629	11.741	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%		R
Total em Moeda Nacional	18.359	17.067						
Total Rede Energia S.A.	18.359	17.067						
Denerge								
FI-FGTS (Reestruturado)	295.679	278.125	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	1,98%		-
Total em Moeda Nacional	295.679	278.125						
Total Denerge	295.679	278.125						
Cia Téc.de Comercialização de Energia								
Credores "RJ" - BMG	4.408	4.097	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%		-
Total em Moeda Nacional	4.408	4.097						
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	4.408	4.097						
Em Moeda Nacional	4.564.830	4.773.498						
Em Moeda Estrangeira	3.342.210	3.487.126						
Energisa Consolidada	7.907.040	8.260.624						

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.
- Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo 30 de junho de 2019. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 35 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- Em fevereiro e março de 2019 as controladas diretas CERON e Eletroacre efetuaram liquidação antecipada de empréstimos junto a Eletrobrás no valor total de R\$718.590, sendo R\$358.898 da CERON e R\$359.692 da Eletroacre. Deste montante, R\$33.333 foram liquidados com a transferências das ações Eletronorte detidas pelas controladas.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$103.455 (R\$99.735 em 31 de dezembro de 2018), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Notas Explicativas

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2019	31/12/2018
US\$ x R\$	-1,10%	17,13%
TJLP	3,27%	6,72%
SELIC	3,07%	6,43%
CDI	3,07%	6,42%
IPCA	2,23%	3,75%
IGP-M	3,58%	7,55%
LIBOR	2,60%	2,34%
UMBNB	0,08%	0,07%
TR	0,00%	0,00%
IPC-FIPE	2,07%	2,99%
Euro	-1,81%	11,83%

Em 30 de junho de 2019, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2020	-	199.878
2021	455.385	2.425.889
2022	-	910.044
2023	-	237.726
Após 2023	-	2.349.610
Total	455.385	6.123.147

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Saldos em 31/12/2018 e 31/12/2017	469.362	83.477	8.260.624	5.597.944
Saldo de Aquisição	-	-	116	1.566.390
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	300.000	436.800	960.000	3.126.932
Custos Apropriados	(518)	-	(1.725)	(2.225)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	15.251	47.393	200.379	791.919
Marcação Mercado da Dívida	2.613	1.840	7.320	8.560
Pagamento de principal	(162.052)	(87.443)	(1.314.776)	(2.469.370)
Pagamento de juros	(11.687)	(12.705)	(204.898)	(359.526)
Saldos em 30/06/2019 e 31/12/2018	612.969	469.362	7.907.040	8.260.624
Circulante	157.584	158.008	1.783.893	1.649.423
Não circulante	455.385	311.354	6.123.147	6.611.201

Notas Explicativas

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Empresas	Contratos	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021 em diante	Total
ESA	Nota Promissória 4ª Emissão	129	248	119	496
		129	248	119	496
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	12	26	-	38
	Nota Promissória 6ª Emissão	68	137	171	376
		80	163	171	414
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	49	97	-	146
		49	97	-	146
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	12	24	-	36
		12	24	-	36
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	3	7	-	10
		3	7	-	10
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	4	8	-	12
		4	8	-	12
ETO	Banco Citibank	94	189	269	552
	Banco Citibank - EDC	9	17	34	60
	Nota promissória 3ª Emissão	176	-	-	176
		279	206	303	788
ESS	Banco Citibank	47	94	141	282
	Banco Citibank - EDC	5	10	16	31
		52	104	157	313
EMT	LOAN Citibank	99	197	296	592
	LOAN EDC	11	22	32	65
	Nota Promissoria 2ª Emissão	136	266	326	728
		246	485	654	1.385
EMS	Loan Citibank	100	199	282	581
	Banco Citibank - EDC	11	22	32	65
		111	221	314	646
	TOTAL	965	1.563	1.718	4.246

21 Debêntures

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionados, são como:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Debêntures - moeda nacional	3.728.487	3.383.121	8.778.532	7.480.904
Custos de captação incorridos na captação	(3.532)	(4.849)	(60.837)	(53.439)
Marcação à Mercado de Dívida	-	-	185.403	99.809
Total	3.724.955	3.378.272	8.903.098	7.527.274
Circulante	526.851	492.103	575.619	526.593
Não Circulante	3.198.104	2.886.169	8.327.479	7.000.681

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização / parcelas	Taxa efetiva de juros
	30/06/2019	31/12/2018						
ESA								
5ª Emissão/2ª Série	211.920	196.685	15/07/12	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011% a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	7,44%
7ª Emissão/1ª Série	206.561	201.666	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	6,51%
7ª Emissão/2ª Série	206.561	201.666	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	6,51%
7ª Emissão/3ª Série	206.561	201.666	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	6,51%
7ª Emissão/4ª Série	207.573	202.687	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	7,23%
7ª Emissão/5ª Série	207.573	202.687	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	7,23%
7ª Emissão/6ª Série	207.573	202.687	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	7,23%
8ª Emissão/1ª Série	213.634	214.211	19/07/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	4,99%
8ª Emissão/2ª Série	191.745	192.317	19/07/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	5,02%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	68.236	65.142	31/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	4,45%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	12.737	12.147	31/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	4,56%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	23.766	22.622	31/10/17	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	4,75%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	791.115	765.721	31/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	3,31%
10ª Emissão	467.343	701.217	20/06/18	70.000 / 70.000	CDI+1,10% a.a	jun / 21	Anual após Jun/19	3,62%
11ª Emissão	505.589	-	03/05/19	500.000 / 500.000	IPCA+4,6249% a.a	abr / 26	Final	4,51%
Custos de captação	(3.532)	(4.849)	-	-	-	-	-	-
ESA	3.724.955	3.378.272						
ESE								
6ª Emissão	67.633	65.654	19/10/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,74%
7ª Emissão	50.028	-	26/06/19	50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,43%
Custos de captação	(1.143)	(1.124)	-	-	-	-	-	-
ESE	116.518	64.530						
EPB								
Debentures 4ª Emissão	184.688	184.844	07/03/18	18.000 / 18.000	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	3,57%
Debentures 5ª Emissão	140.467	136.359	19/10/18	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,74%
Debentures 6ª Emissão 1ª Série	72.040	-	26/06/19	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,43%
Debentures 6ª Emissão 2ª Série	48.027	-	26/06/19	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	3,48%
Custos de captação	(3.156)	(3.302)	-	-	-	-	-	-
EPB	442.066	317.901						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	54.954	51.089	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	jul / 36	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	54.954	51.089						
EMS								
Debentures 8ª Emissão	305.770	305.689	19/07/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	3,30%
Debentures 10ª Emissão	153.879	154.008	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	3,54%
Debentures 11ª Emissão	161.279	156.560	19/10/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,74%
Debentures 12ª Emissão	110.061	-	26/06/19	155.000 / 155.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,43%
Custos de captação	(3.266)	(3.497)	-	-	-	-	-	-
Total EMS	727.723	612.760						
EMT								
Debentures 8ª Emissão	482.410	482.824	07/03/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	3,62%
Debentures 9ª Emissão	400.597	388.874	19/10/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,74%
Debentures 10ª Emissão 1ª Série	117.533	-	27/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,43%
Debentures 10ª Emissão 2ª Série	32.509	-	27/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	3,59%
Custos de captação	(9.930)	(10.912)	-	-	-	-	-	-
Total EMT	1.023.119	860.786						
EMG								
Debentures 10ª Emissão	52.026	50.503	19/10/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,74%
Debentures 11ª Emissão 1ª Série	34.019	-	26/06/19	34.000 / 34.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,43%
Debentures 11ª Emissão 2ª Série	36.020	-	26/06/19	36.000 / 36.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	3,48%
Custos de captação	(1.260)	(1.185)	-	-	-	-	-	-
Total EMG	120.805	49.318						
ETO								
Debentures 4ª Emissão	249.722	242.415	19/10/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,74%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	237.727	-	26/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	3,54%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	162.499	-	26/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	3,64%
Custos de captação	(6.036)	(5.443)	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização / parcelas	Taxa efetiva de juros
	30/06/2019	31/12/2018						
Total ETO	643.912	236.972						
ESS								
Debentures 4ª Emissão	72.836	70.704	19/10/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	4,74%
Custos de captação	(1.514)	(1.672)						
Total ESS	71.322	69.032						
ETE								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	79.156	75.512	27/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a	dez / 25	Final	4,66%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	54.009	51.471	27/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a	dez / 28	Anual após dez/26	4,77%
Debentures 1ª Emissão 3ª Série	129.026	123.058	27/12/18	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a	dez / 25	Final	4,69%
Custos de captação	(2.888)	(47)						
Total ETE	259.303	249.994						
Ceron								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	1.561.130	1.558.219	15/12/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	3,89%
Custos de captação	(10.357)	(5.100)						
Total Ceron	1.550.773	1.553.119						
Total	8.778.532	7.480.904						
Custos de captação (*)	(17.755)	(16.308)						
Custos de captação	(43.082)	(37.131)						
Total dos custos de captação	(60.837)	(53.439)						
Marcação à Mercado de Dívida	185.403	99.809						
Total em moeda nacional	8.903.098	7.527.274						

(*) Debêntures simples conjugadas com bônus de subscrição.

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, o somatório dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira até o exercício de 2018 o montante de R\$422.906. No período findo em 30 de junho de 2019 a Companhia reconheceu mais R\$311.961 de perdas com os títulos, registrados na demonstração do resultado do período na despesa financeira - Marcação a mercado derivativo.

O direito do período do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$17,86, enquanto estava negociada a R\$45,18/unit em 27 de junho de 2019. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de período de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

- Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de junho de 2019, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	652.102	789.355
2021	885.286	2.291.771
2022	931.948	1.560.582
2023	-	872.861
Após 2023	728.768	2.812.910
Total	3.198.104	8.327.479

Notas Explicativas

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Saldos em 31/12/2018 e 31/12/2017	3.378.272	2.767.537	7.527.274	3.356.617
Novas debêntures emitidas	500.000	700.000	1.400.000	4.395.217
Custos Apropriados	-	(3.069)	(15.740)	(37.464)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	208.120	316.205	393.480	427.827
Marcação Mercado da Dívida	-	-	85.593	99.809
Pagamento de principal	(233.333)	(158.424)	(233.333)	(415.589)
Pagamento de juros	(128.104)	(243.977)	(254.176)	(299.143)
Saldos em 30/06/2019 e 31/12/2018	3.724.955	3.378.272	8.903.098	7.527.274
Circulante	526.851	492.103	575.619	526.593
Não circulante	3.198.104	2.886.169	8.327.479	7.000.681

22 Arrendamentos operacionais

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). O arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de *arrendamento* como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Como arrendatária, a Companhia e controladas poderão aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

No período findo em 30 de junho de 2019 a Companhia aplicou os conceitos oriundos desta nova norma e os reflexos estão discriminados abaixo:

	Controladora			
	Adoção Inicial em 01/01/2019	Amortização	Juros	Saldo em 30/06/2019
Arrendamentos operacionais	777	(51)	32	758
Total	777	(51)	32	758
Circulante				41
Não circulante				717

Notas Explicativas

Consolidado							
Arrendamentos operacionais	Adoção Inicial em 01/01/2019	Saldo de Aquisição	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldo em 30/06/2019
Energisa S/A	777	-	-	(51)	32	-	758
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	2.067	-	968	(380)	104	-	2.759
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	4.844	-	484	(856)	208	(3)	4.677
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	1.982	-	238	(404)	84	(3)	1.897
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	772	-	21	(95)	32	-	730
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	706	-	52	(148)	30	-	640
Energisa Comercializadora de Energia S/A	57	-	-	(4)	2	-	55
Energisa Soluções S/A	1.269	-	258	(287)	59	(6)	1.293
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	2.279	-	1.863	(943)	142	-	3.341
Centrais Elétricas de Rondônia S/A	1.318	-	3.164	(922)	33	-	3.593
Companhia de Eletricidade do Acre	434	-	19	(400)	7	-	60
Alsol Energias Renováveis S.A.	-	4.831	-	(12)	15	-	4.834
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	7.225	-	1.846	(1.260)	343	-	8.154
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	6.718	-	46	(955)	275	-	6.084
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	5.490	-	815	(1.540)	231	-	4.996
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	3.232	-	318	(655)	141	-	3.036
Multi Energisa Serviços S/A	522	-	-	(310)	15	-	227
Total	39.692	4.831	10.092	(9.222)	1.753	(12)	47.134
Circulante							14.202
Não circulante							32.932

Em 30 de junho de 2019, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora 30/06/2019	Consolidado 30/06/2019
2020	56	7.158
2021	57	4.157
2022	57	2.420
2023	57	2.108
Após 2023	490	17.089
Total	717	32.932

23 Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	811.150	623.089
Encargos Sociais	2.678	2.050	52.789	41.080
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	50.202	20.974
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	-	-	29.998	8.777
Contribuições ao PIS e a COFINS	2.191	1.845	191.227	160.903
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.175	716	18.373	15.258
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	1.311	859	15.542	1.220
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.588	986	16.245	19.270
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	913	429
Pis e Cofins- Sobre atualização efeitos da redução ICMS	-	-	4.226	-
Outros	602	624	25.501	55.964
Total	9.545	7.080	1.216.166	946.964
Circulante	9.230	6.965	728.411	546.841
Não Circulante	315	115	487.755	400.123

- (a) ICMS - A controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda", com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$311.249 (R\$260.331 em 31 de dezembro de 2018), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

Notas Explicativas

- Programa de Parcelamento - Refis estadual - Eletroacre

Em 28/06/2019, a controlada direta EAC aderiu ao plano de parcelamento de débitos fiscais do ICMS, publicado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Acre, autorizado pela Lei nº 3.479 de 24 de maio de 2018 e pelo convênio ICMS 79/18.

A controlada efetuou adesão ao programa de redução de encargos para pagamento à vista de créditos fiscais no montante de R\$71.339, que segue:

Descrição	30/06/2019	31/12/2018
ICMS - Valor principal	55.817	92.365
Multas e juros	105.118	96.786
Redução de juros e multas	(89.596)	(87.107)
	71.339	102.044

O montante de R\$55.817 de valor principal de ICMS foi registrado pela controlada Eletroacre na rubrica de outras contas a receber no ativo não circulante, por se tratar de créditos de ICMS não recuperados, incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre a serem ressarcidos junto a CCC.

As multas e juros no montante de R\$105.118 foram contabilizadas em outras despesas financeiras no consolidado deduzidas das reduções de R\$89.596.

A controlada possuía provisão de contingências fiscais de R\$46.380 que em razão dos pagamentos realizados, foram revertidas no resultado operacional do período no consolidado na rubrica de provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios no montante de R\$14.973 e, R\$31.407 em outras despesas financeiras reduzindo o impacto dos juros e multas. O efeito líquido no resultado do período no consolidado foi de R\$27.658, líquido de Pis e Cofins.

24 Parcelamento de impostos - consolidado

A Controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná no montante R\$56.568 (R\$62.269 em 31 de dezembro de 2018). Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado.

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
ICMS, COFINS/PIS-PRT e INSS RETIDO NA FONTE		
Principal	26.450	37.807
Multa	3.928	5.500
Juros	26.190	33.530
Total	56.568	76.837
Circulante	17.313	31.881
Não Circulante	39.255	44.956

Notas Explicativas

Saldos em 30 de junho de 2019:

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
2019	4.523	31.881
2020	20.704	15.371
2021	14.484	13.648
Após 2021	16.857	15.937
Total	56.568	76.837
Circulante	17.313	31.881
Não Circulante	39.255	44.956

25 Encargos setoriais - consolidado

	30/06/2019	31/12/2018
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	77.084	85.173
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	4.829	4.746
Ministério de Minas e Energia - MME	2.388	2.344
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	23.592	23.930
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	181.811	197.961
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	245.631	249.940
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.478	1.479
Total	536.813	565.573
Circulante	239.998	292.898
Não-circulante	296.815	272.675

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

26 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhistas	30/06/2019	31/12/2018
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2018 e 31/12/2017	1.286	1.286	1.493
Constituições de provisões	197	197	133
Reversões de provisões	-	-	(153)
Pagamentos realizados	(112)	(112)	(245)
Atualização monetária	37	37	58
Saldos finais - não circulante -30/06/2019 e 31/12/2018	1.408	1.408	1.286
Depósitos e cauções vinculados (*)	-	(59)	(57)

Notas Explicativas

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$192 (R\$179 em 31 de dezembro 2018). Deste total, R\$133 (R\$122 em 31 de dezembro de 2018) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	30/06/2019	31/12/2018
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2018 e 31/12/2017	266.778	666.332	1.335.117	124.898	2.393.125	486.111
Saldo de Combinação de negócios	2.177	-	-	-	2.177	1.909.711
Constituições de provisões	52.073	184.421	3.689	853	241.036	344.228
Reversões de provisões	(48.971)	(137.810)	(59.788)	2	(246.567)	(225.770)
Pagamentos realizados	(30.333)	(30.013)	-	-	(60.346)	(145.586)
Atualização monetária	5.535	10.496	(12.050)	3.646	7.627	24.431
Transferência	3.932	(110.268)	(1.639)	107.975	-	-
Saldos finais - não circulante -30/06/2019 e 31/12/2018	251.191	583.158	1.265.329	237.374	2.337.052	2.393.125
Depósitos e cauções vinculados (*)					(71.869)	(75.815)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$528.219 (R\$495.947 em 31 de dezembro de 2018). Deste total, R\$456.350 (R\$442.508 em 31 de dezembro de 2018) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa Luz no Campo/programa Luz para Todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

• Fiscais

Referem-se às discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

• Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos juntos à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

Notas Explicativas

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	30/06/2019	31/12/2018
Saldos iniciais -31/12/2018 e 31/12/2017	210	94.410	57.088	151.708	56.678
Novos processos	70	-	-	70	42.712
Alteração do valor do pedido	(41)	-	-	(41)	47.280
Encerramento	(76)	-	-	(76)	(118)
Atualização monetária	4	2.663	1.764	4.431	5.156
Saldos finais 30/06/2019 e 31/12/2018	167	97.073	58.852	156.092	151.708

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	30/06/2019	31/12/2018
Saldos iniciais -31/12/2018 e 31/12/2017	257.549	4.223.461	3.247.688	34.507	7.763.205	3.738.959
Saldo de Combinação de negócios	544	42	-	-	586	1.779.243
Novos processos	30.357	97.197	6.063	-	133.617	927.648
Alteração do valor do pedido	(15.405)	397.308	30.383	1.649	413.935	807.466
Alterações de prognóstico	(7.759)	(19.555)	857	-	(26.457)	732.761
Encerramento	(47.304)	(101.472)	(159.603)	(32.324)	(340.703)	(439.310)
Atualização monetária	5.542	106.265	97.888	618	210.313	216.438
Saldos finais 30/06/2019 e 31/12/2018	223.524	4.703.246	3.223.276	4.450	8.154.496	7.763.205

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

• Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa, bem como as ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

Principais processos:

Controladora

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (requeridas) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (requerente).

Notas Explicativas

O pedido formulado pelo requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as requeridas pactuaram a venda à requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH. Por meio de alienação desses fundos, as requeridas, indiretamente, venderam à requerente as quotas ou ações de determinadas sociedades, pertencentes aos aludidos fundos de investimento.

Atualmente este procedimento encontra-se em fase instrutória. Foi realizada perícia por meio de laudos técnicos apresentados pelos assistentes técnicos das partes. Foi realizada a audiência de instrução do procedimento para oitiva das testemunhas fáticas e técnicas. Atualmente, aguarda-se a produção de prova documental suplementar pelas partes.

Principais processos:

Controladas

. Principais processos:

EPB

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$176.011 (R\$171.952 em 31 de dezembro 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas.

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$54.629 (R\$53.369 em 31 de dezembro de 2018), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

ESE

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$101.479 (R\$99.138 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$174.165 (R\$170.148 em 31 de dezembro de 2018), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação 00537238920164013400, no montante de R\$164.370 (R\$160.579 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$64.584 (R\$63.094 em 31 de dezembro 2018), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$311.325 (R\$304.145 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem.

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$302.709 (R\$295.727 em 31 de dezembro de 2018) relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais.

Notas Explicativas

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$72.054 (R\$70.392 em 31 dezembro de 2018), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$40.832 (R\$39.891 em 31 de dezembro de 2018), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$35.267 (R\$34.453 em 31 de dezembro de 2018), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

ETO

. Processo 2008.34.00.007382-8 com valor envolvido de R\$34.347 (R\$33.555 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação;

ERO

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R\$816.872 (R\$803.464 em 31 de dezembro de 2018) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel.

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R\$467.173 (R\$457.037 em 31 dezembro de 2018) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

Ação 0038260-55.2015.807.0001 no montante de R\$432.047 (R\$422.673 em 31 dezembro de 2018) relacionada a ação pública impetrada contra todas as concessionárias de energia elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. Pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas. A Companhia considerou esse processo como possível pelos motivos seguintes: (i) a autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de recurso repetitivo sobre o tema na forma do art. 543-C do CPC 73. A autora está com o CNPJ cancelado conforme comprovado no processo e (ii) esta ação civil não se trata de cobranças implementadas pela Companhia, mas sim, de critérios adotados pela ANEEL (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a ANEEL, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da competência exclusiva da ANEEL. Ressalte-se que, em uma eventual condenação, o valor da ação será repassado integralmente às tarifas.

. Execução Fiscal 0022030-91.2010.8.22.0001 no montante de R\$61.576 proposta pela Fazenda Pública do Estado, visando a execução do crédito tributário.

. Ação Civil Pública 0011930-44.2015.401.41000 no montante de R\$51.236 (R\$50.200 em 31 de dezembro de 2018) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

. Ação Ordinária 0008746-40.2015.822.0001 no montante de R\$49.892 (R\$48.810 em 31 de dezembro de 2018) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

EAC

. Ação 0038260-55.2015.807.0001 no montante de R\$122.345 (R\$119.523 em 31 de dezembro de 2018) relacionada a ação pública impetrada contra todas as concessionárias de energia elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. Pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas. A Companhia considerou esse processo como possível pelos motivos seguintes: (i) a autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de

Notas Explicativas

recurso repetitivo sobre o tema na forma do art. 543-C do CPC 73. A autora está com o CNPJ cancelado conforme comprovado no processo e (ii) esta ação civil não se trata de cobranças implementadas pela Companhia, mas sim, de critérios adotados pela ANEEL (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a ANEEL, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da competência exclusiva da ANEEL. Ressalte-se que, em uma eventual condenação, o valor da ação será repassado integralmente às tarifas.

Rede Energia

. Ação civil pública 00313063920124013900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$229.360 (R\$214.439 em 31 de dezembro de 2018), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015.

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$37.469 (R\$33.758 em 31 de dezembro de 2018), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (viii) crédito de ICMS, (ix) escrituração de documento fiscal, (x) multa não escrituração CIAP, (xi) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE, no montante envolvido de R\$58.852 (R\$57.088 em 31 de dezembro de 2018).

Controladas:

EMG

. Processo 0087729-97.2016.8.13.0153 com valor envolvido de R\$36.357 (R\$35.268 em 31 de dezembro de 2018), onde se discute: (i) recolhimento do ICMS em razão do encerramento do diferimento do pagamento do imposto, haja vista que parte da energia elétrica adquirida no mercado interno ocorreu ao abrigo do diferimento e foi objeto de saídas isentas ou não tributadas, contrariando as normas tributárias vigentes; e (ii) emissão de notas fiscais para fins de recolhimento do imposto diferido, conforme estabelecido no artigo 15, 1º, inciso I da Parte Geral do RICMS/2002 e no Artigo 49-A do Anexo IX do RICMS/2002. O aumento observado no exercício, está fundamentado em reavaliação do risco financeiro envolvido no processo, conforme análise dos assessores jurídicos.

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$172.544 (R\$168.278 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

. Processo 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$80.670 (R\$78.677 em 31 de dezembro de 2018).

. Auto de Infração 2014/003353 com valor envolvido de R\$909 (R\$41.962 em 31 de dezembro de 2018) relacionado a discussões sobre registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão no período 2010 a 2014. A redução de R\$41.053 levou em consideração acórdão que julgou parcialmente procedente o recurso interposto pela empresa.

EPB

. Auto de infração 10467.720529/2011-81, com montante envolvido de R\$109.060 (R\$105.792 em 31 de dezembro de 2018), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Autos de Infrações números: (I) 93300008.09.00000271/2017.59 no montante de R\$130.612 (R\$126.698 em 31 de dezembro de 2018) - referente ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015 e (II) Auto de Infração 93300008.09.70/2016-70 com valor envolvido de R\$42.561 (R\$41.286 em 31 de dezembro de 2018) - referente ao período de janeiro a dezembro de 2011. Todos lavrados pela Receita Estadual em virtude de glosa de ICMS, sob o argumento de que as aquisições de mercadorias objeto do creditamento no livro CIAP (controle de crédito do ativo permanente), não poderiam ser consideradas como ativo fixo, por não serem de propriedade da impugnante, mas sim do poder concedente (União Federal). A alegação do Estado é que o registro das operações no Ativo Imobilizado somente era possível até o ano de 2009. A partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração das novas aquisições no Ativo Intangível.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$186.631 (R\$179.795 em 31 de dezembro de 2018), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$50.161 (R\$48.692 em 31 de dezembro de 2018), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos 5044000/2015, 1189910010000012009-19, 5069184/2013, 167410016000122008-11, 5028005/2011, envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") no montante de R\$615.823 (R\$597.373 em 31 de dezembro de 2018), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual n° 10.433/2016 e Decreto n° 780/2016).

. Destaca-se também os processos 1000985-84.2016.811.0041, 1189910010000092010-19, 122752000142016115, 1035343/630/96/2014, 5205023/2012 e 5095376/2016, referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$227.974 (R\$221.146 em 31 de dezembro 2018), dentre os quais vale destacar: (i) execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041

Notas Explicativas

no valor de R\$74.833 (R\$72.592 em 31 de dezembro 2018); em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar nº 87/96, a Lei Estadual nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI nº 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União e (ii) auto de infração 011178550.20128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor de R\$78.659 (R\$76.303 em 31 de dezembro 2018).

. Auto de infração (administrativo 0408/2018) 14094.720008/2018-36, no montante de R\$72.162 (R\$70.000 em 31 de dezembro 2018) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$123.877 (R\$120.166 em 31 de dezembro de 2018), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Foi apresentada garantia ao débito fiscal.

ERO

. Auto de Infração 2016-2700100711 (CDA20160600058378) com valor envolvido de R\$134.369 (R\$130.916 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a Apropriação indébita de créditos fiscais de aquisição de óleo.

. Auto de Infração 2009.31.00100061 (CDA Nº 20090600042124) com valor envolvido de R\$101.029 (R\$98.433 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a estorno do crédito do óleo diesel - 2008.

. Auto de Infração 2009.31.00100058 (CDA Nº 20180200007119) com valor envolvido de R\$94.154 (R\$91.735 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a estorno do crédito do óleo diesel - 2005.

Auto de Infração 20162700100692 (CDA Nº 20161700242462) com valor envolvido de R\$93.293 (R\$90.896 em 31 de dezembro de 2018) onde se discute questões relacionadas a falta de Escrituração no Livro de Ent. Fiscal Dig. EFD/SPED os doc. fiscais relacionados - 2011.

EAC

. Ação 46.743/2018 proposta e plano montante de R\$51.602 (R\$108.569 em 31 de dezembro de 2018), onde se discute questões relacionadas a ICMS - Glosa de créditos - Obrigação Acessória.

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junta à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão da operação de aquisição de créditos fiscais realizadas entre as distribuidoras e a QMRA para fruição do benefício do Refis da Copa e Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL.

27 Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	30/06/2019	31/12/2018
Saldo inicial -31/12/2018 e 31/12/2017	39.494	96.917
Juros	802	4.318
Amortização	(29.513)	(61.741)
Saldo Final -30/06/2019 e 31/12/2018 - circulante	10.783	39.494

Quota Reserva Global de Reversão - RGR 4.105 15.176
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE 6.678 24.318

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT e ETO conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais.

Notas Explicativas

28 Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS, EAC e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica da controlada EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Descrição	30/06/2019	31/12/2018
Saldo em 31/12/2018 e 31/12/2017	260.145	209.970
Saldo inicial da combinação de Negócios	-	160.401
Adição no período/exercício	15.448	23.833
Atualização monetária e juros	19.941	24.075
Pagamentos/Baixas	(47.610)	(158.134)
Saldo em 30/06/2019 e 31/12/2018	247.924	260.145
Circulante	86.687	93.708
Não circulante	161.237	166.437

29 Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Participações Empregados	-	11.739	12.292	78.240
Salários a pagar	2.283	1.733	12.983	96.337
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	2.733	2.488	26.547	22.943
Provisão fundo de pensão (HSBC)	2.000	2.000	4.000	4.000
Prêmio de seguros	48	103	5.878	10.387
Adiantamentos de clientes	4.223	4.223	123.315	114.102
Retenção de caução contratual empreiteiras	314	329	35.824	30.136
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	5.791	810
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	1.578	1.289
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.649	18.650
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios	163.604	163.604	163.604	163.604
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (1)	-	-	42.066	43.229
Compromisso assumido de capitalização ERO e EAC (2)	-	-	-	63.099
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (3)	-	-	414.028	-
Outras contas a pagar	9.844	3.423	212.754	95.028
Total	235.742	240.335	1.142.203	804.748
Circulante	230.996	235.573	565.343	580.805
Não Circulante	4.746	4.762	576.860	223.943

Notas Explicativas

(1) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

(2) Compromisso da controladora em subscrever as sobras das ações dos empregados e aposentados.

(3) Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - Consolidado

Efeitos do trânsito em julgado das ações que reivindicam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS:

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em maio e em junho de 2019 transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisões favoráveis nos processos das subsidiárias EPB e EBO. Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a EPB e EBO, constituíram ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$418.254 e passivo de R\$413.868, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos.

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	30/06/2019	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Tributos a recuperar		
Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	418.254	-
Outros passivos		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (*)	-	413.868
	<u>418.254</u>	<u>413.868</u>
	Demonstração do resultado	
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos		(327.376)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar		327.376
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS		90.878
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins		(90.878)
Resultado apurado		<u>-</u>

(*) Deduzidos de R\$4.386, referente aos custos incorridos com advogados e tributos.

30 Patrimônio líquido

30.1 Capital Social

O capital social é de R\$3.363.685 (R\$3.363.685 em 31 de dezembro de 2018), representando 1.814.561.910 (1.814.561.910 em 31 de dezembro de 2018) ações nominativas, sendo 755.993.938 (755.822.033 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias e 1.058.567.972 (1.058.739.877 em 31 de dezembro de 2018) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.457.635 (262.325.118 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$65.723 (R\$65.723 em 31 de dezembro de 2018), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

30.2 Reserva de Capital

	30/06/2019	31/12/2018
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios	303.969	252.204
Custo de captação - Aumento de capital	(65.723)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos ⁽¹⁾	8.041	4.991
Investimento PUT ⁽³⁾	77.566	-
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽²⁾	2.729	1.408
Saldos em 30/06/2019 e 31/12/2018	328.431	194.729

- (1) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

- (2) Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 14).
- (3) Refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas CERON e Eletroacre, correspondente a 191.679.293 ações CERON e 14.374.919.056 ações Eletroacre, reconhecidas no exigível a longo prazo, Outros passivos- Instrumentos financeiros derivativos R\$976 em contrapartida ao valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - Outras participações societárias R\$78.542.

Transações entre sócios	30/06/2019	31/12/2018
Saldo inicial -31/12/2018 e 31/12/2017	252.205	(80.683)
Transações entre sócios - reflexo (1)	(6.362)	(59.069)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	58.126	391.957
Saldo final -30/06/2019 e 31/12/2018	303.969	252.205

- (1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 35.
- (2) O montante de R\$58.126 (R\$391.957 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a ganho apurado com novas aquisições de participações em controladas diretas e indiretas, contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido.

30.3 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;

Notas Explicativas

- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/06/2019	31/12/2018
EPB	SUDENE	197/2012	31.838	48.675
ESE	SUDENE	205/2012	14.375	11.250
EBO	SUDENE	206/2012	3.369	5.841
EMT	SUDAM	114/2014	51.209	65.205
ETO	SUDAM	113/2014	18.636	15.963
Total			119.427	146.934

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

30.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Em 22 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta lucro líquido no valor de R\$235.893. Esse montante corresponde a R\$0,13 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,65 por certificado de depósito de ações (Unit), pagos a partir de 11 de março de 2019.

Em 19 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$54.437. Esse montante corresponde a R\$0,03 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,15 por certificado de depósito de ações (Unit). Os pagamentos foram efetuados no dia 10 de abril de 2019 com base na posição acionária de 22 de março de 2019, respeitadas as negociações na B3 até esta data.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

31 Receita operacional

31.1 Receita operacional bruta - controladora

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Receita operacional				
Serviços especializados (*)	62.848	116.054	47.647	87.446
Deduções a receita operacional				
PIS	(1.036)	(1.915)	(786)	(1.443)
COFINS	(4.777)	(8.820)	(3.621)	(6.646)
ISS	(1.652)	(2.901)	(1.179)	(2.161)
Receita operacional líquida	55.383	102.418	42.061	77.196

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

Notas Explicativas

32.2 Receita operacional- consolidada

	30/06/2019				30/06/2018			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	6.307.892	6.615.196	2.454.595	4.964.931	5.515.728	5.445.833	1.855.203	3.624.873
Industrial	42.752	1.213.785	407.794	807.728	42.809	1.100.020	359.232	685.460
Comercial	535.406	3.216.984	1.224.290	2.441.107	467.760	2.707.215	955.776	1.853.296
Rural	779.532	1.594.117	440.471	861.100	612.878	1.354.463	344.961	649.291
Poder público	70.522	875.906	323.726	607.692	62.349	668.704	229.911	426.109
Iluminação pública	7.446	858.890	173.219	334.205	6.809	748.257	132.615	255.944
Serviço público	8.618	577.028	151.181	294.208	7.837	516.317	124.047	235.445
Consumo próprio	1.666	21.368	-	-	1.455	17.608	-	-
Subtotal	7.753.834	14.973.274	5.175.276	10.310.971	6.717.625	12.558.417	4.001.745	7.730.418
Suprimento de energia a concessionárias	2	1.042.016	141.692	757.056	2	998.089	268.455	522.170
Fornecimento não faturado líquido	-	(5.236)	46.287	94.677	-	(152.110)	(66.238)	15.622
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	859	-	333.254	642.745	684	-	257.299	490.510
Energia comercializada com clientes livres	-	2.131.907	200.616	409.145	-	2.713.695	257.080	485.378
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	540.196	968.665	-	-	408.158	644.342
Receita de remuneração ativo de contratos	-	-	143.450	151.944	-	-	-	-
Serviços especializados	-	-	18.004	34.378	-	-	10.342	19.774
Penalidades Regulatórias	-	-	(17.928)	(54.505)	-	-	(6.251)	(16.725)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	-	-	(327.376)	(327.376)	-	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	327.376	327.376	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	48.270	102.836	-	-	35.994	67.004
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	46.577	117.826	-	-	106.132	238.847
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	5.121	4.512	-	-	-	-
(-) Excedentes de Reativos	-	-	9.410	7.264	-	-	-	-
Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva	-	-	52.273	19.049	-	-	174.935	406.450
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	300.376	611.971	-	-	267.643	521.928
Total - receita operacional bruta	7.754.695	18.141.961	7.042.874	14.178.534	6.718.311	16.118.091	5.715.294	11.125.718
Deduções da receita operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	1.218.977	2.417.891	-	-	947.884	1.837.839
PIS	-	-	104.452	219.220	-	-	88.073	170.100
COFINS	-	-	481.092	1.009.661	-	-	397.174	784.141
CPRB	-	-	1.508	2.934	-	-	1.313	2.621
ISS	-	-	4.822	8.912	-	-	3.932	7.137
Deduções Bandeiras Tarifárias (2)	-	-	(9.677)	2.994	-	-	(3.968)	(3.077)
Programa de Eficiência Energética - PEE - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	18.751	39.555	-	-	15.767	31.350
Programa de Pesquisa e	-	-	495.124	959.409	-	-	358.067	696.761
	-	-	19.100	39.555	-	-	15.767	31.350

Notas Explicativas

Desenvolvimento - P&D								
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	5.741	11.334	-	-	4.694	8.850
Total - deduções da receita operacional	-	-	2.339.890	4.711.465	-	-	1.828.703	3.567.072
Total - receita operacional líquida	7.754.695	18.141.961	4.702.984	9.467.069	6.718.311	16.118.091	3.886.591	7.558.646

- (1) Do total **Receita de construção da infraestrutura da concessão**, o montante de R\$837.631 refere-se a receita de construção das distribuidoras e R\$131.034 refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R\$956.544, o montante de R\$837.631 refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R\$118.913 refere-se ao custo de construção das transmissoras.
- (2) **Bandeiras Tarifárias** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, alterado pelo Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 que estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias para período findo em 30 de junho de 2019, foram de R\$26.120 (R\$103.230 em 30 de junho de 2018), tendo repassados a CCRBT o montante de R\$2.994 (R\$3.077 em 30 de junho de 2018). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no período findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$23.126 (R\$106.307 em 30 de junho de 2018).

Para os meses de janeiro e abril de 2019 e 2018 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	30/06/2019	30/06/2018
Janeiro	Nº 629 de 01 de março de 2019 (Nº 516 de 06 de março de 2018)	727	(4.604)
Fevereiro	A ser homologado em abril de 2019 (Nº 728 de 02 de abril de 2018)	5.409	2.447
Março	A ser homologado em maio de 2019 (Nº 981 de 30 de maio de 2018)	3.080	2.298
Abril	A ser homologado em maio de 2019 (Nº 1.210 de 01 de junho de 2018)	3.376	2.634
Maio	A ser homologado em julho de 2019/2018	(136)	(140)
Junho	A ser homologado em julho de 2019/2018	(15.450)	442
Total		(2.994)	3.077

32 Energia Elétrica comprada para revenda:

	Consolidado					
	MWH (¹)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2019	30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Energia de Itaipú - Binacional	1.641.292	1.582.525	230.857	438.983	233.123	403.696
Energia de leilão	8.893.331	5.753.984	867.194	1.935.718	702.895	1.384.548
Energia bilateral e outros suprimentos	3.725.927	3.891.653	692.876	1.429.113	712.545	1.459.979
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (²)	561.078	471.679	81.847	139.565	47.522	112.486
Energia de curto prazo - CCEE	243.863	287.107	293.435	774.641	286.320	526.261
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	3.959.724	3.517.264	230.180	447.471	224.873	399.393
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	339.963	291.545	74.844	148.822	55.053	110.105
Energia de Reserva - ERR	-	-	54.221	54.221	-	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(228.340)	(466.867)	(198.198)	(385.271)
Total	19.365.178	15.795.757	2.297.114	4.901.667	2.064.133	4.011.197

- (1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.
 (2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

33 Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			30/06/2019	31/12/2018
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	96	96
Auto-Frota	23/10/2019	Até 360/ veículo	27	27
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2019	116.535	269	224
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2019	75.000	2	2
Total			394	349

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			30/06/2019	31/12/2018
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	5.947	5.749
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	3.898	3.898
Auto Frota	23/10/2019	Até 1.110/ veículo	1.629	1.608
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2020	10.000	133	133
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2019	1.129	2	2
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2019	123.860	135	132
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/12/2019	123.573	2.096	1.946
Transporte Nacional	04/04/2020	Até 2.000/ transporte	168	136
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2019	75.000	341	431
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2020	289/drone	25	26
Total			14.374	14.061

(*) Importância Segurada relativa ao mês de Maio/19 e prêmio anualizado.

34 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de R\$117.826 (R\$238.847 em 30 de junho de 2018), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/06/2019		31/12/2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		15.475	15.475	313.687	313.687
Clientes		47.368	47.368	34.842	34.842
Títulos e créditos a receber		150	150	222	222
Créditos com partes relacionadas		362.601	362.601	186.396	186.396
		425.594	425.594	535.147	535.147
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.561.561	2.561.561	2.431.702	2.431.702
Instrumentos financeiros derivativos	2	21.997	21.997	29.256	29.256
		2.583.558	2.583.558	2.460.958	2.460.958
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.564	1.564	3.227	3.227
Débitos com partes relacionadas		6.011	6.011	68.926	68.926
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		4.337.924	4.268.052	3.847.634	3.787.691
		4.345.499	4.275.627	3.919.787	3.859.844
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	736.897	736.897	424.386	424.386

Consolidado					
	Nível	30/06/2019		31/12/2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		821.300	821.300	706.738	706.738
Clientes, consumidores e concessionárias		4.373.283	4.373.283	3.990.180	3.990.180
Títulos de créditos a receber		31.848	31.848	35.137	35.137
Ativos financeiros setoriais		2.657.608	2.657.608	2.827.814	2.827.814
		7.884.039	7.884.039	7.559.869	7.559.869
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.828.286	2.828.286	3.643.972	3.643.972
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	5.773.746	5.773.746	5.515.275	5.515.275
Instrumentos financeiros derivativos	2	646.615	646.615	567.689	567.689
		9.248.646	9.248.646	9.726.936	9.726.936
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.780.859	1.780.859	1.728.614	1.728.614
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		16.810.138	16.800.771	15.787.898	15.736.911
Passivos financeiros setoriais		1.029.282	1.029.282	1.238.430	1.238.430
Parcelamento de tributos		56.568	56.568	76.837	76.837
Taxas regulamentares (*)		87.867	87.867	124.667	124.667
			19.755.34		
		19.764.714	7	18.956.446	18.905.459
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	837.786	837.786	515.333	515.333
Instrumento financeiro - MTM (**)	2	-	-	604.352	604.352
		837.786	837.786	1.119.685	1.119.685

(*) Inclui saldo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE no montante de R\$77.084 e (R\$85.173 em 31 de dezembro de 2018), divulgada na nota explicativa 25).

(**) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A, de propriedade da BNDESPAR, no prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019. Em 08 de março de 2019, foi exercida a PUT pela BNDESPAR, tendo a controlada indireta EEVP efetuado o pagamento no valor de R\$614.296. A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 que passaram a ser detidas pela controlada.

Notas Explicativas

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 estão identificadas a seguir:

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 30 de junho de 2019 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$85.171 (R\$2.874 em 30 de junho de 2018) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro semestre de 2019 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de junho de 2019, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$7.742 (R\$47.620 em 30 de junho de 2018) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas

Notas Explicativas

utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Dívida (a)	16.810.138	15.787.898
Caixa e equivalentes de caixa	(821.300)	(706.738)
Dívida líquida	15.988.838	15.081.160
Patrimônio líquido (b)	5.599.066	5.388.141
Índice de endividamento líquido	2,86	2,80

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Controladora						Total
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)/meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores		1.293	-	-	-	271	1.564
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	9,38%	340.174	510.311	2.981.590	1.610.696	-	5.442.771
Instrumentos Financeiros Derivativos		4.435	(10.317)	(15.061)	-	-	(20.943)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	-	976	734.867	-	735.843
Total		345.902	499.994	2.967.505	2.345.563	271	6.159.235

Notas Explicativas

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.693.960	-	-	-	88.747	1.782.707
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	7,78%	1.370.652	1.698.108	9.093.417	9.161.419	2.305.654	23.629.250
Instrumentos Financeiros Derivativos		41.909	(24.463)	(231.490)	(83.884)	(250.878)	(548.806)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	-	976	734.867	4.134	739.977
Total		3.106.521	1.673.645	8.862.903	9.812.402	2.147.657	25.603.128

(*) Inclui R\$976 de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas CERON e Eletroacre.

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.475	313.687	821.300	706.738
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	2.561.561	2.431.702	2.828.286	3.643.972
Clientes, consumidores e concessionárias	6	47.368	34.842	4.373.283	3.990.180
Títulos de créditos a receber	7	150	222	31.848	35.137
Ativos financeiros setoriais líquidos	11	-	-	1.628.326	1.589.384
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	5.773.746	5.515.275
Instrumentos financeiros derivativos	34	21.997	29.256	646.615	567.689

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são

Notas Explicativas

mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2019 com baixa de 1,11% sobre 31 de dezembro de 2018, cotado a R\$3,8322/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2019 era de 15,55%, enquanto em 31 de dezembro de 2018 era de 14,34%. A taxa de câmbio do euro encerrou no período findo em 30 de junho de 2019 com baixa de 1,8% sobre 31 de dezembro de 2018, cotado a R\$4,3587/Euro. A volatilidade do Euro era de 9,17% em 30 de junho de 2019.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2019, de R16.875.221 (R\$15.844.927 em 31 de dezembro de 2018), R\$3.344.614 (R\$3.489.732 em 31 de dezembro de 2018) estão representados em moedas estrangeiras conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em dezembro de 2023) e custo máximo de 5,53% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativo circulante	6.936	2.286	75.260	49.171
Ativo não circulante	15.061	26.970	571.355	518.518
Total do ativo	21.997	29.256	646.615	567.689
Passivo circulante	1.054	(1.480)	92.706	(691.352)
Passivo não circulante	735.843	(422.906)	745.080	(428.333)
Total do passivo	736.897	(424.386)	837.786	(1.119.685)

Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No período, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido redução de R\$6.362 (R\$43.873 em 31 de dezembro de 2018) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Itaú BBA	80.000	VC + 4,75%	CDI+1,28%	24/05/2021	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Citibank	61.805	(Libor + 0,73%) x 117,65%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	34.321	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,48%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	8.798	(Libor + 0,72%) x 117,65%	CDI + 1,35%	26/04/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.100	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	3.612	(LIBOR + 1,30%) x 117,65%	CDI + 0,85%	13/09/2021	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Bank of America ML	21.374	(Libor + 2,25%) x 117,65%	CDI + 1,99%	20/09/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	18.541	(Libor + 0,73%) x 117,65%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Itaú BBA	8.993	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.595	Libor + 0,72%) x 117,65%	CDI + 1,35%	17/05/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	15.503	VC + 3,70%	CDI + 0,27%	09/04/2021	Fair Value Option
ENF					
Resolução 4131 - Citibank	8.250	(Libor + 1,62%) x 117,65%	CDI + 1,50%	28/09/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	4.539	(Libor + 0,65%) x 117,65%	CDI + 1,32%	29/03/2021	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	(Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option

Notas Explicativas

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	31.785	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
Resolução 4131 - BBM	18.861	VC + 4,52%	CDI + 0,65%	21/10/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.115	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.314	EURO + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	VC + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Citibank	6.135	(Libor + 0,97%) x 117,65%	116,00% CDI	13/11/2020	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Santander	10.459	VC + 5,53%	CDI + 1,35%	22/06/2020	Fair Value Option
ENERGISA SUL SULDESTE					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	29.740	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,35%	09/04/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	15.928	(LIBOR + 1,27%) x 117,647%	CDI + 1,25%	03/07/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,647%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
ELETROACRE					
Resolução 4131 - Bank of America ML	79.186	EURO + 1,65%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option
ENERGIS SOLUÇÕES					
Resolução 4131 - Bocom BBM	5.249	USD + 3,95%	CDI + 0,43%	01/03/2021	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Controladora					
Santander X ESA	135.715	IPCA + 6,15%	IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não Aplicável
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Itaú x Ceron	195.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x Ceron	130.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x Eletroacre	105.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x Eletroacre	70.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2019.

- Controladora

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2019	31/12/2018		30/06/2019	31/12/2018
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	214.640	206.485
Swap de Juros	135.715	135.715	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(215.694)	(207.965)
			Posição Total Swap	(1.054)	(1.480)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2019	31/12/2018		30/06/2019	31/12/2018
Dívida (Objeto de Hedge) *	291.200	436.800	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(315.190)	(469.177)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	315.190	469.177
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(293.193)	(439.921)
			Posição Líquida Swap	21.997	29.256
			Posição Líquida Dívida + Swap	(293.193)	(439.921)

Notas Explicativas

• Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2019	31/12/2018		30/06/2019	31/12/2018
Dívida (Objeto de Hedge) *	2.319.714	1.955.429	Taxa Pré-Fixada	(2.609.100)	(2.178.669)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	2.319.714	1.955.429	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	2.613.345	2.177.606
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(2.357.903)	(2.055.369)
			Posição Líquida Swap	255.442	122.237
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.353.658)	(2.056.432)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2019	31/12/2018		30/06/2019	31/12/2018
Dívida designada para "Fair Value Option"	3.053.610	3.049.286	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.371.479)	(3.392.648)
Swap Cambial (Derivativo)	3.053.610	3.049.286	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	3.371.584	3.392.648
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(3.077.166)	(3.072.596)
			Posição Líquida Swap	294.418	320.052
			Posição Líquida Dívida + Swap	(3.077.061)	(3.072.596)

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 30 de junho de 2019.

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo
	31/12/2018			31/12/2018
Dívida (Objeto de Hedge) *	75.785		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(96.269)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	75.785		Posição Ativa	
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	96.269
			Posição Passiva	
			Taxa de Juros CDI	(76.299)
			Posição Líquida Swap	19.970
			Posição Líquida Dívida + Swap	(76.299)

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de junho de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Varição cambial

Notas Explicativas

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2019, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.053.610)		(2.870.044)	(3.667.022)	(4.464.000)
Variação Dívida	-		183.566	(613.412)	(1.410.390)
Swap Cambial		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	3.371.584		3.188.018	3.984.996	4.781.974
Variação - USD e LIBOR	-		(183.566)	613.412	1.410.390
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(3.077.166)		(3.077.166)	(3.077.166)	(3.077.166)
Subtotal	294.418		110.852	907.830	1.704.808
Total Líquido	(2.759.192)		(2.759.192)	(2.759.192)	(2.759.192)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2019, o que é refletido no valor presente negativo de R\$2.759.192, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$2.759.192, em ambos os casos.

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2019, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.319.714)		(2.319.714)	(2.319.714)	(2.319.714)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	2.613.345		2.613.345	2.613.345	2.613.345
Posição Passiva		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(2.357.903)		(2.357.903)	(2.545.047)	(2.731.484)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(187.144)	(373.581)
Subtotal	255.442		255.442	68.298	(118.139)
Total Líquido	(2.064.272)		(2.064.272)	(2.251.416)	(2.437.853)

Notas Explicativas

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	135.715		135.715	135.715	135.715
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	214.640		214.640	214.640	214.640
Posição Passiva		Alta TJLP			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(215.694)		(215.694)	(215.800)	(215.904)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(106)	(210)
Subtotal	(1.054)		(1.054)	(1.160)	(1.264)
Total Líquido	134.661		134.661	134.555	134.451

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2019 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 3,07%, TJLP = 3,27% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	(1.877.985)	Alta CDI	(115.872)	(144.840)	(173.808)
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(3.077.166)	Alta CDI	(189.861)	(237.326)	(284.792)
	(7.405.313)	Alta CDI	(456.908)	(571.135)	(685.362)
	(4.683)	Alta TJLP	(293)	(366)	(440)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.062.183)	Alta IPCA	(90.587)	(113.234)	(135.881)
	(1.069)	Alta SELIC	(66)	(83)	(99)
	(644.549)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(15.194.963)		(737.715)	(922.144)	(1.106.574)
Total -perdas (2)	(17.072.948)	-	(853.587)	(1.066.984)	(1.280.382)

(1) Considera o CDI de 30 de junho de 2020 (6,17% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2019, TJLP 6,26% ao ano, Selic 6,17% ao ano, TR 0,00% ao ano e IPCA 2,23% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.680.258.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

35 Benefícios pós-emprego

Plano de pensão:

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo de 30 de junho de 2019, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$819 (R\$430 em 30 de junho de 2018) na controladora e R\$29.457 (R\$31.240 em 30 de junho de 2018), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado.

Notas Explicativas

Prêmio e gratificação de Aposentadoria:

A Companhia e as controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, ETO, ESE e ECOM em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia entre 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado entre (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Em 30 de junho de 2019, a despesa de manutenção do plano foi de R\$718 (R\$610 em 30 de junho de 2018) na controladora e R\$1.947 (R\$2.170 em 30 de junho de 2018) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

Plano de saúde:

As controladas participam também do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio.

Em 30 de junho de 2019, as despesas com esse benefício foram de R\$2.061 (R\$1.434 em 30 de junho de 2018) na controladora e R\$43.295 (R\$33.611 em 30 de junho de 2018) no consolidado.

Inclui R\$65 referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego na controladora e R\$3.038 (R\$4.330 em 30 de junho de 2018) no consolidado.

36 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2019 a 2029	423.849	506.712	179.626	48.251	28.788

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de curto e longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2019 a 2029	42.500	85.452	87.121	89.537	706.159
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	121.270	251.770	248.374	246.343	5.299.183
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	372.860	671.743	657.650	563.248	12.609.891
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	281.659	502.360	469.235	423.762	9.134.060
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	54.162	102.783	101.388	88.229	1.579.677
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	678.179	1.664.641	1.712.195	1.526.853	25.627.551
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	258.027	406.255	417.715	394.351	7.710.983
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2019 a 2053	423.023	777.510	784.499	736.445	15.539.708
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2019 a 2053	265.508	469.305	481.282	508.238	9.006.623
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2019 a 2029	437.643	463.682	113.432	31.208	10.503
Centrais Elétricas de Rondônia S/A	2019 a 2053	413.750	630.552	560.652	492.580	16.587.700
Companhia de Eletricidade do Acre	2019 a 2053	119.317	251.555	276.057	284.647	5.382.935
		3.467.898	6.277.608	5.909.600	5.385.441	109.194.973

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do período de 30 de junho de 2019 e foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

37 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2019 e 31 dezembro de 2018, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/06/2019	31/12/2018
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	369.451	650.907
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	117.826	295.119
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	172.984	174.055
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	15.448	23.383
Outras contas a receber - Governo do Estado de Tocantins	18.341	25.353
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	54.615	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	172.984	174.055
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	15.448	23.383
Dividendos compensados Governo do Estado de Tocantins	18.341	25.353
Outros investimentos alienados para pagamento de empréstimos	33.333	-
Intangível - CPC 06 (R2)	54.615	-
Atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos com alienação de outros investimentos	(33.333)	-
Combinação de negócios		
Caixa e equivalente de caixa	11.739	26.714
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	42.074
Clientes, consumidores e concessionárias	28.407	748.814
Estoques	4.703	18.070
Tributos a recuperar	1.322	96.145
Créditos tributários	1.956	-
Ativos financeiros setoriais	-	1.291.805
Depósitos e cauções vinculados	-	225.794
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	22.138
Outros créditos	5.654	266.336
Imobilizado, intangível e ativo contratual	11.095	7.522.868
Fornecedores	12.100	2.060.966
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	116	1.566.390
Arrendamentos operacionais	4.831	-
Impostos de renda e contribuição social diferido	1.385	2.026.128
Passivos financeiros setoriais	-	194.978
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	2.177	1.909.711
Outros passivos	39.299	1.000.163
Tributos e contribuições sociais	2.910	-
Participação de acionistas não controladores	266	169.165

38 Eventos subsequentes

38.1 Reajuste tarifário

Em 02 de julho de 2019 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.567 e Nota Técnica nº 120/2019-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, em vigor a partir de 04 de julho de 2019 da controlada indireta ETO. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de uma redução média de (0,33%).

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da ETO
Baixa Tensão	(0,36%)
Alta e Média Tensão	(0,20%)
Total	(0,33%)

Notas Explicativas

Em 09 de julho de 2019 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.570 e Nota Técnica nº 124/2019-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, em vigor a partir de 12 de julho de 2019 da controlada indireta ESS. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores um aumento médio de 1,30%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da ESS
Baixa Tensão	0,16%
Alta e Média Tensão	4,10%
Total	1,30%

39.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de julho e Bandeira Vermelha para o mês de agosto de 2019, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

39.2 Empréstimos Contratados

Em 16 de Julho de 2019 a controlada direta EBO captou junto ao Banco Santander (Brasil) S.A, R\$20.000 em moeda corrente com vencimento em 10/07/2020, com remuneração de 100% do CDI + 0,98%a.a.

39.3 Antecipação de dividendos do exercício de 2019 - Controladora

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 08 de agosto, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do período findo em 30 de junho de 2019, no montante de R\$101.615, o que equivale a R\$0,28 por Unit e R\$0,056 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos em à partir do dia 23 de agosto de 2019 e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 13/08/2019, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

39.4 Antecipação de dividendos do exercício de 2019 - Controladas

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de agosto de 2019, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial das controladas de 30 de junho de 2019 e de reservas de lucro, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação R\$	Data pagamento
Intercalares:			
Rede Energia participações S/A	181.620	0,0882559620359	A partir de 23 de agosto de 2019
Energisa Mato Grosso do Sul	62.612	96,7708709071	A partir de 20 de agosto de 2019
Energisa Tocantins	50.743	77,8726648	A partir de 20 de agosto de 2019
Energisa Sul Sudeste	20.177	207,767364074	A partir de 20 de agosto de 2019
Energisa Paraíba	55.685	60,6487707806	A partir de 20 de agosto de 2019
Energisa Sergipe	26.170	133,8557978405	A partir de 20 de agosto de 2019
Energisa Minas Gerais	8.282	10,1166802018	A partir de 20 de agosto de 2019
Energisa Nova Friburgo	1.950	64,7540805551	A partir de 20 de agosto de 2019
Rede Power	53.053	201,8090351367	A partir de 20 de agosto de 2019
Denerge	117.561	221,3141495385	A partir de 20 de agosto de 2019
Reservas de Lucro			
Energisa Mato Grosso do Sul	2.330	3,6014471998	A partir de 20 de agosto de 2019
Energisa Paraíba	22.453	24,454201882	A partir de 20 de agosto de 2019
Energisa Borborema	181	0,6186112884	A partir de 20 de agosto de 2019
Energisa Minas Gerais	18.965	23,1668474371	A partir de 20 de agosto de 2019

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa S.A. ("Companhia"), realizada em 06 de agosto de 2019.

1.Data, Hora e Local: Aos 06 dias do mês de agosto de 2019, às 15h30, na Av. Pasteur, n.º 110, 5º andar, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

2.Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presente também o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Maurício Perez Botelho.

3.Mesa: Presidente: Sr. Paulo Henrique Laranjeiras da Silva

Secretário: Sr. João Paulo Paes de Barros

4.Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

4.1.Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.

4.2.Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram as demonstrações financeiras referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2019, conforme apresentação realizada pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, que prestou todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.

5.Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Mesa:

João Paulo Paes de Barros

Secretário

Paulo Henrique Laranjeiras da Silva

Presidente

Conselheiros Fiscais:

Paulo Henrique Laranjeiras da Silva

Flavio Stamm

Vania Andrade de Souza

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 8 de agosto de 2019.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 8 de agosto de 2019.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas